

Relatório e Contas

2009



Metropolitano de Lisboa

Índice

7	Indicadores e rácios de gestão
11	Aspectos relevantes
15	Mensagem do Presidente
	1. Governo da Sociedade
21	1.1 Missão, objectivos e políticas da Empresa
22	1.2 Grau de cumprimento dos objectivos
22	1.3 Regulamentos internos e externos a que a Empresa está sujeita
24	1.4 Transacções relevantes com entidades relacionadas
25	1.5 Informação sobre outras transacções
27	1.6 Membros dos órgãos sociais e suas competências
29	1.7 Auditor externo
29	1.8 Estrutura organizacional
31	1.9 Remuneração dos membros dos órgãos sociais
33	1.10 Análise de sustentabilidade da Empresa nos domínios económico, ambiental e social
37	1.11 Avaliação do cumprimento dos Princípios do Bom Governo
38	1.12 Código de Ética
	2. Relatório do Exercício
41	2.1 Serviço prestado
46	2.2 Recursos Materiais e Tecnológicos
50	2.3 Recursos Humanos
54	2.4 Marketing, Comunicação e Imagem
56	2.5 Relações Internacionais
57	2.6 Expansão da Rede
60	2.7 Investimentos
	3. Economia e Finanças
63	3.1 Balanço do ano
72	3.2 Proposta de Aplicação de Resultados
75	4. Demonstrações Financeiras
83	5. Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados
119	6. Parecer do Conselho Fiscal
125	7. Certificação Legal de Contas



Indicadores e rácios de gestão

		2005	2006	2007	2008	2009	Var. % 2009/08 2009/05	
Oferta								
Carruagens x km	10 ³	23 104	22 865	22 592	23 477	25 274	7,65	9,39
Lugares x km	10 ⁶	3 905	3 864	3 818	3 968	4 271	7,65	9,39
Procura								
Passageiros	10 ³	185 444	183 975	179 687	178 432	176 726	-0,96	-4,70
Passageiros x km	10 ³	862 313	855 484	835 545	835 400	829 068	-0,76	-3,86
Recursos Humanos (Efectivo Médio)								
Exploração Comercial	n.º	936	939	925	891	921	3,32	-1,65
Gestão de Infra-estruturas	n.º	328	329	334	279	90	-67,80	-72,61
Gestão de Manutenção (GM/EI)	n.º	208	206	205	188	386	105,54	85,78
Restantes áreas	n.º	226	228	221	208	214	2,96	-5,24
Total		1 698	1 702	1 685	1 566	1 611	2,87	-5,12
Custos e Proveitos								
Proveitos totais	10 ³ €	86 691	90 917	99 924	125 293	121 718	-2,85	40,40
Proveitos de tráfego	10 ³ €	46 436	51 026	55 409	62 529	58 903	-5,80	26,85
Indemnização compensatória*	10 ³ €	21 237	22 723	24 305	26 122	28 093	7,55	32,29
Custos totais	10 ³ €	248 693	237 828	244 110	251 969	270 251	7,26	8,67
Custos totais (s/ Enc. Fin.)	10 ³ €	172 325	168 332	171 935	168 812	168 894	0,05	-1,99
Resultados líquidos	10 ³ €	(162 035)	(146 944)	(144 222)	(126 730)	(148 592)	-17,25	-8,30
Rácios								
<u>Carruagem x km</u> Efectivo médio	10 ³	13,61	13,43	13,41	14,99	15,69	4,65	15,30
<u>Passageiros x km</u> Carruagens x km		37,32	37,41	36,98	35,58	32,80	-7,81	-12,11
<u>Custos totais</u> Passageiros x km	€	0,29	0,28	0,29	0,30	0,33	8,07	13,03
<u>Custos totais (s/ Enc. Fin.)</u> Passageiros x km	€	0,20	0,20	0,21	0,20	0,20	0,81	1,94
<u>Proveitos totais</u> Custos totais (s/ Enc. Fin.)	%	50,31	54,01	58,12	74,22	72,07	-2,90	43,26
<u>Proveitos de tráfego</u> Custos totais (s/ Enc. Fin.)	%	26,95	30,31	32,23	37,04	34,88	-5,84	29,42

* Inclui IVA (5%).



Aspectos relevantes

Organização da empresa e qualidade do serviço:

- Alteração do regime jurídico do ML e aprovação dos novos estatutos como Entidade Pública Empresarial, dotada de autonomia administrativa e financeira e de património próprio;
- Obtenção, pelo 4.º ano consecutivo do 1º lugar no Índice de Satisfação do Cliente no âmbito da ECSI – Índice Nacional de Satisfação do Cliente de 2008;
- Obtenção, na Área de Exploração Comercial (EC), da Certificação do seu Sistema de Gestão da Qualidade NP EN ISO 9001:2008;
- Comemoração do 50.º aniversário do Metropolitano de Lisboa em exploração;
- Criação da Direcção de Contratação e Procurement.

Empreendimentos:

- Inauguração do Interface do Cais do Sodré a 13 de Março;
- Abertura à exploração do prolongamento da linha Vermelha, entre Alameda II e São Sebastião II, em 29 de Agosto;
- Aprovação do Plano de Expansão do Metropolitano de Lisboa 2010-2020, apresentado em Agosto de 2009;
- Visita do Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, Eng. Mário Lino e da Secretária de Estado dos Transportes, Eng.ª Ana Paula Vitorino, em 10 de Setembro, à futura estação Aeroporto.

Recursos Humanos:

- Redução da taxa de trabalho suplementar, tendo-se fixado nos 2,37%, em resultado da diminuição de horas extraordinárias em cerca de 17,7%;
- Crescimento da taxa de absentismo, em 1,11%, invertendo-se a tendência dos últimos anos;
- Aumento do efectivo disponível (+4,3%), em resultado de 79 entradas de colaboradores, contra 18 saídas;
- Redução do número total de acidentes registados em 9,8%, apesar do aumento do índice de duração;
- Melhoria dos índices de sinistralidade nos empreendimentos do ML.

Economia e Finanças:

- A obtenção de um resultado líquido negativo, de m€ 148 592, cerca de 17,3% superior ao ano anterior, explicado, essencialmente, pelo crescimento dos custos financeiros;
- Os proveitos totais financiaram 45% dos custos totais, menos 9,4% do que no ano anterior.



Mensagem do Presidente

Em 2009 assistiu-se a um compasso de espera no desenvolvimento da crise económica internacional. Crise económica despoletada por uma grave crise financeira que obrigou ao apoio financeiro e de tesouraria massivo por parte dos Estados, e dos contribuintes, como forma de impedir o colapso do sistema financeiro internacional.

Esse apoio traduziu-se no crescimento, e ressurgimento nalguns casos pontuais, de deficits orçamentais há muito não vistos, e sobretudo por um crescimento da dívida soberana para níveis recorde quer na União Europeia, quer nos Estados Unidos.

Em Portugal, o impacto desta crise foi mitigado pela concatenação de 3 factores: o decréscimo abrupto da taxa de juro, com impacto na diminuição das prestações dos empréstimos das famílias, o súbito decréscimo do preço dos combustíveis e os aumentos salariais extraordinários que ocorreram durante o ano findo a par do crescimento de algumas prestações sociais diversas.

O aumento do rendimento disponível ocorrido em 2009 foi insuficiente para evitar uma quebra generalizada de preços, muito por um aumento, saudável, da propensão à poupança, certamente induzido pelos receios de uma crise económica prolongada.

O Metropolitano de Lisboa não escapou, nem podia, à evolução macroeconómica. A reestruturação tarifária ocorrida em Novembro de 2008, com a migração de, praticamente, todos os títulos próprios para o Zapping, com prática de descontos, a par de uma procura inalterada, provocou uma diminuição da receita tarifária. Por outro lado, os aumentos salariais extraordinários ocorridos durante o ano conjuntamente com as progressões automáticas de carreira tiveram um impacto de cerca de 5,3% na massa salarial. Adicionalmente a contratação de novos trabalhadores para o guarnecimento das novas estações ML, na expansão da linha Vermelha até São Sebastião provocou, também, um aumento com os custos salariais. Dado o ML operar, com o nível de procura inelástico e um tarifário degradado, com margens negativas, o resultado económico destas expansões traduz-se, no melhor dos casos, por uma melhoria reduzida da margem operacional, no pior por uma forte degradação da mesma.

A política de intervenção sobre a estrutura da dívida do ML continuou a permitir um ganho financeiro durante 2009. Isto apesar da descida das taxas de juro, atrás aludida. Recordo que a política de intervenção em produtos estruturados que o ML tem prosseguido nos últimos anos procurava a diminuição e protecção quer das taxas contratadas quer da sua eventual subida. Se entre 2006 e 2008 estes produtos estruturados provocaram ganhos financeiros de 175 milhões de euros, fruto da forte subida de taxas nos mercados monetários, já em 2009, a radical diminuição das taxas directoras impediram os elevados ganhos do passado. Ainda assim os ganhos financeiros de 2009 atingiram os cerca de 33 milhões de euros. A estratégia prosseguida durante o final de 2008 e início de 2009 de aquisição de volatilidade permitiu a manutenção de ganhos financeiros de cariz fiduciário. Para além destes ganhos de tesouraria, a avaliação pelo método do “Fair Value” permitiria ganhos adicionais, em 2009, de cerca de 160 milhões de euros.

Assim a apresentação de contas pelo método das IAS, nomeadamente a IAS 39, implicaria um resultado positivo para o exercício que agora se apresenta, o que é um facto inédito na longa história do Metropolitano de Lisboa.

O resultado de 2009 continuou negativo em 148,6 milhões de euros face aos 126,7 milhões de euros negativos do ano transacto. Este resultado foi negativamente afectado em 1,8 milhões de euros pelo registo das imparidades com a participada Fernave, S.A. dado, já em 2010, o ML ter conseguido um entendimento para a venda da sua posição ao seu accionista maioritário, a CP. Este acto de gestão, radica-se na política gestonária que o ML tem prosseguido nos últimos anos de abandono das participações “non core” ou não relacionadas com o serviço e objecto da actividade que prossegue. Assim sucedeu no passado recente com a Fergráfica, procurando actualmente soluções para a quota que detemos na GIL, S.A..

Esta diminuição no resultado do exercício ficou a dever-se à diminuição da receita tarifária, ao aumento dos encargos com o pessoal e à menor (ainda que positiva) performance com os juros e encargos com a dívida. A contabilização total em modo "IAS" implicaria um resultado positivo para o mesmo exercício de cerca de 13 milhões de euros.

Ainda assim, os resultados operacionais sofreram um agravamento de 7,1% para os 50,2 milhões de euros negativos (-46,9 milhões de euros em 2008). O EBITDA de -29,5 milhões de euros, face a -19,3 milhões em 2008, reflecte sobretudo o decréscimo com as receitas tarifárias e o aumento dos custos com o pessoal. A política de controlo de custos nos fornecimentos externos tem permitido mantê-los sem subidas assinaláveis.

A oferta de transporte foi alargada em 2009 com mais 2 km de rede, com a inauguração em Agosto da expansão até São Sebastião na linha Vermelha. Esta extensão permitiu consolidar o Metropolitano de Lisboa como uma verdadeira rede de Metropolitano. A intersecção da linha Vermelha com as restantes 3 linhas de Metro irá permitir uma maior capacidade de distribuição dos passageiros na malha urbana, solucionando o desajustamento do desenho das linhas iniciais com o desenvolvimento urbano na cidade ocorrido nas últimas décadas. A distribuição Norte/Sul que subjaz à geometria urbana de há 50 anos foi agora complementada com uma linha Este/Oeste mais condicente com a actual malha urbana e com o recente surgimento de novos pólos de serviços e residenciais.

Os trabalhos do alargamento para Norte, em direcção ao Aeroporto, na linha Vermelha prosseguiram em 2009, estando já adjudicada a empreitada de acabamentos referentes aos toscos das galerias e estações. Foram ainda iniciadas as empreitadas da nova estação Sul/Sueste, no Terreiro do Paço, obra acometida ao Metropolitano de Lisboa enquanto dono de obra, embora o seu beneficiário final seja a Transtejo; as obras de remodelação da estação Areeiro, a beneficiação da estação Avenida (entretanto concluída), tendo-se iniciado os trabalhos da expansão à Reboleira, na linha Azul.

O investimento atingiu assim os 153,8 milhões de euros, ultrapassando mesmo os valores orçamentais previstos.

Estes montantes, a que acrescem os juros e encargos da dívida de 89 milhões de euros e o deficit de exploração em base de caixa que atingiu os cerca de 21 milhões de euros, obrigaram a empresa a recorrer ao financiamento por vias externas o que aumentou o seu passivo bancário remunerado em cerca de 310 milhões de euros, mais 9% que em 2008. Recorde-se que o esforço financeiro total da empresa, cobrindo o investimento, os juros e encargos da dívida passada e o deficit de caixa, ascendeu a 263 milhões de euros. O atraso na recepção de fundos comunitários de investimentos elegíveis, realizados em 2008, explica o montante adicional de passivo bancário.

A este propósito, e como é sabido, encontra-se ainda em apreciação pela União Europeia o investimento parcelar na expansão a Santa Apolónia, incluindo a verba resultante do esforço de investimento adicional que resultou do incidente na construção do Terreiro do Paço em 2000.

A Empresa, e as Autoridades Nacionais, aguardam com expectativa o resultado das acções de defesa da posição nacional, que julgamos terão acolhimento positivo de Bruxelas.

O Metropolitano de Lisboa adquiriu em 2009 um novo estatuto com o objectivo de modernizar um pacto de sociedade com mais de 30 anos, passando a E.P.E. e acompanhando os movimentos mais recentes operados no conjunto do Sector Empresarial do Estado.

Os 50 anos de exploração ininterrupta, e também de alargamento contínuo da sua rede, são um momento de júbilo, mas também de reflexão. De facto, o ML viu a sua rede multiplicada por 6 e os passageiros transportados por 11 vezes, consolidando-se como a rede central da cidade de Lisboa que é núcleo desta Região. As ligações intermodais com outras redes e linhas de transportes públicos de passageiros, permite-lhe um acréscimo de qualidade, rapidez, conforto e facilidade de acesso que não detinha em 1959. Essa qualidade foi, mais uma vez, reconhecida pelos utilizadores de transporte público que elegeram o Metropolitano como o meio de transporte público de maior qualidade na Área Metropolitana de Lisboa.

Confirmou-se que o modo Metro é o mais rápido, acessível e eficaz meio de transporte em zonas urbanas mais densas e de maior concentração de oferta de emprego, sobretudo de serviços, a par de outras grandes urbes internacionais. Mas também se confirma como um dos Metropolitanos mais asseados, cómodos e belos da Europa. Reconhecido pelos seus congéneres internacionais. Paradoxalmente, muitas vezes mal tratado e vilipendiado por alguma opinião publicada que não tem respaldo nos sucessivos inquéritos que se têm levado a cabo.

O modelo de gestão dos últimos 35 anos assentou num equívoco. A aposta no financiamento das infra-estruturas, quase exclusivamente, através do recurso à dívida, ainda que com a garantia e aval do Estado, conduziu a um nível de endividamento insuportável, para além da construção de um imaginário de facilidades que não encontram eco no crescente, e insustentável, nível de encargos com a mesma. Actualmente, os juros e outros encargos relacionados com o passivo bancário remunerado representam 60% do prejuízo do Metropolitano. Num cenário de subida de taxas de juro (o único expectável, a médio prazo), esta situação só deverá agravar-se.

O modelo de financiamento da exploração também sofre de um anátema: o da subtarifação, sistemática e recorrentemente não coberto pelas indemnizações compensatórias. A não contratualização do serviço tem contribuído para um acumular de deficits desta, e doutras empresas congéneres, que aduzem insustentabilidade ao modelo.

No caso do Metropolitano de Lisboa, a não aplicação dos resultados do inquérito à repartição das verbas dos títulos intermodais (vulgo, o “passe social”) conduzido em 2007 pelo IMTT, com o prévio acordo de todas as empresas, públicas e privadas, da Área Metropolitana de Lisboa, retira 12 milhões de euros anuais às receitas do ML. A incorrecta distribuição desta verba, beneficia directamente alguns operadores privados, mas também públicos, em claro detrimento do Metropolitano. O facto do ML desde 1971 ter acordado num esquema de benefício garantido de complemento de pensões com base no último salário pensionável, constitui um encargo contabilístico recorrente de cerca de 12 milhões de euros. Esta situação é hoje menos grave após o acordo para a cessação deste direito aos trabalhadores no activo depois de 1 de Janeiro de 2004. A provisão avaliada externamente, e pontualmente contabilizada, ascende a 224,9 milhões de euros. Ainda assim, a pressão de uma perpetuidade foi reduzida para um problema a 25/30 anos retirando cerca de 200 milhões de euros ao exigível a longo prazo. Pelo facto de a dotação financeira para o não existente Fundo de Pensões ser de apenas 21 milhões de euros (criada em 2007), a capitalização inadequada provocará um acréscimo adicional no futuro.

Retirando estes dois, graves, condicionalismos, o EBITDA seria negativo de apenas 4 milhões de euros, e, em 2008, positivo em 4 milhões. Isto é, a sustentabilidade ao nível operacional estaria ao alcance num prazo de 3/4 anos.

O Metropolitano de Lisboa é uma realidade incontornável na cidade e na região. Constitui uma mais-valia na mobilidade e, logo, na sustentabilidade e qualidade de vida. Os investimentos em curso aduzirão um acréscimo de intermodalidade e, com um correcto e planeado investimento em parques de estacionamento e redistribuição do zonamento tarifário de estacionamento automóvel na cidade, um elemento importante para a mudança modal e de atitude face ao uso do transporte público impondo a sua presença quotidiana na vida de todos nós.

Uma palavra para a Comissão de Fiscalização e o Fiscal Único, pela importância e perenidade das suas críticas, sempre construtivas, e atenção à vida da empresa.

Os próximos anos, serão, como é sabido, decisivos para a definição de uma nova sustentabilidade económica, financeira e de qualidade de vida para o País e todos nós. Para o Metropolitano de Lisboa também. Do meu ponto de vista, o esforço adicional pedido a todos equivale a reposicionar a estratégia de acordo com as capacidades financeiras que temos. Significará abdicar de projectos insustentáveis, trabalhar mais, exigir mais e melhor a par duma atitude solidária e responsável de cada um e de cada organização garantindo ultrapassar os tempos difíceis com o apoio social aos que mais carecem.

O Metropolitano de Lisboa, os seus trabalhadores e colaboradores, estou seguro, estarão, como sempre estiveram, à altura das responsabilidades.

A cidade e a região assim o merecem.



Joaquim Reis



1. Governo da Sociedade

1.1 Missão, objectivos e políticas da Empresa

Missão

A missão do Metropolitano de Lisboa (ML) é a prestação do Serviço Público de Transporte Colectivo de Passageiros, em sistema de metro, segundo princípios de racionalidade económico-financeira e de sustentabilidade social e ambiental.

Objectivos

- Antecipar e responder, atempadamente, às necessidades do mercado e às expectativas dos clientes, mediante a melhoria da capacidade, da qualidade e da fiabilidade do serviço oferecido e da concretização e desenvolvimento da Rede em tempo e dentro do princípio da racionalidade económico-financeira;
- Assegurar o serviço oferecido garantindo a sustentabilidade social, económico-financeira e ambiental, através da racionalização dos custos de exploração, da melhoria do rendimento energético e da sustentabilidade ambiental e da execução de uma gestão orientada para o cliente e para a promoção da mobilidade;
- Contribuir para o desenvolvimento sustentado do sistema de transportes na Área Metropolitana de Lisboa, por meio da promoção de soluções para a gestão eficaz do sistema de transportes e da contribuição para uma adequada articulação com outros modos de transporte colectivo, visando um melhor planeamento da exploração, uma melhor estrutura tarifária, a definição de políticas para uma melhor gestão de recursos e meios e a promoção conjunta do Transporte Colectivo.

Políticas da Empresa

O ML visa prosseguir as seguintes políticas:

- **Inovação e Desenvolvimento:**
 - Apostar no apoio à investigação e desenvolvimento;
 - Abertura (permanente) à mudança e à inovação.
- **Qualidade e Rigor:**
 - Desempenhar com rigor as tarefas que lhe estão cometidas em termos de eficiência produtiva e com melhor utilização dos recursos disponíveis;
 - Melhorar a qualidade de serviço prestada, satisfazendo as necessidades e expectativas dos nossos clientes;
 - Aumentar a eficácia e eficiência do serviço de transporte prestado, através da adequação da oferta à procura e da racionalização dos recursos e métodos disponíveis.
- **Segurança e Gestão de Risco:**
 - Garantir a segurança integrada de pessoas e bens, melhorando o serviço oferecido, através do crescimento dos níveis de regularidade, fiabilidade, conforto e segurança do sistema metro;
 - Identificar os perigos e avaliar os riscos em cada actividade, em função da probabilidade e/ou frequência, como consequência duma avaliação rigorosa do risco;
 - Manter e reforçar a imagem e a credibilidade da Empresa como factor de afirmação externa e interna.
- **Responsabilidade Social e Ambiental:**
 - Apostar na produção de serviços socialmente úteis e aceitáveis;
 - Melhorar a gestão das diversas actividades da Empresa, segundo princípios de desenvolvimento sustentável, nas vertentes económica, social e ambiental;
 - Apostar na formação, na ética e no desenvolvimento dos seus recursos humanos em torno do projecto ML.

1.2 Grau de cumprimento dos objectivos

Através do Despacho Conjunto de S. Exas., o Secretário de Estado do Tesouro e Finanças e a Secretária de Estado dos Transportes, de 15 de Julho de 2009, foram estabelecidos os seguintes objectivos de gestão e respectivas metas quantificadas para o ano de 2009:

Componentes	unidade	peso	2009				
			meta	verificado	objectivo		
Eficiência		45,00%				42,19%	
1	Margem do EBITDAR (antes de IC's)	%	10,00%	≥	-74,7	-88,1	8,48%
2	Custos operacionais totais	10 ³ €	6,25%	≤	169 000	165 894	6,37%
3	Cobertura dos custos operacionais pelos proveitos operacionais	%	10,00%	≥	68,9	69,7	10,12%
4	Volume de negocios proveniente de tarifas de transporte	10 ³ €	6,25%	≥	63 000	59 299	5,88%
5	Volume de negócios proveniente de actividades acessórias	10 ³ €	6,25%	≥	5 700	4 535	4,97%
6	Custos operacionais por passageiro x km	10 ⁻³ €	6,25%	≥	0,204	0,200	6,38%
Cumprimento do plano de investimentos em ILD's		20,00%					26,23%
7	Realização do plano de investimentos	%	10,00%	≥	60	106	17,67%
8	Realização do PIDDAC	%	5,00%	≥	100	100	5,00%
9	Acréscimo de endividamento	10 ³ €	5,00%	≤	224 000	314 747	3,56%
Pagamentos		4,00%					5,86%
10	Prazo médio de pagamento a fornecedores, excepto ILD's	dias	4,00%	≤	55,5	37,9	5,86%
Serviço e qualidade		28,00%					29,29%
11	Passageiros x km	10 ³	5,00%	≥	829 970	829 068	4,99%
12	Lugares x km	10 ⁶	5,00%	≥	4 252	4 271	5,02%
13	Regularidade do serviço	%	5,00%	≥	98	99	5,06%
14	Fiabilidade	km	5,00%	≥	60 000	75 445	6,29%
15	Índice de Satisfação do Cliente	n.º índice	8,00%	≥	6,70	6,64	7,93%
Ambiente		3,00%					3,15%
16	Eficiência energética	kWh	3,00%	≤	0,127	0,121	3,15%
Cumprimento dos Objectivos							106,72%

O ML ultrapassou o objectivo de gestão definido.

1.3 Regulamentos internos e externos a que a Empresa está sujeita

Regulamentos internos

O ML é uma entidade pública empresarial (E.P.E.), pertencente ao Sector Empresarial do Estado. A prestação de serviço público ainda não se encontra contratualizada, pelo que até à celebração dos respectivos contratos aplicam-se as disposições gerais relativas à concessão de subvenções públicas, previstas no Decreto-Lei n.º 167/2008, de 20 de Agosto.

Internamente, e para além dos seus Estatutos, aprovados em anexo ao Decreto-Lei n.º 148-A/2009, de 26 de Junho, a Empresa está sujeita aos seguintes regulamentos:

- Acordos Colectivos de Empresa – AE I¹ e AE II²: são instrumentos que regulam as relações de trabalho – direitos e deveres – entre a entidade empregadora e os seus colaboradores. Estes acordos são celebrados livremente pelas partes – Sindicatos e Gestão da Empresa – e assentam no princípio de, com regras bem definidas, ser possível o desenvolvimento harmonioso da Empresa e o cumprimento dos objectivos definidos.
- Código de Ética e de Conduta: documento aplicável a todos os Colaboradores do ML que, no âmbito das suas funções e competências, deverão seguir os princípios, regras de conduta e valores nele referidas.

¹ Aplicável à generalidade dos Trabalhadores.

² Aplicável aos Trabalhadores Licenciados e Bacharéis.

Para além dos acima mencionados, existe um conjunto significativo de outros documentos que regem internamente a actividade do ML, dos quais se destacam:

- Regulamentos de Segurança; de Controlo de Alcoolemia; de Vestuário de Trabalho; de estágios.
- Manuais da Organização; de Vendas e Fiscalização; de Gestão das Estações; de Procedimentos Gerais do Sistema de Gestão Documental.
- Normativos de Estabelecimento de Zonas de Trabalho Sem Tensão; sobre a atribuição do Cartão Lisboa viva; sobre deslocações em território nacional e ao estrangeiro ao serviço da Empresa; sobre Circulações de Serviço para os Trabalhos Nocturnos; sobre visitas domiciliárias efectuada pela Empresa.
- Procedimentos da Qualidade; de Processos; do Sistema de Gestão da Qualidade; Instruções de Trabalho; a adoptar em caso de acidente de trabalho; sobre a aquisição, manuseamento, armazenagem e remoção de agentes químicos perigosos.
- Plano de Organização e Gestão da Segurança da Empresa (POGSE) que integra os seguintes regulamentos: de Segurança de Pessoal nas Vias Electrificadas (RSPVE); de Circulação de Comboios (RCC); de Sinalização (RS); de Utilização das Redes de Telecomunicações (RURT).
- Plano de prevenção de riscos de corrupção e infracções conexas.

Regulamentos externos

Em 2009 foi aprovado o Decreto-Lei n.º 148-A/2009, de 26 de Junho que, para além de aprovar os novos Estatutos, revogando os anteriormente vigentes, aprovados pelo Decreto-Lei n.º 439/78, de 30 de Dezembro, aprovou igualmente o regime jurídico aplicável ao Metropolitano de Lisboa, E.P.E..

Para além da publicação da Lei n.º 1/2009, de 5 de Janeiro, que estabelece o regime jurídico das Autoridades Metropolitanas de Transportes de Lisboa e do Porto, já referida no Relatório do ano anterior, durante o ano de 2009 foram ainda publicados diversos diplomas cujas respectivas disciplinas jurídicas se reflectem no enquadramento normativo aplicável ao exercício da actividade desenvolvida pelo ML, E.P.E., nas suas várias vertentes, e que se passam a enunciar:

- Portaria n.º 138/2009, de 3 de Fevereiro, que define as condições de atribuição do “passe escolar 4_18@escola.tp”;
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 15/2009, de 10 de Fevereiro, que autoriza a realização de despesa resultante do acordo a celebrar entre o Estado e os operadores de serviço de transporte público colectivo de passageiros decorrente da implementação do “passe escolar 4_18@escola.tp”;
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 29/2009, de 30 de Março, que procede à primeira alteração à Resolução do Conselho de Ministros n.º 191-A/2008, de 27 de Novembro, que aprovou o Programa de Regularização Extraordinária de Dívidas do Estado, reforçando a garantia de pagamento aos credores;
- Decreto-Lei n.º 114/2009, de 18 de Maio, que procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 394/2007, de 31 de Dezembro, relativo à investigação técnica de acidentes e incidentes ferroviários, clarificando que o conceito de transporte ferroviário presente no respectivo âmbito de aplicação abrange outros sistemas guiados, para além do caminho-de-ferro pesado;
- Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho, que aprova o Sistema de Normalização Contabilística e revoga o Plano Oficial de Contabilidade, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 47/77, de 7 de Fevereiro (aplicável às empresas públicas – art. 3.º);
- Portaria n.º 968/2009, 26 de Agosto, que estabelece as regras a que obedecem as deslocações de diversos animais de companhia em transportes públicos;
- Decreto-Lei n.º 203/2009, de 31 de Agosto, que cria o “passe sub23@superior.tp” aplicável a todos os estudantes do ensino superior até aos 23 anos;
- Portaria n.º 982-A/2009, de 2 de Setembro (2.º Suplemento), que altera a Portaria n.º 138/2009, de 3 de Fevereiro, que define as condições de atribuição do “passe escolar 4_18@escola.tp”;
- Portaria n.º 982-B/2009, de 2 de Setembro (2.º Suplemento), que define as condições de atribuição do “passe sub23@superior.tp”;
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 109/2009, de 2 de Outubro, que cria a Rede Interministerial de Informação e Comunicação e aprova as normas para a identificação, autenticação e assinatura electrónicas de cidadão perante a Administração, sendo as normas constantes do respectivo anexo expressamente aplicáveis às entidades públicas;
- Portaria n.º 22/2010, de 11 de Janeiro, que estabelece a constituição da Comissão de Índices e Fórmulas de Empreitadas (CIFE) do Instituto da Construção e do Imobiliário, I.P. (InCI, I.P.) – A Comissão integrará um representante do ML, E.P.E..

Em matéria de contratação pública, refere-se que, para além da aprovação do Decreto-Lei n.º 18/2008 e seus diplomas complementares, referenciados no Relatório anterior, foram aprovados os seguintes diplomas:

- Portaria n.º 959/2009, de 21 de Agosto, que aprova o formulário de caderno de encargos relativo aos contratos e empreitadas de obras públicas e revoga a Portaria n.º 104/2001, de 21 de Fevereiro;
- Decreto-Lei n.º 223/2009, de 11 de Setembro, que altera o Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, que aprovou o Código dos Contratos Públicos, prorrogando até 31 de Outubro de 2009 a possibilidade de os documentos que constituem a proposta ou a candidatura poderem ser apresentados em suporte papel;
- Decreto-Lei n.º 278/2009, de 2 de Outubro, que procede à segunda alteração ao Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, com vista a garantir a flexibilidade da sua aplicação às actividades de investigação e desenvolvimento em instituições científicas e de ensino superior.

1.4 Transacções relevantes com entidades relacionadas

Apresentam-se, de seguida, as transacções relevantes com empresas detidas pelo ML, em pelo menos 20% do seu capital (nota 16):

Un: €

Transacções 2008	Prestações de serviços	Proveitos suplementares	Outros devedores e credores	Proveitos extraordinários
Ferconsult, S.A.	1 594 175	73 229	116 973	87 362
Metrocom, S.A.	1 603 058	21 461	49 904	0
Publimetro, S.A.	1 741 140	88 162	0	4 500
Fernave, S.A.	750	0	0	0
Total	4 939 122	182 852	166 877	91 862

Un: €

Transacções 2008	Imobilizado em curso	Fornecimentos e serviços externos	Custos diferidos	Custos com pessoal	Imobilizado corpóreo	Outros devedores e credores
Ferconsult, S.A.	14 381 642	377 772	936 597	0	2 182 257	0
Metrocom, S.A.	0	6 000	0	0	0	0
Fernave, S.A.	0	111 291	0	195	0	0
Total	14 381 642	495 063	936 597	195	2 182 257	0

Un: €

Transacções 2009	Prestações de serviços	Proveitos suplementares	Outros devedores e credores	Proveitos extraordinários
Ferconsult, S.A.	65 177	149 625	0	477 734
Metrocom, S.A.	928 750	51 922	0	5 375
Publimetro, S.A.	1 812 000	105 322	0	22 273
Fernave, S.A.	700	0	0	0
Total	2 806 627	306 869	0	505 382

Un: €

Transacções 2009	Imobilizado em curso	Fornecimentos e serviços externos	Custos diferidos	Custos com pessoal	Imobilizado corpóreo	Outros devedores e credores
Ferconsult, S.A.	9 503 822	11 342	0	0	409 440	538 009
Metrocom, S.A.	0	68 281	0	0	0	0
Fernave, S.A.	0	153 050	0	0	0	0
Total	9 503 822	232 673	0	0	409 440	538 009

1.5 Informação sobre outras transacções

Procedimentos adoptados em matéria de aquisição de bens e serviços

Os procedimentos de formação de contratação que o ML efectuou regeram-se pelo Código dos Contratos Públicos (CCP). Nas aquisições no âmbito dos transportes e abaixo do limiar comunitário não se seguiu o CCP, por estarem dispensadas dessa tramitação.

No decurso de 2009, o Conselho de Administração estabeleceu procedimentos no âmbito da aquisição de bens e serviços:

- Em Março, através de Deliberação, para actualizar a Delegação de Competências no que diz respeito aos valores para consulta e aquisição de bens e serviços (com excepção de viaturas, equipamento informático, software e mobiliário) pelos ODDCA e lançamento de empenhadas pelas áreas operacionais;
- Em Junho, por meio de Ordem de Serviço, para clarificar a adopção de procedimentos, tendo em conta a dualidade de regimes de contratação instituída pelo CCP – o Regime Geral, quando o ML actua como entidade pública adjudicante e o Regime Especial, quando actua com entidade pública adjudicante que exerce a sua actividade na área dos transportes;
- Em Outubro, através de Deliberação, para criar a Direcção de Contratação e Procurement, procedendo ao reajustamento da estrutura orgânica da empresa e dos meios adequados ao cumprimento agilizado e integrado CCP, de forma a promover a articulação e normalização dos procedimentos.

No âmbito da RCM n.º 49/2007, indicam-se:

- Transacções que não tenham ocorrido em condições de mercado (ajustes directos com consulta a apenas uma entidade):

Tipo de Contrato	Contrato	Objecto	Fundamentação	Fornecedor	Data de assinatura	Preço contratual
Aquisição de Serviços	25/2009-ML	Prestação de serviços de análise e verificação do projecto de execução e de projectos complementares de alteração do projecto da Emp. 671/07	Sector especial transportes	COBA, S.A.	2009.03.27	170 000,00 €
	44/2009-ML	Prestação de serviços de reparação de bancos do material circulante do ML	Sector especial transportes	MESI – Manutenção e Serviços Industriais, Lda.	2009.04.01	567,00 €
	46/2009-ML	Prestação de serviços de certificação, do Sistema de Gestão de Qualidade da área de exploração comercial do ML	Sector especial transportes	SGS – Inter Certification Services, Lda.	2009.04.06	7 033,38 €
	59/2009-ML	Prestação de serviços actuariais – estudo sobre viabilidade de implementação de plano de pensões no ML	CCP – art. 20.º, n.º 1, al. a)	Pereira da Silva, Pedro Corte Real e Associados, Lda.	2009.05.12	40 000,00 €
	68/2009-ML	Prestação de serviços de alterações nos títulos de transporte do sistema de bilhética do ML	Sector especial transportes	Indra Sistemas, S.A.	2009.06.04	35 776,00 €
	91/2009-ML	Prestação de Serviços de instrumentação para o troço 61º – Aduelas 1 a 321, Restauradores / Sta. Apolónia – Túnel do Terreiro do Paço, da linha Azul, do Metropolitano de Lisboa, E.P.	Sector especial transportes	SPGO – Soc. de Projectos e Gestão de Obras, Lda.	2009.07.14	282 000,00 €
	93/2009-ML	Prestação de serviços relativo à implementação de alterações no Interface Homem-Máquina das máquinas automáticas, no carregamento de títulos em uso de outro operadores e na realização do teste piloto com telemóveis NFC no sistema de Bilhética do Metropolitano de Lisboa, E.P.	Sector especial transportes	INDRA SISTEMAS, S.A.	2009.07.17	40 610,70 €
	94/2009-ML	Prestação de serviços de fiscalização das obras de São Sebastião I e II / Saldanha I e II e Avenida	Sector especial transportes	RAÚL DAS DORES COSTA	2009.07.20	1 853,50 €
	95/2009-ML	Prestação de serviços de fiscalização de obra na Emp. ML 682/09 referente aos trabalhos de arranjos exteriores do Interface do Senhor Roubado e Posto de Ventilação 4 em Odivelas	Sector especial transportes	MANUEL ANTÓNIO JOAQUIM PEREIRA MAIA	2009.07.27	1 853,50 €
	97/2009-ML	Prestação de serviços de coordenação dos trabalhos de planeamento e expansão da rede do Metropolitano de Lisboa, E.P.E.	Sector especial transportes	TRANSES – Consultoria, Estudos e Projectos, Lda.	2009.08.19	30 000,00 €

Tipo de Contrato	Contrato	Objecto	Fundamentação	Fornecedor	Data de assinatura	Preço contratual
Aquisição de Serviços	99/2009-ML	Prestação de serviços de disponibilização de Plataforma Electrónica de Contratação e de Certificados Digitais Qualificados	CCP - art. 20.º, n.º 1, al. a)	SAPHETY LEVEL - Trusted Services, S.A.	2009.08.27	41 500,00 €
	112/2009-ML	Prestação de Serviços de gestão, acompanhamento e desenvolvimento do Projecto de Apoio a Jovens Artistas Portugueses por meio de divulgação em suportes alternativos	CCP - art. 20.º, n.º 1, al. a)	SOTA - Agência de Arte, S.A.	2009.10.09	140 000,00 €
	114/2009-ML	Prestação de serviços de elaboração dos projectos de execução de arquitectura das estações São Sebastião I e II, da linha Vermelha do Metropolitano de Lisboa, E.P.	Sector especial transportes	CJC - Engenharia e Projectos, Lda.	2009.01.05	375 500,00 €
	115/2009-ML	Prestação de serviços de elaboração dos projectos das especialidades para a estação São Sebastião I, da linha Vermelha do Metropolitano de Lisboa, E.P.	Sector especial transportes	CJC - Engenharia e Projectos, Lda.	2009.10.15	190 000,00 €
	118/2009-ML	Prestação de serviços de telecomunicações móveis para o Metropolitano de Lisboa, E.P.E.	CCP - art. 20.º, n.º 1, al. a)	TMN - Telecomunicações Móveis Nacionais, S.A.	2009.11.03	486,78 / mês
	119/2009-ML	Fornecimento, instalação e manutenção do software GloopPro	CCP - art. 20.º, n.º 1, al. a)	EXERT - Solutions & Consulting, Lda.	2009.11.03	33 850,63 €
	128/2009-ML	Aquisição de serviços de assessoria financeira no âmbito da emissão de Obrigações 2009/2010	CCP - art. 20.º, n.º 1, al. a)	BANCO BPI, S.A.	2009.12.14	20 000,00 €
	133/2009-ML	Prestação de serviços de engenharia geotécnica no âmbito do prolongamento São Sebastião /Campolide, Término e PV199, da linha Vermelha do Metropolitano de Lisboa, E.P.E.	Sector especial transportes	ENG. PEDRO ALEXANDRE BRITO DE CARVALHO	2009.12.30	10 000,00 €
Aquisição de Bens	55/2009-ML	Fornecimento, instalação, e colocação em serviço de matriz de video para a estação do Marquês de Pombal I e remodelação de cablagem nas racks de videovigilância do ML	Sector especial transportes	TELIC - Telecomunicações e Montagens, S.A.	2009.05.05	9 825,91 €
	56/2009-ML	Fornecimento e montagem de tampas de ABS para perfil de borracha dos vidros dos canais das linhas de controlo das estações do ML	Sector especial transportes	Metalfonte, Construções Metálicas, Lda.	2009.05.05	7 248,00 €
	58/2009-ML	Fornecimento e instalação de stand para exposição da UITP	CCP - art. 20.º, n.º 1, al. a)	EXPOFORMA - Design de Espaços e Construções, S.A.	2009.05.12	56 000,00 €
	64/2009-ML	Fornecimento e trabalhos de substituição de sinais de um filamento por sinais de dois filamentos em Alameda I e linha Vermelha do ML	Sector especial transportes	Dimetronic, S.A.	2009.06.04	97 769,53 €
	67/2009-ML	Fornecimento, montagem, ensaio e colocação em serviço de equipamentos de energia para as salas de sinalização dos PMO's do ML	Sector especial transportes	Dimetronic, S.A.	2009.06.18	36 578,10 €
	87/2009-ML	Fornecimento e montagem de sinalética e mobiliário no âmbito da remodelação da estação Avenida, do ML	Sector especial transportes	APAMILUX, Imagem Corporativa, S.A.	2009.07.03	55 855,51 €
	111/2009-ML	Fornecimento e montagem dos equipamentos de despacho e gestão das comunicações para o PCC da Sidónio Pais - Sistema SIRESP - da rede do Metropolitano de Lisboa, E.P.E.	Sector especial transportes	MOTOROLA - Portugal Comunicações, Lda.	2009.09.24	265 472,00 €

- Lista de fornecedores que representam mais de 5% do total dos fornecimentos e serviços externos (superiores a um milhão de euros):

Un: € (IVA não incluído)

EDP COMERCIAL - Comercialização de Energia, S.A.	4 873 007
2045 EMPRESA DE SEGURANÇA, S.A.	3 978 466
COMPANHIA SEGUROS ALLIANZ PORTUGAL	3 453 658
GRUPO 8 - Vigilância e Prevenção	2 608 054

- Concursos Públicos Internacionais
Em 2009 foram lançados dois Concursos Públicos Internacionais tendo sido celebrado contrato com as seguintes entidades:

Tipo de Contrato	Contrato	Objecto	Fundamentação	Fornecedor	Data de assinatura	Preço contratual
Fornecimentos	96/2009-ML	Fornecimento e montagem de rádios móveis e portáteis Tetra no material circulante para as comunicações privativas no sistema SIRESP do Metropolitano de Lisboa, E.P.E.	DL 223/2001	EFACEC – Sistemas de Electrónica, S.A.	2009.07.20	520 092,20 €
Serviços	130/2009-ML	Aquisição de serviços de seguros de ramos diversos para o Metropolitano de Lisboa, E.P.E.	CCP	COMPANHIA DE SEGUROS ALLIANZ	2009.05.05	3 646 348,87 €

1.6 Membros dos órgãos sociais e suas competências

1.6.1 Conselho de Administração

Conselho de Administração (desde Junho de 2009)

Cargo	Conselho de Administração ⁽¹⁾	Eleição	Mandato
Presidente	Dr. Joaquim José Oliveira Reis	RCM n.º 101/2006,	2006-2009
Vogal 1	Eng.º Luís Filipe Salgado Zenha de Morais Correia	de 3 de Novembro	
Vogal 2	Eng.º Jorge Manuel Quintela de Brito Jacob		
Vogal 3	Dr. Pedro Gonçalo de Brito Aleixo Bogas ⁽²⁾		
Vogal 4	Dr. Miguel Teixeira Ferreira Roquette		

(1) Alteração da designação dos Órgãos Sociais, a partir da entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 148-A/2009, de 26 de Junho.

(2) Renúncia ao cargo em 31 de Agosto de 2009.

Conselho de Gerência (até Junho de 2009)

Cargo	Conselho de Gerência	Eleição	Mandato
Presidente	Dr. Joaquim José Oliveira Reis	RCM n.º 101/2006,	2006-2009
Vogal 1	Eng.º Luís Filipe Salgado Zenha de Morais Correia	de 3 de Novembro	
Vogal 2	Eng.º Jorge Manuel Quintela de Brito Jacob		
Vogal 3	Dr. Pedro Gonçalo de Brito Aleixo Bogas		
Vogal 4	Dr. Miguel Teixeira Ferreira Roquette		

Conselho de Administração – Funções e Responsabilidades dos Membros do CA

Funções e Responsabilidades

Dr. Joaquim Reis, Presidente (PCA):

Representação Institucional do ML
Autoridade de Segurança
Secretaria-Geral e Comunicação
Economia e Finanças
Recursos Humanos
Estudos, Planeamento, Orçamento e Controlo de Gestão (vertente orçamento e controlo de gestão)
Sistemas e Tecnologias de Informação
Auditoria
Marketing
Participadas:
Presidente do CA da Ferconsult, S.A.
Presidente do CA da Metrocom, S.A.
Presidente da AG da Ensitrans, A.E.I.E.
Vogal da Trem, A.C.E.
Vogal da Trem II, A.C.E.

Eng.º Luís Morais Correia (vogal substituto do Presidente):

Gestão de Infra-estruturas
Gestão de Projectos e Obras de Expansão e Modernização da Rede
Estudos, Planeamento, Orçamento e Controlo de Gestão (vertente gestão e projecto de obra)
Participadas:
Vogal da Ferconsult, S.A.
Vogal da Ensitrans, A.E.I.E.
Vogal da SOTRANS, S.A.

Eng.º Jorge Jacob (vogal):

Exploração Comercial
Gestão de Manutenção
Estudos, Planeamento, Orçamento e Controlo de Gestão (vertente comercial e expansão)
Desenvolvimento da função Marketing Estratégico e Operacional
Património Artístico e Histórico
Participadas:
Presidente da AG da Metrocom, S.A.

Dr. Miguel Roquette (vogal):

Provedor Arbitral
Jurídico e Contencioso
Contratação e Procurement
Relações com a Câmara Municipal de Lisboa, acompanhando a vertente institucional a cargo do PCA
Participadas:
Administrador da Metrocom para o triénio 2008/2010 (desde 2 de Junho de 2008)
Presidente da AG da Publímetro, S.A.
Presidente da AG da Gil, S.A.

1.6.2 Conselho Fiscal

O actual Conselho Fiscal (designado por Comissão de Fiscalização até Junho de 2009) foi nomeado por Despacho Conjunto dos Secretários de Estado do Tesouro e das Finanças e dos Transportes, de 26 de Outubro de 1998 por um período de três anos, renováveis.

Conselho Fiscal (desde Junho de 2009)

Cargo	Conselho Fiscal ⁽¹⁾	Eleição	Mandato
Presidente	Dr. Renato Augusto Vieira Campos	DC 26/10/1998	1998-2001
Vogal 1	Dr. Evaristo da Cruz Branquinho		
Vogal 2	A nomear		
Vogal Suplente	A nomear		
ROC	Caiano Pereira, António e José Reimão SROC n.º 38, representado por: Dr. Luís Pedro Pinto Caiano Pereira ROC n.º 842	Desp. do SETF de 18/03/2008	

⁽¹⁾ Alteração da designação dos órgãos sociais, a partir da entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 148-A/2009, de 26 de Junho.

Comissão de Fiscalização (até Junho de 2009)

Cargo	Comissão de Fiscalização	Eleição	Mandato
Presidente	Dr. Renato Augusto Vieira Campos	DC 26/10/1998	1998-2001
Vogal 1	Caiano Pereira, António e José Reimão SROC n.º 38, representado por: Dr. Luís Pedro Pinto Caiano Pereira ROC n.º 842 ⁽¹⁾		
Vogal 2	Dr. Evaristo da Cruz Branquinho		

⁽¹⁾ Representante da firma Caiano Pereira, António e José Reimão, SROC, estabelecido por Despacho do Secretário de Estado do Tesouro e das Finanças n.º 192/08-SETF, de 18 de Março.

1.7 Auditor externo

O auditor externo é a Deloitte & Associados, SROC, S.A..

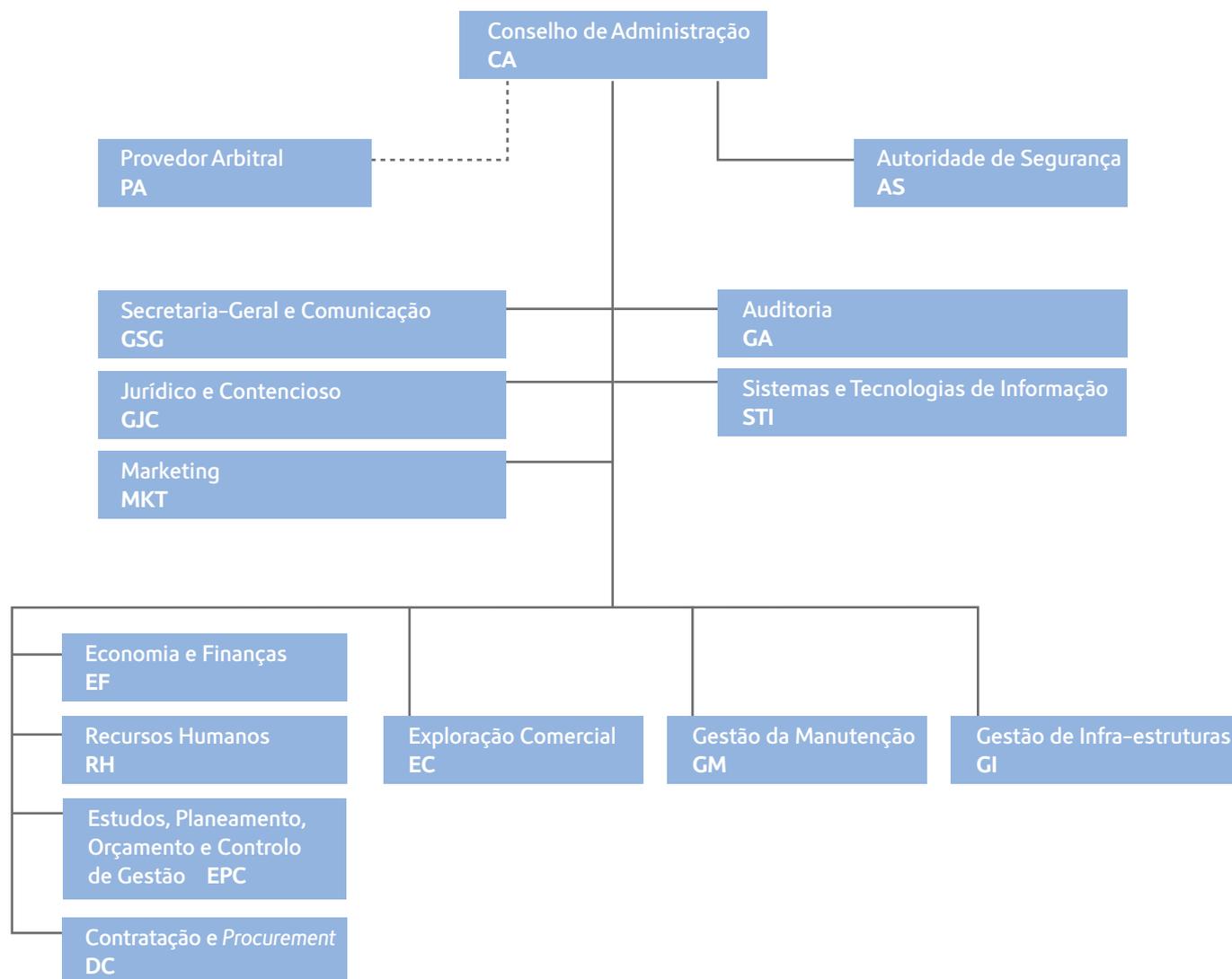
1.8 Estrutura Organizacional

Em Janeiro de 2009, o então Conselho de Gerência (CG) aprovou o novo modelo organizacional da Área de Gestão de Manutenção (GM), integrando colaboradores da Área de Exploração Industrial (EI), bem como a manutenção da Gestão de Infra-estruturas (GI), relativamente a energia, sinalização, via férrea, comunicações e instalações, pondo termo à EI e, conseqüentemente, reestruturando a Área de Gestão de Infra-estruturas. Posteriormente e dadas as alterações legislativas em matéria de relato e transparência de actividade e das políticas do Bom Governo, entendeu o CG proceder, em Março, à reestruturação do Gabinete de Estudos, Planeamento, Orçamento e Controlo de Gestão (EPC), dotando-o de acrescidas funções e passando este órgão para Direcção.

Com o objectivo de assegurar maior eficácia ao serviço e agilizar as relações com outras áreas da empresa, o Conselho de Administração (CA) procedeu, em Setembro, à reestruturação orgânica da Autoridade de Segurança.

O CA criou, com efeitos a partir de 1 de Novembro, a Direcção de Contratação e *Procurement* (DC), extinguindo o Departamento de Aprovisionamentos (EFA) da orgânica da Direcção de Economia e Finanças (EF). Esta nova Direcção resulta como forma de potenciar uma acrescida articulação e normalização dos procedimentos adoptados, em matéria de novo Código dos Contratos Públicos (CCP) em vigor, pelas diversas áreas da Empresa, bem como o permanente cumprimento dos normativos legais aplicáveis.

1.8.1 Organograma



EC - Exploração Comercial
 GM - Gestão de Manutenção
 GI - Gestão Infra-estruturas
 EF - Economia e Finanças
 RH - Recursos Humanos
 EPC - Estudos, Planeamento, Orçamento e Controlo de Gestão
 AS - Autoridade de Segurança
 DC - Contratação e *Procurement*
 GA - Auditoria
 GJC - Jurídico e Contencioso
 GSG - Secretaria-Geral e Comunicação
 MKT - Marketing
 STI - Sistemas e Tecnologias de Informação
 PA - Provedor Arbitral³

Eng.º Pedro Machado Vazão de Almeida
 Eng.º José Osvaldo Bagarrão
 Eng.º João Afonso Monteiro Correia
 Dr. José Maria Ferreira de Melo
 Dr.ª Maria Paula Ferreira F. Martins Sanchez Jorge
 Dr. Luís Filipe Pereira Melo de Almeida
 Eng.º Armando Silva Neves
 Dr.ª Margarida Maria Melo de Sousa Loureiro
 Dr. José António Carballo Sequeira
 Dr. Nuno Mariano Agostinho Soares
 Dr. António José Pinto Mendes Mourão
 Dr. Miguel Matos Silva Rodrigues
 Dr. Carlos José Duarte Rocha
 Dr. Guilherme da Palma Carlos

³ Órgão autónomo com estatuto próprio.

1.9 Remuneração dos membros dos órgãos sociais

Por Despacho Conjunto dos Ministérios das Finanças e da Administração Pública e das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, de 23 de Setembro de 2009, e na sequência das aprovações do Estatuto do Gestor Público (DL n.º 71/2007, de 27 de Março) e do regime jurídico aplicável ao ML enquanto Entidade Pública Empresarial (DL n.º 148-A/2009, de 26 de Junho) foram determinadas as seguintes remunerações mensais ilíquidas fixas (em vigor desde o dia 26 de Junho de 2009):

Estatuto remuneratório fixado – desde Junho de 2009

Remunerações ilíquidas

Conselho de Administração

Presidente	Remuneração base de € 7 225,60, 14 vezes por ano;
Vogais	Remuneração base de € 6 306,64, 14 vezes por ano.

Conselho Fiscal

Presidente	Remuneração base de € 1 445,12, 14 vezes por ano;
Vogais	Remuneração base de € 1 083,84, 14 vezes por ano.
ROC	Remuneração base de € 1 188,14, 14 vezes por ano.

Estatuto remuneratório fixado – até Junho de 2009

Remunerações ilíquidas

Conselho de Gerência

Presidente	Remuneração base de € 4 752,55, 14 vezes por ano; Despesas de representação de € 1 663,39, 12 vezes por ano; Adicional mensal, no montante de € 843,65.
Vogais	Remuneração base de € 4 204,18, 14 vezes por ano; Despesas de representação de € 1 261,65, 12 vezes por ano; Adicional mensal, no montante de € 843,65.

Comissão de Fiscalização

Presidente	Remuneração base de € 1 188,14, 14 vezes por ano;
Vogal 1	Remuneração base de € 1 188,14, 14 vezes por ano;
Vogal 2	Remuneração base de € 950,51, 14 vezes por ano.

Estatuto remuneratório do Conselho de Administração – 2009

Base de cálculo => Grupo A - Grau de Complexidade 1

Mandato I	Un: €				
	Joaquim Reis Presidente	Morais Correia Vogal Executivo 1	Jorge Jacob Vogal Executivo 2	Pedro Bogas Vogal Executivo 3	Miguel Roquette Vogal Executivo 4
1. Remuneração					
1.1 Remuneração base / fixa	72 281,08	63 415,33	63 415,33	38 188,77	63 415,33
1.2 Acumulação de funções de gestão	--	--	--	--	--
1.3 Prémios de gestão	--	--	--	--	--
1.4 Outras remunerações:					
• Despesas de representação ^(a)	9 703,11	7 357,29	7 357,29	7 357,29	7 357,29
• Subsídio de Férias	7 225,60	6 306,64	6 306,64	6 306,64	6 306,64
• Subsídio de Natal	7 225,60	6 306,64	6 306,64	4 204,18	6 306,64
• Contas de saída por motivo de exoneração	--	--	--	19 182,71	--
2. Outras regalias e compensações					
2.1 Gastos de utilização de telefones	--	721,59	622,43	409,68	950,56
2.2 Valor de aquisição da viatura de serviço	27 990,00 ^(b)	--	--	--	40 323,10 ^(c)
2.3 Valor da renda da viatura de serviço ^(d)	6 388,53 ^(e)	12 633,96	12 989,40	12 899,88	--
2.4 Valor combustível gasto c/ viatura serviço	788,80	1 412,37	3 461,78	1 129,08	1 988,49
2.5 Subsídio de deslocação (ano 2009)	--	--	--	--	--
2.6 Subsídio de refeição ^(f)	10,35 €/dia	10,35 €/dia	10,35 €/dia	10,35 €/dia	10,35 €/dia
2.7 Outras: Seguro anual da viatura de serviço	392,70 ^(g)	--	--	--	925,62
3. Encargos com benefícios sociais					
3.1 Segurança Social obrigatório / CGA	18 613,99	16 350,32	5 392,52	13 689,85	16 364,56
3.2 Seguros de saúde ^(h)	ML	ML	ML	ML	ML
3.3 Seguros de vida	não	não	não	não	não
3.4 Outros encargos	--	--	--	--	--
4. Informações adicionais					
4.1 Opção pelo vencimento de origem	não	não	não	não	não
4.2 Regime de Segurança Social	Seg. Social	Seg. Social	CGA	Seg. Social	Seg. Social
4.3 Ano de aquisição de viatura pela empresa	2009	2007	2007	2007	2000
4.4 Exerc. funções remuneratórias fora grupo	--	--	--	--	--
4.5 Opção de aquisição de viatura de serviço	não	não	não	não	não

- (a) O subsídio para despesas de representação fixado por Despacho Ministerial correspondia a € 1 663,39 e € 1 261,25 mensais, para o Presidente e para os vogais do Conselho de Administração, respectivamente.
- (b) Corresponde ao valor de aquisição da viatura, em Outubro de 2009, incluindo IVA a 20%.
- (c) Viatura adquirida em 2000. O valor da aquisição da viatura inclui IVA a 17%.
- (d) Valor anual do renting da viatura de serviço, inclui a renda (com IVA a 20%) e seguro.
- (e) Valor do renting da viatura de serviço (renda + IVA a 20% e seguro) pago até Setembro de 2009, inclusive.
- (f) Conforme CS 611349, de 28 de Agosto de 2008. Valor actualizado pela CS 656330, de 31 de Março de 2009.
- (g) Valor do seguro, correspondente a três meses, resultante da aquisição da viatura de serviço, em Outubro de 2009.
- (h) Seguro geral da Empresa - caso o pretenda, cada membro do CA, pode suportar as despesas do custo mensal da extensão do seguro aos seus familiares (€ 47,96 pelo cônjuge, € 28,78 por cada filho menor e € 47,49 por cada filho maior), à semelhança de todos os trabalhadores da empresa.

Estatuto remuneratório do Conselho Fiscal – 2009

	Un: €		
	Renato Campos Presidente	Evaristo Branquinho Vogal 1	ROC
1. Remuneração			
1.1 Vencimento base	15 842,39	12 228,32	14 257,68
1.2 Despesas de representação	--	--	--
1.3 Remuneração adicional	--	--	--
1.4 Subsídio de Férias / Natal	2 890,24	2 167,68	--
1.5 Outras remunerações	--	--	--
2. Encargos com benefícios sociais			
2.1 Segurança Social obrigatório	--	Seg. Social 3 419,06	--

1.10 Análise de sustentabilidade da Empresa nos domínios económico, ambiental e social

1.10.1 Dimensão económica

Enquadramento macroeconómico

Nos últimos dois anos, sobretudo em 2009, o mundo assistiu à mais grave crise económica do pós-guerra. Na realidade, após as tensões verificadas, em 2008, nos mercados financeiros, que haviam conduzido ao agravamento das condições de financiamento, assistiu-se, no ano de 2009, à deterioração da actividade económica a nível global. Em consequência, a maioria dos países desenvolvidos, mas não só, conheceu contracções significativas em diversas componentes do Produto Interno Bruto. Como seria expectável a Europa não foi excepção. Em 2009, apesar das medidas expansionistas adoptadas pelos governos dos países da zona euro, a depreciação do Produto, neste espaço económico, cifrou-se em 4%.

Os principais mercados externos da economia portuguesa viram o seu PIB contrair-se. Em Espanha, na Alemanha e em França, que no seu conjunto representam mais de 50% das exportações nacionais, observaram-se taxas de contracção do Produto de 3,6%, 5,0% e 2,2%, respectivamente.

Consequentemente, em Portugal, e considerando que o nosso país é uma economia aberta, a quebra, embora menor que a verificada em alguns dos seus parceiros de união monetária, atingiu os 2,7%, sendo de realçar que, com excepção do Consumo Público e da Procura Externa Líquida (pois, apesar do decréscimo quer das importações, quer das exportações, o saldo acabou por ser menos negativo que no ano anterior), todas as componentes do PIB se depreciaram, tendo a Formação Bruta de Capital Fixo decrescido 11,1%.

Neste cenário, de recessão económica, assistiu-se, também, a uma variação negativa no Índice Harmonizado de Preços no Consumidor. Como seria de esperar, o défice do Orçamento do Estado agravou-se para 9,4% do PIB e o desemprego atingiu, em 31 de Dezembro de 2009, mais de 10% da população activa.

Mais recentemente, a pressão sobre a dívida soberana de alguns países, com défices mais elevados e projecções de taxas de crescimento reduzidas, entre os quais Portugal, levaram os investidores a exigir prémios de risco mais elevados, o que, inevitavelmente, levou a novo, e severo, agravamento das condições de financiamento.

Tal como a República Portuguesa, que garante grande parte da dívida do ML, a Empresa viu a notação da sua dívida ser, sucessivamente, reduzida, de A⁺ com perspectiva positiva, em Janeiro de 2009, para A⁻ com perspectiva negativa, em Abril de 2010.

No entanto, e apesar deste agravamento das condições de crédito, a taxa de juro implícita da dívida da empresa cresceu apenas 0,152%, de 2,377% em 2008, para 2,529% em 2009, mantendo-se o prazo médio de endividamento nos 10 anos.

É, também, de realçar que apesar da quebra no consumo e o aumento do desemprego serem factos que afectam negativamente a necessidade de deslocações, a Empresa conseguiu manter estável o seu nível de procura.

1.10.2 Dimensão ambiental

Na perspectiva ambiental e relativamente à Expansão da Rede, o Metropolitano tem vindo a efectuar o acompanhamento ambiental das empreitadas de construção em execução, de forma a assegurar a implementação das medidas de minimização recomendadas e, para os projectos em desenvolvimento, se exigido legalmente, tem-se dado continuidade aos procedimentos de Avaliação de Impacte Ambiental.

O sistema de bilhética sem contacto permite, a nível da exploração, reduções no consumo de papel e na produção de resíduos. Os títulos recarregáveis e reutilizáveis são mais ecológicos e permitem a materialização da política dos três R's – Reduzir, Reutilizar e Reciclar.

Durante o ano de 2009 instalaram-se painéis solares nos Parques de Material e Oficinas (PMO) II e III para aquecimento de água nos balneários, instalações sanitárias e refeitórios.

Futuramente, o Metropolitano pretende implementar um Sistema de Gestão Ambiental (SGA), com o objectivo de gerir de modo contínuo e gradual os aspectos ambientais, tendo em vista a Certificação Ambiental da totalidade da Empresa, incluindo o serviço de exploração e novos prolongamentos. Procura-se assim a melhoria contínua do desempenho ambiental, envolvendo a actualização da legislação ambiental e melhoria do Plano Integrado de Gestão de Resíduos, bem como a realização de diversos estudos relativos aos descritores ruído, vibrações, água, ar, resíduos, entre outros.

1.10.3 Dimensão social

O ML, agente com responsabilidade social no seio da comunidade, promoveu em 2009 diversas acções sociais, nas áreas da cultura, da educação, da saúde, da assistência social e da ecologia, através de concessão de apoios e da cedência de espaços privilegiados para divulgação de eventos nas estações e carruagens, procurando a promoção da coesão social e do desenvolvimento sustentado.

Actividades no âmbito do 50.º Aniversário do ML

- No âmbito do Programa “Natal no Metro”, entre 2 e 17 de Dezembro, foram realizadas acções exclusivamente dedicadas à população escolar, visando a sensibilização para a conservação do património artístico e dar a conhecer este meio de Transporte Público amigo do ambiente:
 - “Comboio de Natal” – Viagem em comboio especial (ida e volta), com animação dirigida às crianças. Na estação decorreu uma acção especialmente concebida para o público infantil, com a presença do Pai Natal e das mascotes Metrox e Metrinha;
 - “Vem guiar os comboios” – Visita aos comboios, no Parque de Material e Oficinas da Pontinha, onde as crianças puderam contactar com o ambiente oficial, com os comboios e a sua tecnologia, regras de segurança e de utilização, podendo interagir com o equipamento. Nestas visitas esteve sempre patente a vertente pedagógica e didáctica. Os grupos foram acompanhados por profissionais ligados à condução e manutenção dos comboios, bem como, por pessoal da Comunicação e Imagem, especializado no acompanhamento de crianças;
- Inauguração da Exposição “50 anos a transportar Lisboa – uma viagem no tempo”, na estação Cais do Sodré, com a presença do Conselho de Administração. Foram convidados antigos colaboradores e a comunidade laboral do Metro (21 de Dezembro).
A exposição integrou as duas primeiras carruagens “ML7” e esteve centrada nos primeiros anos de circulação do ML. Esta mostra esteve patente na estação Alvalade, entre 21 de Dezembro de 2009 e 28 de Fevereiro de 2010, permitindo aos visitantes visualizar filmes e fotografias ilustrativas das fases mais importantes e marcantes dos primeiros 50 anos de existência da rede do ML;
- Realização de um Concerto Gala Comemorativo dos 50 Anos do Metro, pela Lisbon Film Orchestra, na zona da fonte da estação Cais do Sodré, sendo o repertório centrado em bandas sonoras cinematográficas de renome. Esta iniciativa destinou-se não só aos clientes ML e público em geral, mas também aos colaboradores da Empresa (21 de Dezembro);
- No dia 29 de Dezembro, decorreram várias iniciativas para assinalar o 50.º Aniversário do ML, onde estiveram presentes, entre outras altas individualidades, o Secretário de Estado dos Transportes, Dr. Carlos Correia da Fonseca, o Vice-Presidente da CML, Arq. Manuel Salgado e antigos Presidentes do ML – Dr. Santos e Silva, Eng.º Consiglieri Pedroso, Eng.º Santos Machado, Eng.º António Martins, Dr. Manuel Frasquilho e Eng.º Mineiro Aires. De entre as iniciativas realizadas, destaca-se:
 - Inauguração da exposição “50 anos a transportar Lisboa – Uma viagem no tempo” realizada no interior de uma carruagem ML95, estacionada na Praça dos Restauradores;
 - Realização de uma viagem, em duas carruagens ML7, no percurso Restauradores / Alto dos Moinhos;
 - Realização de cerimónia solene, no auditório do Alto dos Moinhos, na qual foi prestada homenagem a seis gerações de antigos presidentes do Metro;
- Criação de postais publicitários no âmbito da Campanha “Postalfree”, para reforçar a identidade e imagem do Metro;
- Criação de selos alusivos aos 50 anos do ML, no âmbito da Campanha o “Meu Selo”, através do serviço dos CTT, possibilitando a personalização de selos através da incorporação de imagens e/ou textos.

Concessão de apoios e patrocínios

- Patrocínio de mais uma Edição, a 3.ª, do Festival “Dias da Música no CCB”, que reuniu um conjunto de músicos e formações de elevada qualidade (entre 24 e 26 de Abril);
- Participação em grupo de trabalho (CML, PSP, Polícia Municipal, Regimento de Sapadores Bombeiros, ML, Carris, Transtejo, Estado Maior da Armada, Porto de Lisboa, CNE, Protecção Civil e RTP), com vista à realização da cerimónia comemorativa do “50.º Aniversário do Cristo Rei” (16 de Maio);
- Patrocínio da “Conferência Nacional – Deficiência e Pobreza”, realizada na Fundação Gulbenkian e promovida pela Associação Portuguesa de Deficiência (19 de Junho);
- Concessão de apoio à Exposição “Encompassing the Globe. Portugal e o Mundo nos séculos XVI e XVII”, que esteve patente no Museu Nacional de Arte Antiga. Esta mostra concebida pela Smithsonian Institution exibiu várias obras representativas das viagens dos portugueses nos séculos XVI e XVII (entre Julho e 11 de Outubro).

Divulgação de eventos e cedência de instalações

Ao longo do ano o ML apoiou alguns eventos, divulgando-os através da fixação de cartazes no interior das carruagens, através do seu site ou cedendo espaço nalgumas estações ou no Auditório do Alto dos Moinhos:

- Dia Mundial dos Leprosos, promovido pela Associação Portuguesa Amigos Raoul Follereau, com o objectivo de sensibilizar a opinião pública para a situação dos doentes de lepra em Portugal e no Mundo (entre 23 e 31 de Janeiro);
- “Ilustra Underground” – Exposição dos trabalhos na estação Cais do Sodré, no âmbito do prémio de Ilustração promovido pela ETIC (entre 26 de Fevereiro e 19 de Março);
- Reunião com as Comissões de Protecção de Crianças e Jovens do distrito de Lisboa, presidida pela Senhora Secretária de Estado Adjunta e da Reabilitação, no Auditório do Alto dos Moinhos (5 de Março);
- Seminário do Instituto da Segurança Social sobre “Requisitos Gerais para os géneros alimentícios e procedimentos de garantia da segurança alimentar em contexto de funcionamento dos equipamentos de apoio social”, no Auditório do Alto dos Moinhos (19 de Março);
- Passatempo de fotografia, no site do ML, alusivo ao tema “Mulher”, no âmbito da Feira “Feel Woman” (entre 20 e 22 de Março);
- Conferência anual da Associação “Lisboa E-Nova”, que tem como objectivo contribuir para o desenvolvimento sustentável da cidade de Lisboa, no Auditório do Alto dos Moinhos (2 de Abril);
- “Domingos das 10 às 13. Museus e Património...em Família” iniciativa promovida pelo Instituto dos Museus e da Conservação (entre Maio e Dezembro);
- “Mês do Coração”, comemoração promovida pela Fundação Portuguesa de Cardiologia, com o objectivo de encorajar a comunidade a adoptar estilos de vida saudáveis (entre 1 e 8 de Maio);
- Intervenções de Arte Pública levadas a cabo nalgumas estações por estudantes finalistas da Faculdade de Belas Artes de Lisboa, no âmbito da iniciativa “Chiado na Moda 2009” (entre 9 e 19 de Maio);
- “Pirilampo Mágico”, venda nas estações organizada pela CERCI (entre 9 e 31 de Maio);
- “Teatro a Metro”, realização de espectáculos de Teatro, nas estações Alameda, Rato e Santa Apolónia, promovidos pela EGEAC e no âmbito das Festas de Lisboa (entre 20 e 24 de Maio);
- “Dia Mundial da Esclerose Múltipla”, na estação Marquês de Pombal, promovido pela Sociedade Portuguesa de Esclerose Múltipla (27 de Maio);
- “Marvila dos Sabores”, iniciativa organizada pela Junta de Freguesia de Marvila com divulgação de um spot publicitário nos ecrãs existentes nas estações – canal MOP (entre 29 de Maio e 19 de Junho);
- Prémio “QUERCUS 2009”, cerimónia anual da Associação Nacional de Conservação da Natureza visando premiar as empresas e instituições que levaram a cabo as melhores práticas ambientais, no Auditório do Alto dos Moinhos (19 de Junho);
- Rastreiros cardiovasculares e instalação de bancas, nas estações, visando a angariação de fundos e informação sobre a Fundação Ciclo Vida (entre Julho e Setembro);
- “Festival dos Oceanos 2009”, com a realização de animação no interior das estações, com a presença de duas personagens alusivos aos Oceanos (entre 1 e 15 de Agosto);
- “Museus à Noite”, no âmbito desta acção o ML organizou duas visitas nocturnas às estações de Metro (entre 1 e 15 de Agosto);
- “Lisbon Village Festival”, dedicado à geração digital, composto por cinema, exposições e música com promoção no interior das estações (Setembro);
- 4.ª Edição do Prémio “Mobilidade em Bicicleta 2009”, organizada pela Federação Portuguesa de Ciclismo e Utilizadores de Bicicleta, que visa a promoção da utilização da bicicleta como alternativa de mobilidade, no Auditório do Alto dos Moinhos (27 de Setembro);
- “A Fera Amansada”, em cena entre 25 de Outubro de 2008 e 25 de Junho 2009 e “O Corcunda de Notre Dame”, em cena entre 23 de Outubro de 2009 e 25 de Junho de 2010, do Teatro Infantil de Lisboa (TIL).

Cedência de Transporte Gratuito

Procurando fomentar a utilização do Metro, a Empresa disponibilizou transporte gratuito aos participantes dos seguintes eventos:

- 19.ª Meia Maratona Internacional de Lisboa (22 de Março), cujos cartazes foram também afixados no interior dos comboios;
- XXXII Corrida da Liberdade (25 de Abril) – organizada pela Associação das Colectividades do Concelho de Lisboa, para assinalar o 25 de Abril;
- Passeio Belém/Trancão “Nós Pedalamos” (10 de Maio) – organizado pelo Grupo de Estudos de Ordenamento do Território e Ambiente que tem como objectivo a criação de corredores verdes que sirvam a cidade de Lisboa;
- Golden Marathon 2009 (10 de Maio) – prova desportiva organizada pela Fundação Carlos Lopes;
- City Chase (30 de Maio) – Prova que decorreu nas estações de Metro;
- “Fight hunger, walk the World”, marcha Mundial contra a Fome, edição 2009 (7 de Junho) – organizada pela TNT Express Portugal em parceria com o World Food Programme das Nações Unidas, com divulgação nas carruagens;
- “Lisboa Bike Tour”, pelo 4.º ano consecutivo o ML associa-se à organização através do patrocínio financeiro (21 de Junho);
- “Corrida Vencer o Cancro” organizada pela União Humanitária dos Doentes com Cancro, organização que presta apoio aos doentes com cancro e familiares (27 de Junho);
- “Corrida e Caminhada dos 511 anos da Santa Casa da Misericórdia” organizada pela Santa Casa da Misericórdia, para assinalar o aniversário desta instituição (5 de Julho);
- “Jogos da Lusofonia Lisboa 2009” que contou com cerca de 1000 atletas de várias nacionalidades (entre 11 e 19 de Julho);
- Semana da Mobilidade, com o objectivo apelar à comunidade para a mobilidade sustentável e à utilização do Transporte Público. O transporte, ao longo desta semana, foi gratuito nos operadores aderentes à campanha – Metro, Carris, CP e Transtejo – (16 a 22 de Setembro);
- “10.ª Meia Maratona de Portugal”, prova que atravessa a Ponte Vasco da Gama (4 de Outubro);
- “Instituição a CASA – Centro de Apoio aos Sem-abrigo” – O ML ofereceu almoço e transporte a cerca de 200 sem abrigo das zonas de Santa Apolónia, Gare do Oriente, Terreiro do Paço e S. Jorge de Arroios, no refeitório do Parque de Material e Oficinas da Pontinha (26 de Dezembro);
- Festa Anual de Natal, organizada pela “Comunidade Vida e Paz” (Dezembro).

1.10.4 Gestão Operacional do Risco

No final de 2009 foram publicados pela International Organization for Standardization dois documentos dedicados especificamente à Gestão de Risco. A “ISO 31000:2009 Principles and guidelines for risk management” e o “ISO Guide 73:2009 Risk Management – Vocabulary”, uma nova série de orientações que surgem da necessidade de harmonizar padrões e regulamentações e que actuarão como facilitador na necessidade das organizações lidarem com as incertezas que podem afectar os seus objectivos e na forma de dar resposta às crescentes necessidades de informação que lhes são colocadas por diversas instituições, nomeadamente a Tutela e as de crédito.

Como membro do Grupo NOVA Benchmarking, o ML participou no decurso de 2009 num estudo de caso de Gestão de Risco, tendo como contexto o metro, com o propósito de reunir informação básica sobre a envolvente, conhecer os principais desafios, entender o processo de gestão de risco, conhecer as abordagens de sucesso desenvolvidas para identificar, analisar e gerir o risco e ter em conta os riscos estratégicos que ameaçam a prossecução dos objectivos dos metros. O resultado deste trabalho reflectir-se-á na produção, em 2010, de um Manual de Boas Práticas.

O ML, na sequência de orientações tutelares, tem vindo a identificar os principais tipos de risco associados à sua actividade, através da recolha e análise de dados estatísticos, por comparação com outras redes de metropolitano e pela realização de estudos por empresas especializadas nesta matéria.

Os principais riscos ligados à actividade do ML são:

Operacionais

- Qualidade do serviço (frequência, regularidade, falhas);
- Segurança na rede (roubos, agressões, vandalismo);
- Acidentes envolvendo passageiros;
- Acidentes ferroviários (colisões, descarrilamentos, explosões, incêndios);
- Acidentes na fase de construção.

Este ano, face a uma eventual pandemia de gripe no país, foi preparado um plano de contingência, visando a protecção dos trabalhadores do ML e a garantia da prestação do serviço à população. Este plano resultou da colaboração de todas as áreas da empresa, com especial relevo para as participantes no Grupo de Acompanhamento Permanente (GAP) e seguiu as medidas aconselhadas pela Direcção-Geral de Saúde (DGS).

Antes da abertura à exploração das novas estações Alameda e São Sebastião, foi efectuada uma análise dos riscos inerentes às actividades desenvolvidas nessas estações e avaliadas as condições de segurança associadas às instalações e respectivas infra-estruturas técnicas. Foram identificadas as medidas correctivas consideradas adequadas para complementar as condições de segurança existentes, de forma a diminuir a probabilidade de ocorrência de sinistros e a minorar as suas consequências.

Enquanto dono de obra, os riscos associados à fase de construção, são de diversas origens e o seu controlo inclui o cumprimento das normas no âmbito da Higiene e Segurança no Trabalho, da monitorização do cumprimento e eficácia das mesmas através da análise periódica de indicadores sociais (qualidade do ar, níveis de ruído e de electromagnetismo, entre outros).

Ambientais

- Incomodidade (ruídos, vibrações, poeiras, limpeza, circulação de pessoas e bens, acidentes);
- Impacte na envolvente (contaminação de solos e do meio hídrico, produção de resíduos).

Inicialmente, nas obras de construção, é efectuado um controlo dos riscos ambientais, integrado no Estudo de Impacte Ambiental e/ou Avaliação de Impacte Ambiental do prolongamento a construir. Durante a obra, o Acompanhamento e Monitorização Ambiental baseia-se na planificação e implementação de acções visando a atenuação dos impactes ambientais negativos existentes.

Nas actividades posteriores de exploração e manutenção, os riscos continuam a ser avaliados, nomeadamente ao nível das condições de ruído e vibrações, da melhoria da qualidade do ar e no seguimento do Sistema Integrado de Gestão de Resíduos.

Financeiros

- Controlo da dívida;
- Condições de obtenção de crédito.

No primeiro caso, o ML tem promovido políticas de permanente negociação e revisão das condições de financiamento, bem como uma intervenção ajustada no mercado de derivados.

Por outro lado, tendo em conta a diminuição da notação financeira da dívida portuguesa, o ML viu recentemente as suas notações financeiras atribuídas pela agência Standard & Poor's (S&P) reduzidas (de A⁺ para A⁻).

No âmbito da actuação do Gabinete de Auditoria foram realizadas acções relativas a Acidentes de Trabalho (Janeiro e Março), Imobilizado Corpóreo – equipamento administrativo e ferramentas e utensílios (Setembro) e venda de 77 carruagens ML7 como sucata (Dezembro).

Foi também apresentado pelo Gabinete de Auditoria o Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infracções Conexas, de acordo com a recomendação do Conselho de Prevenção da Corrupção. Este documento foi aprovado pelo Conselho de Administração tendo em conta que o combate dos riscos de corrupção é um processo contínuo que necessita de acompanhamento da Gestão de Topo para melhorar sistematicamente os processos que reforcem a transparência, responsabilidade e legalidade de procedimentos e práticas.

1.11 Avaliação do cumprimento dos Princípios do Bom Governo

Nos termos do regime jurídico do Sector Empresarial do Estado (SEE), estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 558/99, de 17 de Dezembro, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 300/2007, de 23 de Agosto, e nos Princípios do Bom Governo das Empresas do SEE, aprovados pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2007, de 28 de Março, o ML tem vindo a ajustar os níveis de informação de forma a dar cumprimento aos requisitos a que está obrigado.

O ML cumpre, através da informação disponível no seu site (www.metrolisboa.pt), no site do SEE (www.dgtf.pt), no Portal do SIRIEF e no Portal da empresa, bem como nos demais documentos enviados para a Tutela, sempre que solicitado, o respeito essencial dos preceitos relacionados com o cumprimento dos Princípios do Bom Governo, das obrigações de informação decorrentes do regime jurídico do Sector Empresarial do Estado e das normas do Estatuto do Gestor Público.

A Empresa produz anualmente documentos que definem a missão, objectivos e princípios gerais de actuação, Plano de Empresa, de carácter prospectivo, o referente à prestação de contas e avaliação da actividade desenvolvida no ano anterior, o Relatório e Contas.

Estes documentos são, após aprovação pela tutela, divulgados interna e externamente através de publicações produzidas para o efeito, bem como através do site do ML e do portal interno.

De acordo com o Despacho n.º 14277/2008, de 23 de Maio, e procurando dar resposta à melhoria da governação empresarial, à sua modernização, eficiência e *accountability*, é prestada informação de forma desmaterializada à Direcção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF) e Inspeção Geral de Finanças (IGF), através do Sistema de Recolha de Informação Económica e Financeira (SIRIEF).

1.12 Código de Ética

O “Código de Ética e de Conduta do Metropolitano de Lisboa, E.P.E.” entrou em vigor no dia 1 de Julho de 2006 e aplica-se a todas as pessoas que trabalhem ou prestem serviços ao ML, quer por via de contrato de trabalho, quer por via de contrato de prestação de serviços, contrato de estágio e, ainda, por via de uma relação de mandato. Deve ser igualmente observado pelos colaboradores das sociedades que estejam numa relação de grupo com o ML, seja por via de uma relação de domínio ou de simples participação.

Este documento está disponível no Portal e no site do ML.



PASSAGEM PROIBIDA

SAIDA

EMPURRE

telefone

2. Relatório do Exercício

2.1 Serviço prestado

Em 2009 o serviço de Transporte Público de Passageiros do ML foi certificado segundo a norma NP ISO EN 9001:2008, juntando-se à certificação anteriormente obtida pela manutenção e estudo de material circulante.

O ML manteve e reforçou a liderança relativamente às empresas de transporte da AML em termos de satisfação do cliente, medida através do ECSI (*European Customer Satisfaction Index*), sistema normalizado gerido por entidade independente.

No final de Agosto entrou em funcionamento o prolongamento da linha Vermelha entre Alameda e São Sebastião, o que permitiu que a linha Vermelha passasse a assegurar uma correspondência muito mais eficaz, em termos de tempo de percurso para os clientes, entre as linhas Azul, Amarela e Verde, tendo, por este facto, crescido significativamente a utilização desta linha, particularmente no novo troço.

Em Setembro foi implementado o passe sub23@superior.tp para os estudantes universitários até aos 23 anos, que também passaram a ter um desconto de 50% no valor do passe, à semelhança do passe 4_18@escolar.tp implementado em 2008.

Nas iniciativas dirigidas ao cliente, destaca-se a implementação de um novo interface nas máquinas de venda automática, que resultou dos contributos decisivos do recurso a um painel de clientes e a entrada em funcionamento, na nova estação Terreiro do Paço, dum segundo Gabinete do Cliente, que anteriormente funcionava a título provisório na estação Alameda.

Confirmando a melhoria da qualidade do serviço prestado, verificou-se uma redução significativa do número de reclamações no ano de 2009.

Foi implementado um conjunto de medidas de produtividade, salientando-se, pelo seu impacto:

- A implementação de uma nova categoria, Operador Comercial, com maior polivalência, associada a um novo modelo de gestão de estações, que privilegiou a presença humana no período de exploração, dando-se prioridade à utilização das máquinas automáticas na função venda, de forma a libertar recursos para a função assistência ao cliente;
- O aumento do tempo máximo de condução dos maquinistas de 03h00 para 03h30;
- A adjudicação de um novo sistema de planeamento e optimização da utilização de recursos, nomeadamente, Maquinistas, denominado “PLAGO”.

2.1.1 Procura

O número total de passageiros transportados em 2009 considera-se praticamente estabilizado face ao ano anterior (-0,96%). É de salientar que, relativamente aos passageiros pagos, se verificou um decréscimo nos utilizadores de títulos próprios, quase compensado pelo aumento dos utilizadores de passes combinados. Esta alteração deve-se à crescente adesão ao bilhete multimodal Zapping (que não sendo um passe combinado se encontra incluído nesta classificação). Relativamente aos passageiros que não pagam houve também um ligeiro decréscimo no número de passageiros gratuitos essencialmente por ter havido, a partir de Abril de 2008, reduções na atribuição deste tipo de passes.

Un: 10³

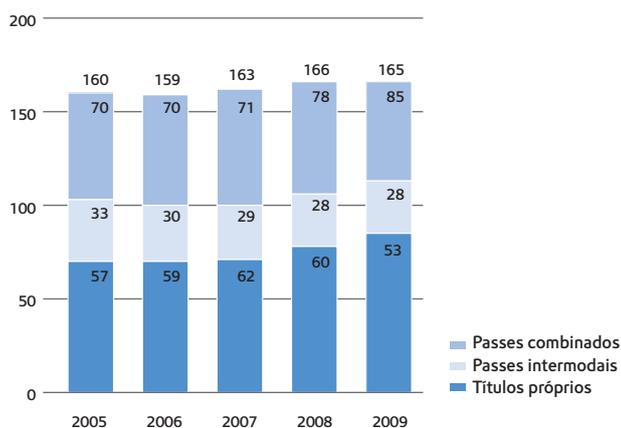
	2005	2006	2007	2008	2009	Var. % 2009/08	Var. % 2009/05
Títulos próprios	57 132	58 528	62 351	59 650	52 776	-11,52	-7,62
Passes intermodais	32 589	30 384	29 309	28 447	27 771	-2,38	-14,78
Passes combinados	70 414	69 904	71 100	77 714	84 644	8,92	20,21
Total pagos	160 135	158 816	162 759	165 811	165 191	-0,37	3,16
Fraude e gratuitos	25 309	25 159	16 928	12 621	11 535	-8,60	-54,42
Total	185 444	183 975	179 687	178 432	176 726	-0,96	-4,70
Percurso médio por passag. (km)	4,650	4,650	4,650	4,682	4,691	0,20	0,89
Pass x km transportados	862 313	855 484	835 545	835 400	829 068	-0,76	-3,86

Passageiros transportados por título de transporte

O acentuado decréscimo dos títulos próprios (-11,52%) deve-se ao facto de, em Dezembro de 2008, terem sido eliminados o “Bilhete Ida e Volta” e o “Bilhete Simples 10 unidades”.

O acréscimo de passageiros com títulos combinados, é na sua maior parte, devido ao aumento do Zapping que, de 2008 para 2009, registou um acréscimo de cerca de 8,9%.

Evolução do número de passageiros com títulos de transporte pago

Un: 10⁶

2.1.2 Receitas de Tráfego

No ano de 2009, as tarifas não sofreram qualquer actualização, o que, associado a uma ligeira redução do número de viagens até ao mês de Novembro, particularmente das correspondentes a passageiros não frequentes (utilizadores de bilhetes com maior remuneração para o ML), teve um efeito negativo nas receitas.

Salienta-se a simplificação tarifária ocorrida em Novembro de 2008, a nível dos bilhetes. De todos os bilhetes de utilização exclusiva de que o metro dispunha apenas duas alternativas ficaram a vigorar para os clientes menos frequentes – Bilhete Simples e Zapping. Esta última alternativa tem um carisma especial, em termos de mobilidade multimodal, uma vez que permite usufruir de descontos, desde que associado à utilização de mais do que um operador elegido entre o Metro, a Carris, a Transtejo e a Soflusa.

Neste contexto e potenciando uma maior mobilidade e equidade no tipo de títulos e preços disponibilizados, foi criado o passe sub23@superior.tp (à semelhança do passe 4_18@escola.tp) destinado a jovens estudantes universitários até aos 23 anos e que garante um desconto de 50% nos transportes públicos. Esta medida funciona como um complemento social alternativo ao transporte escolar já existente e como um apoio às famílias numa das suas necessidades mais básicas – a mobilidade.

Evolução das tarifas dos principais títulos

Un: €

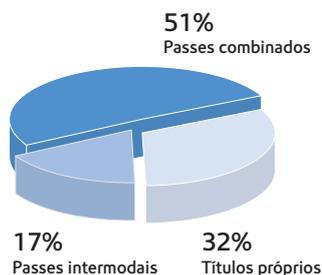
Títulos de transporte	01/Jan	2008 01/Jul	01/Nov	2009 01/Jan
Bilhetes Metro				
Simple - 1 zona	0,75	-	-	-
Simple - 2 zonas	1,05	-	-	-
7 Colinas Simple - 1 zona	0,75	0,80	0,80	0,80
7 Colinas Simple - 2 zonas	1,05	1,10	1,10	1,10
Ida e Volta - 1 zona	1,40	1,45	-	-
Ida e Volta - 2 zonas	1,95	2,05	-	-
Simple 10 unidades - 1 zona	6,90	7,30	-	-
Simple 10 unidades - 2 zonas	9,85	10,40	-	-
Passes Metro				
Urbano 30 dias	18,50	18,50	18,50	18,50
Rede 30 dias	27,20	27,20	27,20	27,20
Bilhetes combinados				
Zapping - 1 zona	0,75	0,79	0,79	0,79
Zapping - 2 zonas	1,05	1,10	1,10	1,10
Passes combinados com Carris				
Carris/Metro urbano - 30 dias	28,10	28,10	28,10	28,10
Carris/Metro rede - 30 dias	30,85	30,85	30,85	30,85
Passes intermodais				
L1	38,30	38,30	38,30	38,30
L12	46,10	46,10	46,10	46,10
L123	52,50	52,50	52,50	52,50

Da eliminação dos títulos magnéticos e do consequente uso exclusivo de bilhética sem contacto, bem como da não actualização tarifária em 2009, resultou uma quebra de 4,7% nas receitas de bilheteira.

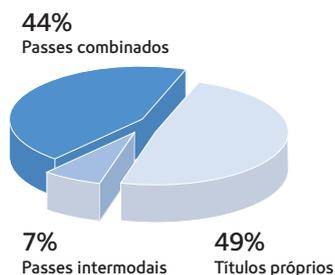
Títulos de transporte		2009	2008	Var. % 2009/08	2007	Var. % 2008/07
Passageiros	Títulos próprios n.º	52 775 985	59 649 816	-11,52	62 350 902	-4,33
	Passes intermodais n.º	27 770 773	28 447 161	-2,38	29 308 578	-2,94
	Passes combinados n.º	84 644 138	77 713 609	8,92	71 099 589	9,30
	Total n.º	165 190 896	165 810 585	-0,37	162 759 069	1,87
Receitas (*)	Títulos próprios €	27 603 988	33 571 978	-17,78	33 921 427	-1,03
	Passes intermodais €	4 133 586	4 347 320	-4,92	4 358 954	-0,27
	Passes combinados €	24 455 597	21 057 379	16,14	16 307 570	29,13
	Total €	56 193 170	58 976 678	-4,72	54 587 951	8,04
Receita por Passageiro	Títulos próprios €	0,523	0,563	-7,07	0,544	3,45
	Passes intermodais €	0,149	0,153	-2,60	0,149	2,75
	Passes combinados €	0,289	0,271	6,63	0,229	18,14
	Receita média €	0,340	0,356	-4,36	0,335	6,05

(*) Não inclui o valor de aquisição dos cartões "Lisboa viva" e "7 Colinas".

Repartição percentual de passageiros por títulos de transporte



Repartição percentual de receitas por títulos de transporte



Dada a vantagem na utilização do Zapping em mais do que um operador, verificou-se alguma transferência de passageiros dos títulos próprios ML para o grupo dos passes combinados.

2.1.3 Oferta

Atendendo aos níveis de procura observados, foram reajustados os níveis de oferta, pelo que as variações percentuais são justificadas, essencialmente, pela abertura à exploração, em 29 de Agosto de 2009, do prolongamento da linha Vermelha entre as estações Alameda e São Sebastião.

	2009	2008	Var. % 2009/08	2007	Var. % 2008/07	
Evolução da oferta	Carruagens x km (serviço público)					
	Linha Azul	9 156 391	8 696 286	5,29	7 495 257	16,02
	Linha Amarela	7 598 201	7 142 401	6,38	7 552 865	-5,43
	Linha Verde	5 633 080	5 629 793	0,06	5 586 309	0,78
	Linha Vermelha	2 886 515	2 008 616	43,71	1 957 360	2,62
Total	25 274 187	23 477 096	7,65	22 591 791	3,92	
Evolução da oferta	Lugares x km (10³)					
	Linha Azul	1 547 430	1 469 672	5,29	1 266 698	16,02
	Linha Amarela	1 284 096	1 207 066	6,38	1 276 434	-5,43
	Linha Verde	951 990	951 435	0,06	944 086	0,78
	Linha Vermelha	487 821	339 456	43,71	330 794	2,62
Total	4 271 337	3 967 629	7,65	3 818 013	3,92	
Eficiência na exploração	Circulações (serviço público)					
	Linha Azul	125 392	125 246	0,12	130 072	-3,71
	Linha Amarela	128 801	127 161	1,29	124 316	2,29
	Linha Verde	157 701	157 609	0,06	156 919	0,44
	Linha Vermelha	122 550	130 470	-6,07	129 455	0,78
	Rede (total)	534 444	540 486	-1,12	540 762	-0,05
	Taxa realização de carruagens x km (%)					
	Linha Azul	99,00	98,83	0,17	99,23	-0,40
	Linha Amarela	98,98	99,13	-0,15	99,28	-0,15
	Linha Verde	99,04	98,65	0,40	98,76	-0,11
	Linha Vermelha	99,92	99,67	0,25	99,55	0,12
	Na rede	99,09	98,94	0,15	99,15	-0,21
	Taxa realização de circulações (%)					
Linha Azul	99,02	98,68	0,35	99,12	-0,45	
Linha Amarela	99,00	99,12	-0,12	99,32	-0,20	
Linha Verde	99,04	98,65	0,40	98,89	-0,24	
Linha Vermelha	99,66	99,74	-0,08	99,55	0,19	
Na rede	99,17	99,02	0,15	99,18	-0,16	

2.1.4 Segurança

Agressões e incidentes na Rede

O ML classifica as ocorrências registadas em três níveis:

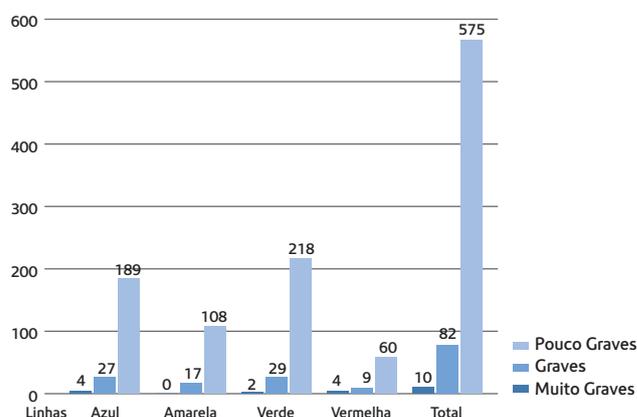
- Muito Graves: roubo com recurso a arma ou agressão, agressão com arma ou objecto contundente, agressão grave, actuação de gangs.
- Graves: roubo com violência, agressão sem gravidade, roubo sob coacção de grupo.
- Pouco Graves: furto, injúria, comportamento agressivo.

Em 2009 foram registados 667 incidentes, menos 330 (-33,1%) do que em igual período do ano anterior, sendo notória a melhoria nos incidentes graves (-47%) e muito graves (-73%). Todas as linhas registaram reduções significativas, destacando-se as linhas Amarela e Verde que apresentaram maiores diminuições (-40% e -36%, respectivamente). As estações em que se inverteu esta tendência foram, na linha Azul, Carnide e Avenida, na linha Amarela, Rato, na linha Verde, Baixa-Chiado, Intendente e Martim Moniz e, na linha Vermelha, Alameda II e Saldanha II.

Nível de Gravidade	2009	2008	Var. %
Muito Graves	10	37	-73,0
Graves	82	155	-47,1
Pouco Graves	575	805	-28,6
Total	667	997	-33,1

De salientar que o ano de 2008 foi um ano atípico por dois motivos. Existiram melhorias a nível dos dados recolhidos e da articulação entre várias áreas da empresa, permitindo o cruzamento das diversas fontes de informação (relatórios de vigilância, notas de ocorrência e imagens) e, por outro lado, assistiu-se, efectivamente, a um crescimento da actividade de pequeno delito nas estações e nos comboios, particularmente no primeiro semestre.

• Distribuição de ocorrências por linha



Na linha Azul, as estações Jardim Zoológico, Marquês de Pombal, Baixa-Chiado e Restauradores são as que têm maior incidência de pequena criminalidade. Jardim Zoológico e Marquês de Pombal são estações de correspondência com um número diário de passageiros muito elevado. Restauradores e Baixa-Chiado são estações com um movimento mais significativo de turistas e de compras.

Os números associados à criminalidade na linha Amarela apresentam valores mais reduzidos que no ano anterior (125 em 2009 contra 208 em 2008), em todos os níveis. Em termos relativos, há uma distribuição homogênea de ocorrências por toda a linha, embora com maior incidência no troço Saldanha/Lumiar.

A redução da criminalidade na linha Verde é significativa relativamente ao ano anterior (391 incidentes em 2008 contra 249 em 2009). A estação Alameda I apresenta índices de criminalidade elevados não só por ser uma estação de correspondência com muitos passageiros mas, essencialmente, por ter muitas entradas e saídas que proporcionam estratégias fáceis de fuga às autoridades. O troço Cais do Sodré/Alameda apresenta piores índices de criminalidade que o resto da linha.

Na linha Vermelha houve também redução de incidentes (73 em 2009 contra 86 em 2008) apesar de a partir de Setembro se ter prolongado até São Sebastião.

• Distribuição de ocorrências ao longo do dia

A distribuição das ocorrências durante o dia tem um padrão. Verifica-se que a partir das 8 horas existe uma distribuição crescente, embora a partir das 12 horas haja uma certa estabilidade nos valores até ao final da exploração, existindo um ligeiro pico na hora de ponta da tarde (entre as 17 e as 19 horas).

• Conclusões

A evolução decrescente nos índices de incidentes, que se verificou a partir do segundo semestre de 2008, tem-se mantido embora de forma mais atenuada, atingindo valores de 3,8 incidentes por milhão de passageiros transportados.

As estações de correspondência apresentam, genericamente, índices mais elevados de insegurança, fundamentalmente pelo maior número de clientes que circulam e por proporcionarem facilidades acrescidas de fuga por parte dos criminosos.

O ML continua a dar assistência à Polícia, não só no fornecimento de imagens mas também através da disponibilização das estações para treino.

Vandalismo sobre material circulante

A actividade a nível do vandalismo reduziu globalmente, embora os graffitis tenham subido ligeiramente, particularmente nos Parques de Material e Oficinas, fruto de um crescimento das tentativas e de algum refinamento dos meios utilizados.

A classificação do vandalismo sobre o material circulante está dividida em três categorias baseadas na gravidade da agressão: Muito Graves (fogo posto, destruição de interior por gang actuando concertadamente), Grave (graffitis em carruagem, janela partida, arrancada ou riscada, banco danificado) e Pouco Graves (tags, pequenas agressões).

Em 2009 o número de casos diminuiu globalmente em relação a 2008 (-20,3%), apesar de se terem verificado seis ocorrências consideradas muito graves.

2.2 Recursos Materiais e Tecnológicos

Em 31 de Janeiro, através de Deliberação n.º 03/09 foi criada uma nova área, a Gestão de Manutenção (GM), com o objectivo de operacionalizar um novo modelo organizacional, capaz de garantir uma mais eficaz preservação dos activos do ML – Material Circulante e Infra-estruturas –, que absorveu parte da Área de Gestão de Infra-estruturas (GI) e a totalidade da Área de Exploração Industrial (EI).

Surgiu a necessidade de criar e implementar novos horários de trabalho adaptados à nova reestruturação e aliados às novas responsabilidades, anteriormente dependentes da área da Gestão de Infra-estruturas, bem como, ao reforço de meios humanos, nalguns departamentos.

A actividade da GM caracteriza-se pela execução de intervenções de manutenção preventiva e correctiva de equipamentos e pela actualização dos planos de manutenção dos procedimentos de trabalho a eles associados.

2.2.1 Material Circulante e Infra-Estruturas

A área da Gestão de Manutenção, que através do serviço de manutenção do material circulante assegura a disponibilidade, segurança e qualidade do mesmo renovou em 2008 a sua Certificação da Qualidade (NP EN ISO 9001:2000), no âmbito da Manutenção, Consultoria Técnica, Especificações, Aquisição, Fiscalização e Serviços de Recepção de Material Circulante.

O Parque de Material Circulante, composto por 338 carruagens, das quais 225 são motoras e 113 são reboques, tem-se mantido inalterável desde 2003. Associada à estabilidade dos últimos anos do Parque de Material Circulante, a nova metodologia de manutenção, permitiu em 2008 a continuada consolidação da taxa de disponibilidade da frota.

No âmbito das actividades da Manutenção do Material Circulante, destaca-se:

- A participação nos grupos de RCM⁴ de análise da manutenção e de RCFA⁵ (Root Cause Failure Analysis) de análise de falhas e operacionalização das conclusões obtidas;
- A análise e estudo do material circulante e respectivos equipamentos com vista a otimizar os planos de manutenção;
- A definição e acompanhamento de trabalhos com alunos de instituições de ensino.

A nível da fiabilidade, verificou-se em 2009 um decréscimo de 3,6% da quilometragem média entre falhas (MKBF⁶).

Indicador		2009	2008	Var. 2009/08	2007	Var. 2008/07
Disponibilidade do Material Circulante	%	85,5%	88,0%	-2,5%	90,2%	-7,4%
MKBF Quilometragem média entre falhas	km	12 982	13 466	-3,6%	13 659	2,7%

Com a reorganização, as quatro áreas de manutenção existentes na antiga GI foram integradas na Direcção de Manutenção de Infra-estruturas da nova GM. De forma a agilizar os meios disponíveis procederam-se a alterações dos horários de trabalho, introduzindo um conceito comum a toda a GM, baseado num único horário com vários turnos. Por outro lado, foram introduzidas escalas de rotação das diversas categorias profissionais. Todas estas alterações contribuíram para que fossem criadas condições para que a manutenção dos equipamentos de sinalização passasse a ser executada internamente.

No âmbito das actividades da Direcção de Manutenção de Infra-estruturas, destaca-se:

Comunicações e Bilhética:

- Acompanhamento, no âmbito do prolongamento da linha Vermelha, das empreitadas das duas novas estações – Saldanha II e São Sebastião II – e da renovação das estações correspondentes das linhas Amarela (Saldanha I), Azul (São Sebastião I), bem como da renovação da estação Avenida;
- Renovação dos contratos de manutenção do Circuito Interno de Televisão (CITV) e do Sistema de Transmissão de Dados por Fibra Óptica (TDFO), com a EFACEC e LANDATA, respectivamente;
- Início do processo para elaboração do contrato de manutenção do sistema GIGABIT;
- Conclusão da análise RCM do Sistema de Bilhética.

Energia:

- Análise, adjudicação e início dos trabalhos do contrato de manutenção de Postos de Seccionamento e Transformação (PST) e Quadros de Baixa Tensão (QBT);
- Participação nos ensaios de colocação em serviço da expansão da linha Vermelha, nomeadamente, em subestação, sistema de comando da rede de energia, PST's, QGT's, carregadores/baterias e alavancas de disparo.

Sinalização:

- Expansão da linha Vermelha e interligação com as linhas Azul (Praça de Espanha) e Verde (Alameda I). Substituição dos encravamentos existentes nas estações Oriente, Chelas e Alameda II (linha Vermelha), sem que tivessem ocorrido perturbações significativas na exploração durante a execução dos trabalhos, os quais se prolongaram por mais de 6 meses.

⁴ Manutenção Centrada na Fiabilidade.

⁵ Identificação das causas raiz que estão na origem das falhas.

⁶ O valor da quilometragem média entre falhas é calculado com base nas falhas em carruagens (sem vandalismos e outros motivos) ocorridas em exploração.

Via-férrea:

- Manutenção Preventiva da Via-férrea (substituição de carril, rastreio dos pinos da sinalização, auscultação ultra-sónica de carris);
- Manutenção Correctiva do Material Circulante de Serviço (fabrico e montagem de peças da transmissão da geradora na unidade esmeriladora/reperfiladora de carris Speno);
- Interferências de Terceiros (colocação de instrumentação);
- Fornecimento de componentes de via (incluindo carris), para os troços São Sebastião II/Alameda II e Oriente/Aeroporto; integração do ramal de São Sebastião e terminos de Oriente e Alameda na rede em exploração;
- Remodelação das estações Roma e Alvalade; montagem de palmilhas resilientes em travessas de madeira no troço Alameda I/Roma;
- Preparação dos cadernos de encargos para aquisição de carris de rolamento e execução de soldaduras de carril.

Instalações Electromecânicas e Edificações:

- Preparação do concurso de prestação de serviços de manutenção para os Sistemas de Iluminação da rede de estações do ML.

2.2.2 Gestão de Projectos, Estudos e Desenvolvimento**No âmbito das actividades do GIE – Gestão de Projectos e Infra-estruturas, evidencia-se a participação em:**

- Estudos do grupo NOVA;
- Implementação de medidas de segurança relativas à detecção de descida indevida à via;
- Análise inter-direcções de ocorrências com perturbação na exploração;
- Grupo de trabalho para o acompanhamento do estudo de viabilidade de um sistema UTO (Unattended Train Operation) na linha Verde;
- Planeamento e coordenação dos empreendimentos em expansão e remodelação das estações, a nível dos projectos pelos responsáveis de disciplina e a integração das especialidades ferroviárias, nomeadamente nos empreendimentos Alameda II/São Sebastião II, Oriente/Aeroporto, São Sebastião II/Campolide e nas estações Areeiro, Arroios, Anjos e Intendente;
- Desenvolvimentos de projectos de Via-férrea e apoio à construção do sistema de metro ligeiro de Dublin (LUAS) e de Oran (Argélia) além dos prolongamentos do metro pesado de Argel.

Na sequência da implementação de medidas para proporcionar às pessoas com mobilidade condicionada ou reduzida a autonomia e a participação social a que têm direito como cidadãos, procedeu-se, em 2009, à:

- Elaboração do relatório final, no âmbito do Subcomité das Instalações Fixas da UITP, sobre encaminhamento de cegos e amblíopes nas redes de Metro;
- Conclusão dos trabalhos de instalação de faixas de borracha nos bordos dos cais para aviso de perigo;
- Conclusão do processo de concurso para adaptação ao PNPA⁷ das estações Colégio Militar-Luz e Baixa-Chiado, bem como, a preparação das estações Campo Grande, Entre Campos, Cidade Universitária, Jardim Zoológico e Alto dos Moinhos;
- Avaliação de novas tecnologias para encaminhamento de cegos na rede do ML, nomeadamente sistemas sem suporte físico à infra-estrutura.

No âmbito das actividades em curso por terceiros, passíveis de interferirem com as infra-estruturas do ML, a Empresa acompanhou o desenvolvimento dos seguintes projectos: urbanização do SCP (Sporting Club de Portugal); reparação do viaduto do Campo Grande; obras da CRIL/IC-17; ampliação da estação Oriente da RAVE; obras na Rua Ivens sobre a estação Baixa-Chiado.

No âmbito das actividades do GID – Estudos e Desenvolvimento, destaca-se a:

- Coordenação do processo de licenciamento para obtenção junto do IMTT da autorização de abertura à exploração do troço Alameda II/São Sebastião II;
- Coordenação dos estudos relativos à economia de energia e redução de emissões de CO₂, no âmbito dos trabalhos do grupo NOVA, com proposta de medidas economizadoras e acompanhamento da auditoria energética em curso nos PMO's;
- Participação em estudo de viabilidade de aplicação do conceito de marcha automática dos comboios sem tripulação UTO à rede do ML;
- Representação do ML na Assembleia Geral da APNCF e na Comissão Técnica CTE 9 de aplicações electrotécnicas ferroviárias, construindo uma base de dados com o repositório das normas desse âmbito publicadas em português;

⁷ Plano Nacional de Promoção da Acessibilidade.

- Elaboração dos diagramas de marcha para uma linha do metro ligeiro de superfície de Dublin;
- Análise dos projectos e avaliação dos seus efeitos, no âmbito das actividades em curso por terceiros, passíveis de interferirem nas estruturas da rede do ML, destacando-se, pela sua importância, a ampliação da Gare do Oriente para a RAVE e a construção de edifícios na vertical da estação Baixa-Chiado;
- Coordenação de processos de inspecção e beneficiação de galerias;
- Coordenação de processos de medições de vibrações e ruídos nas imediações de galerias e viadutos.

2.2.3 Energia

O consumo de energia de “tracção” em 2009 apresenta um aumento de 8,1%, face ao ano anterior, em resultado do aumento da oferta com a abertura à exploração do prolongamento da linha Vermelha entre a Alameda e São Sebastião.

A variação de 28,8% na utilização de energia em “outros consumos” resulta da transferência do consumo relativo a publicidade e espaços comerciais da rubrica “serviços complementares e de apoio”.

Un: milhares kWh

Consumo de energia	2009	2008	Var. % 2009/08	2007	Var. % 2008/07
Tracção	51 996	48 086	8,13	47 803	0,59
Serviços complementares e apoio	48 633	48 471	0,33	46 523	4,19
Outros consumos	5 255	4 079	28,83	3 052	33,65
Total	105 884	100 636	5,21	97 378	3,35

Un: milhares kWh

Indicadores de consumo de energia	2009	2008	Var. % 2009/08	2007	Var. % 2008/07
Tracção / Lugar x km	0,012	0,012	0,44	0,013	-3,20
Tracção / Passageiro x km	0,063	0,058	8,96	0,057	0,61
Total / Lugar x km	0,025	0,025	-2,27	0,026	-0,55
Total / Passageiro x km	0,128	0,120	6,02	0,117	3,36

2.2.4 Sistemas e Tecnologias de Informação

Para além da actividade contínua e permanente de manutenção preventiva e correctiva dos sistemas em exploração no ML, o STI desenvolveu, dado os resultados já conseguidos na efectiva agilização dos processos de negócio, ao longo do ano de 2009, melhorias e/ou benefícios em três áreas específicas:

Implementação de melhorias funcionais em diversos sistemas do ML

- Desenvolvimento de uma aplicação de gestão dos auditórios; implementação de inquéritos electrónicos para afectação de pessoas às linhas/estações; formulário para a agilização de gestão das unidades de trocos e implementação de um mecanismo de solicitações de manutenção no Portal;
- Melhorias diversas no módulo PM e MM. No que se refere a outros módulos SAP, salienta-se a implementação de regras no âmbito do novo regulamento de carreiras e de empresa e de alterações de regras de licença parental; implementação de uma nova classificação dos desenhos de infra-estruturas, e integração de informação dos terminais de fiscalização e de informação do IMTT com o SAP;
- Desenvolvimento de novos indicadores de Recursos Humanos e de Clientes, no âmbito do BW;
- Implementação de um novo módulo Millennium Plus, no Teleponto, para permitir o registo e controlo da prestação do serviço de vigilância contratado pelo ML;
- Desenvolvimento da nova funcionalidade Mobile Phone, no Site ML, criação de *banners* e passatempos diversos;
- Renovação de alguns dos servidores, por se encontrarem obsoletos, tendo como objectivo, repor/melhorar o nível de serviço a disponibilizar e baixar os custos de gestão/manutenção dos respectivos sistemas.

Implementação de projectos

- Instalação de toda a infra-estrutura de hardware e estudo, análise e implementação das integrações do “sistema PLAGO” com os sistemas de informação do ML (Teleponto, SAP ECC e BW);
- Avaliação de Plataformas Electrónicas de Contratação Pública, adjudicação do serviço ao fornecedor e instalação da infra-estrutura tecnológica.

Estudo/análise para a implementação de projectos

- Elaboração de especificações técnicas e funcionais e das respectivas peças processuais para a implementação dos seguintes projectos: Captura de facturas; Reestruturação estratégica do sistema de Planeamento e de Manutenção; Sistema de Normalização Contabilística; Gestão do Património Artístico; Auditoria de Segurança.

2.3 Recursos Humanos

No âmbito da Gestão de Recursos Humanos, em 2009, foi finalizada a discussão com as Associações Sindicais das propostas de novos regulamentos, quer de carreiras, quer de avaliação de desempenho, com inclusão expressa das alterações nos dois Acordos de Empresa, formalmente depositados e publicados, tendo sido implementadas as medidas necessárias à sua concretização na prática.

No seguimento desta orientação, foi implementado, a nível do Acordo de Empresa para a generalidade dos trabalhadores, um novo modelo de guarnecimento das estações baseado numa categoria profissional polivalente, assumindo assim a redução do número de níveis de chefias intermédias na carreira da manutenção, bem como da carreira técnica e apoio.

No que concerne ao Acordo de Empresa para os Técnicos Superiores, adequou-se o regulamento de carreiras à média de anos da vida activa do técnico superior e alterou-se o sistema de avaliação de forma a valorizar o cumprimento dos objectivos delineados.

2.3.1 Custo do factor trabalho⁸

O acréscimo de custos do factor trabalho em 2009 deveu-se, essencialmente, à actualização salarial de 2,9%, a que acresceu a dinâmica inerente ao sistema de progressão na carreira, decorrente da avaliação do desempenho evidenciado no ano anterior.

		2005	2006	2007	2008	2009	Var. 2009/08
Custo factor trabalho	(10 ³ €)	65 366	66 363	67 411	66 501	72 973	9,7%
<u>Custo factor trabalho</u> Custos operacionais	(%)	44,4%	44,2%	45,1%	44,0%	48,3%	4,2%
<u>Custo factor trabalho</u> Custos totais	(%)	26,3%	27,9%	27,6%	26,4%	27,0%	0,6%
<u>Custo factor trabalho</u> Efectivo médio	(10 ³ €)	38,496	38,991	40,006	42,466	45,297	6,7%

A implementação do novo modelo de guarnecimento de estações e a maior flexibilidade na distribuição do tempo de condução dos maquinistas foram algumas das medidas tomadas com vista a dotar a Empresa de maior flexibilidade na gestão de recursos, permitindo um maior aproveitamento dos recursos humanos disponíveis e minorar o acréscimo de efectivos.

Como resultado, foi possível fechar o ano de 2009 com 1 636 efectivos a 31 de Dezembro, menos 12 do que os existentes na mesma data em 2007 e menos 69 do que os existentes na mesma data em 2006 (de notar que o ano de 2008 foi um ano especial na medida em que não foi possível completar o quadro de efectivos saídos em virtude das reformas antecipadas ocorridas, esforço que veio a ser finalizado no ano de 2009).

⁸ Expurgado dos custos com pessoal: complementos de pensões, pré-reformas, incentivos à reforma, fundo de pensões e estudo actuarial.

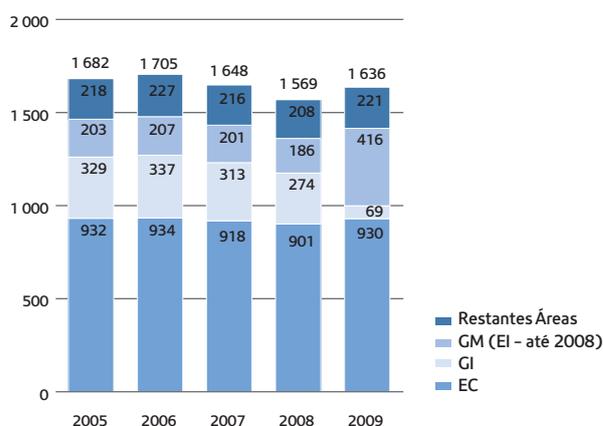
2.3.2 Efectivo

Em 2009 registaram-se 79 entradas e 18 saídas de colaboradores, 8 das quais por motivo de reforma antecipada, originando um aumento do efectivo em cerca de 4,3%.

Esta movimentação permitiu dar continuidade ao processo de renovação do efectivo, bem como consolidar as melhorias de produtividade registadas nos últimos anos, tendo-se actuado no sentido de dar cumprimento ao quadro previsional de efectivos das várias áreas, verificando-se um aumento do número de efectivos em 67 unidades.

A Exploração Comercial deixou de recorrer ao trabalho a tempo parcial a partir de Setembro, face às alterações introduzidas na organização desta área.

Efectivo a 31 de Dezembro



2.3.3 Evolução do pessoal inactivo e responsabilidade social

As responsabilidades sociais históricas emergentes dos Acordos de Empresa, nomeadamente o pagamento pela Empresa de complementos às pensões de reforma e de sobrevivência, determinam um expressivo e preocupante custo, agravado pelo elevado número de reformados por antecipação.

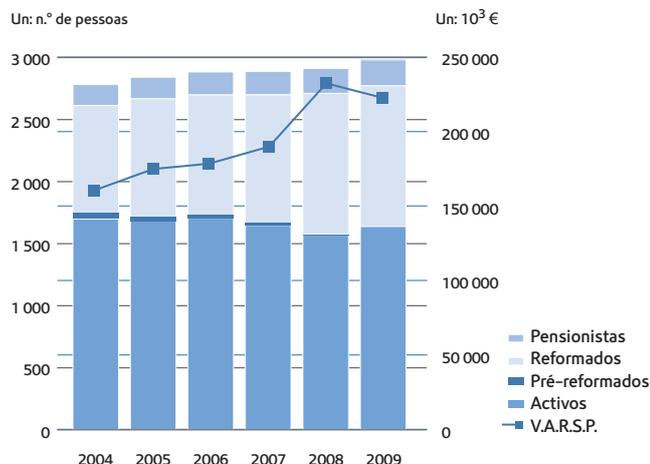
No final de 2009, o Metropolitano de Lisboa integrava um efectivo total de 2 981 pessoas, 1 636 efectivos activos e 1 345 inactivos, dos quais 1 135 se encontravam em situação de reforma (79 por invalidez, 412 por velhice e 644 por reforma antecipada) e 210 em regime de pensionistas.

Em Setembro de 2009, o último dos colaboradores em situação de pré-reforma, reformou-se por idade.

		2005	2006	2007	2008	2009	Var. 2009/08	
							Abs.	%
Pessoal total	Pessoas	2 841	2 884	2 887	2 912	2 981	69	2,4%
Inactivos	Pessoas	1 159	1 179	1 239	1 343	1 345	2	0,1%
Pré-reformados	Pessoas	35	26	18	8	0	-8	-100,0%
Reformados	Pessoas	950	967	1 033	1 133	1 135	2	0,2%
Pensionistas	Pessoas	174	186	188	202	210	8	4,0%
V.A.R.S.P. ⁹	(10 ³ €)	179 527	183 336	191 868	233 920	224 882	-9 038	-3,9%
V.A.R.S.P. Pessoal total	(10 ³ €)	63,192	63,570	66,459	80,330	75,438	-4,89	-6,1%
Efectivo activo								
Pessoal inactivo	Pessoas	1,45	1,45	1,33	1,17	1,22	0,05	4,1%

⁹ O ano de 2008 foi corrigido devido à aplicação da IAS 19 (provisões para encargos com pensões) e do factor de sustentabilidade.

Evolução do pessoal total e responsabilidade social



O Valor Actual das Responsabilidades com Serviços Passados (V.A.R.S.P.) registou, no final de 2009, m€ 224 882, (-3,9% em relação ao ano anterior), atingindo o valor do V.A.R.S.P. per capita do pessoal m€ 75,4, sendo em 2008 de m€ 80,3.

2.3.4 Sinistralidade laboral

Em 2009 houve uma redução do número total de acidentes registados, embora se tenha verificado um aumento do número de dias perdidos por este motivo. O número médio de dias perdidos por acidente aumentou de 44, em 2008, para 65, em 2009.

Acidentabilidade laboral	2005	2006	2007	2008	2009	Var. % 2009/08	Var. % 2009/05
Acidentes	80	97	97	112	101	-9,8%	26,3%
Dias perdidos	4 258	3 649	4 006	4 900	6 560	33,9%	54,1%
Índice de Duração	53,2	37,6	41,3	43,8	65,0	48,5%	22,0%
Índice de Incidência	37,69	49,35	49,26	62,58	55,25	-11,7%	46,6%
Índice de Frequência	23,94	31,12	30,77	38,52	34,47	-10,5%	44,0%
Índice de Gravidade	1,57	1,35	1,48	1,93	2,54	31,6%	61,8%

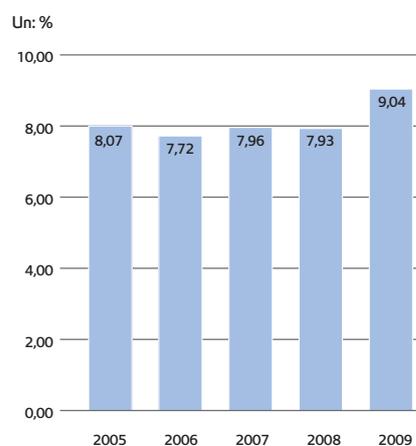
Relativamente aos acidentes registados nos empreendimentos em que o ML é dono de obra, o ano de 2009 ficou marcado pelo decréscimo dos índices de acidentabilidade, apesar da variação positiva (+22,2%) do número de trabalhadores em obra, que passou de 12 582, em 2008 para 15 371, em 2009.

Sinistralidade nos empreendimentos do ML	2007	2008	Var. % 2008/07	2009	Var. % 2009/08
Acidentes	61	50	-18,0%	33	-34,0%
Dias perdidos	1539	1071	-30,4%	1057	-1,3%
Índice de Duração	25,2	21,4	-15,1%	32,0	49,5%
Índice de Incidência	6,41	3,97	-38,0%	2,15	-46,0%
Índice de Frequência	24,05	20,42	-15,1%	11,81	-42,2%
Índice de Gravidade	606,72	437,38	-27,9%	378,18	-13,5%

Sinistralidade por linha 2009	N.º médio de trabalhadores	Homens-hora trabalhadas	Acidentes	Dias perdidos	Índice de Duração	Índice de Incidência	Índice de Frequência	Índice de Gravidade
Linha Azul	861	170 583	3	45	15,00	3,48	17,59	263,80
Linha Amarela	192	32 224	0	0	-	-	-	-
Linha Verde	255	26 473	1	71	71,00	3,92	37,77	2 681,98
Linha Vermelha	13 864	2 542 204	29	941	32,45	2,09	11,41	370,15
Interface do Terreiro do Paço	149	24 456	0	0	-	-	-	-
Total	15 321	2 795 940	33	1 057	32,03	2,15	11,80	378,05

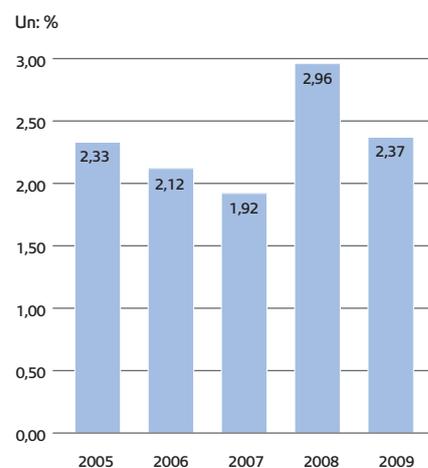
2.3.5 Absentismo

Em 2009, inverteu-se de forma acentuada a tendência de evolução da taxa de absentismo nos últimos anos, subindo 1,11%, face ao ano de 2008.



2.3.6 Trabalho suplementar

Verificou-se uma redução da taxa de trabalho suplementar, passando-se de 79 125,5 horas prestadas em 2008 (50,53 h de trabalho suplementar por efectivo médio), o volume mais baixo desde 2004, para um total de 65 137 horas em 2009 (40,43 h de trabalho suplementar por efectivo médio).



2.3.7 Formação

Foi significativo o esforço da empresa, ao longo de 2009, na formação do seu efectivo, verificando-se um aumento do número de horas de formação realizadas (mais 16 215 horas que em 2008).

Este acréscimo prende-se, em parte, com a realização da formação necessária à implementação do novo modelo de organização da EC, com a entrada em funcionamento da nova categoria de Operador Comercial.

Por outro lado, deu-se continuidade ao processo de formação em Ferramentas Office 2007, iniciado em 2008, tendo-se dado seguimento, a bom ritmo, à formação em Língua Inglesa e às temáticas relacionadas com Segurança.

	2005	2006	2007	2008	2009	Var. % 2009/08	Var. % 2009/05
Acções	272	287	326	199	220	10,6%	-19,1%
Participações	1 302	1 320	1 775	957	1 300	35,8%	-0,2%
Horas	20 903	23 297	16 879	24 192	40 407	67,0%	93,3%
Custo (10 ³ €)	229	342	437	230	303	31,7%	32,3%
Horas / Efectivo médio	12,3	13,7	10,0	15,4	25,1	62,4%	103,7%

Manual de Acolhimento

O ML produz anualmente um documento, o “Manual de Acolhimento”, com o objectivo dar a conhecer aos novos Colaboradores, de forma sucinta, o percurso da Empresa a nível histórico, social e económico-financeiro.

Este documento está disponível no Portal do ML, sendo distribuído em papel aos novos Colaboradores.

2.4 Marketing, Comunicação e Imagem

O ano de 2009 ficou marcado pelas comemorações dos 50 anos de exploração do Metropolitano.

Em ano de aniversário, o ML quis evidenciar o seu percurso ao longo do meio século de existência, como transporte público ao serviço da cidade de Lisboa, tendo o Gabinete de Marketing, em estreita colaboração com outras áreas da Empresa, realizado um conjunto de acções:

- Definição e lançamento de logótipo comemorativo;
- Concepção, operacionalização e lançamento de exposição comemorativa, em duas carruagens ML7, com a evolução do Metro nos últimos 50 anos;
- Apoio ao lançamento da exposição “50 anos a transportar Lisboa – Uma viagem no tempo”, à viagem realizada entre as estações de Restauradores e Alto dos Moinhos, em duas carruagens ML7, na operacionalização da Sessão Comemorativa que teve lugar no Auditório do Alto dos Moinhos e à realização do Concerto Comemorativo dos 50 Anos do Metro, na estação Cais do Sodré, interpretado pela Lisbon Film Orchestra;
- Distribuição de brindes aos clientes no dia do aniversário do ML;
- Apoio na criação de postais publicitários no âmbito da Campanha “Postalfree”;
- Lançamento da Campanha o “Meu Selo” com a criação de selos alusivos ao aniversário, através do serviço dos CTT que possibilita a personalização de selos através da incorporação de imagens e/ou textos;
- Concepção e organização do concurso de fotografia “Revelar o Metro”, dirigido aos colaboradores da Empresa.

As acções comemorativas terão continuidade em 2010, com o intuito de reforçar a importância do ML no sistema de mobilidade da cidade de Lisboa.

O Gabinete de Marketing realizou ainda diversos projectos e acções que visaram não só a captação de novos clientes – desincentivando a utilização do Transporte Individual (TI) – mas, também, alavancar a imagem de marca do ML, destacando-se:

- A 5.ª Conferência Internacional de Marketing, sob o tema “Transportes Públicos: mudando atitudes, influenciando a procura, melhorando resultados”, que se realizou em Lisboa, em colaboração com a Carris e a UITP. Foi constituído o Stand Português do Sector dos Transportes Públicos, que aglutinou várias empresas nacionais ligadas aos transportes, a estar presente na “UITP Mobility & City Transport Exhibition”, em Viena;
- Lançamento e participação no grupo de trabalho para a criação do Clube “Metrox” e das suas duas mascotes;
- Campanhas “Dia Mundial da Criança – Vá de Metro visitar o Sebastião” e “Viagem no Comboio de Natal”, dirigidas às crianças, com a presença do Pai Natal e das mascotes Metrox e Metrinha;
- Definição do modelo de campanha, preparação e implementação do novo passe “Sub23@superior.tp”;
- Concepção, desenvolvimento e implementação da campanha “Renova já o teu cartão 4_18”;
- Concepção, operacionalização e lançamento de campanha “Troque o seu Veículo”, dirigida a potenciais clientes do ML, como forma de promover a utilização do Transporte Público;
- Promoção à utilização de Transporte Público em dias de jogos, através da Campanha “Vá à Bola de Transportes Públicos”, com a colaboração da CML, Carris, EMEL, Emparque, Polícia Municipal, PSP, SLB e SCP;
- Campanha de sensibilização e informação, dirigida aos residentes e comerciantes das zonas envolventes às estações São Sebastião e Saldanha, sobre as vantagens do prolongamento da linha Vermelha a estas zonas da cidade;
- Lançamento das campanhas “Qual o livro que lhe faz falta?” e “Cordão de Leitura”, na sequência da realização da “Feira do Livro”, entre o ML e a Editora Objectiva;
- Lançamento das campanhas “ECSI” e “Certificação da Qualidade”, para dar a conhecer aos clientes e potenciais clientes do ML, a obtenção do 3.º lugar consecutivo no inquérito “European Customer Satisfaction Index” e a obtenção da certificação da qualidade da “Exploração Comercial” pela NP ISO 9001:2008 (serviço de transporte público de passageiros), respectivamente;
- Desenvolvimento e implementação de um novo passe “ML/Parque Alvalade 30 dias”, integrado entre o Metro e o estacionamento automóvel no Estádio Alvalade XXI, no âmbito da campanha “Alvalade XXI”;
- Promoção da “Campanha de Verão” durante o mês de Agosto, em que os clientes ML foram convidados a visitarem a sua rede e a cidade de Lisboa, bem como, algumas entidades;
- Elaboração, entre o ML e a Carris, da “Campanha de Bairros Carris/ML”, dirigida a residentes de bairros específicos da cidade, com o intuito de gerar maior proximidade com potenciais utilizadores dos transportes públicos;
- Na “Semana da Mobilidade 2009”, o ML marcou a sua participação com um stand, mostrando a sua história e prestando informações, na Praça do Rossio;
- Concepção e operacionalização da campanha “In-Par”, que culminou com a realização de um concurso de ideias criativas, em colaboração com o Oceanário de Lisboa e o Clube de Criativos. A proposta vencedora foi utilizada numa campanha de promoção à utilização do TP;
- Organização da Feira Anual “Portugal Tecnológico 2009”, onde foi apresentado um sistema de divulgação de informação via *Bluetooth*, bem como, o projecto-piloto de *Mobile Ticketing* (sistema NFC) a ser implementado nos Operadores de Transporte da Região de Lisboa;
- Participação no concurso na sequência do evento “Cultural Actions Awards 2009”, cujo mote do vídeo de participação do ML foi “Aiming Perfection”. Os seus vencedores foram premiados na “58th UITP World Congress”, em Viena;
- Preparação da Campanha “4 linhas uma Rede”, no âmbito da inauguração da extensão da linha Vermelha a São Sebastião;
- Os “Cartões Viva viagem associam-se à divulgação da Arte Nacional”, no âmbito do projecto da “Sota art”, com o intuito de promover jovens artistas. A cada 3 meses, o cartão “Viva viagem” vai divulgar as imagens de obras de arte de 5 dos 20 artistas nacionais, escolhidos aleatoriamente, na sequência do Programa “Próxima paragem: Cultura”.

Parcerias cartão Lisboa viva

Ao longo de 2009, o ML procurou associar a marca “Metro” às diferentes actividades culturais, com o intuito de promover a utilização do Transporte Público em geral, estabelecendo, para o efeito, parcerias com o objectivo de oferecer descontos aos clientes portadores do cartão Lisboa viva.

As parcerias em vigor dão descontos e condições especiais nalgumas instituições:

- Oceanário de Lisboa;
- Ginásios Holmes Place;
- Instituto Óptico;
- Fundação Museu do Oriente;
- Cinemas Zon Lusomundo;
- Jardim Zoológico;
- Teatro Politeama (musicais de Filipe La Féria, “West Side Story”, “Piaf”, “Feiticeiro de Oz” e “Gaiola das Loucas”);
- Teatro da Trindade (“Os Maias” e “Máquina de Somar”);
- Teatro Aberto (“O Deus da Matança”);
- Teatro Maria Matos (“Transacções”);
- Espaço do Rossio (estação CP) – Exposição “Titanic”.

Como forma de gerar sinergias foram ainda realizados passatempos que premiaram os clientes Lisboa viva/ML que neles participaram.

2.5 Relações Internacionais

Em 2009, o ML manteve uma intensa participação nas actividades internacionais – estando presente em 51 eventos, reuniões, seminários e conferências – assumindo responsabilidades ao mais alto nível nos órgãos directivos das organizações internacionais a que pertence, nomeadamente nas presidências da Divisão de Metros da UITP e do Grupo Nova e nas direcções da UITP e da ALAMYS.

Este intenso relacionamento internacional está reflectido na base de dados sediada no Portal da Empresa, visando a consolidação e disseminação interna da informação recolhida.

Destacam-se alguns dos principais acontecimentos registados:

• União Internacional dos Transportes Públicos

No 58.º Congresso Mundial da UITP, em Viena, em Junho, o Dr. Joaquim Reis foi eleito para a presidência da Divisão de Metros, assumindo também a vice-presidência da UITP. Iniciou o mandato na 86.ª Assembleia de Metros, no Dubai, em Outubro, onde apresentou a visão dos Metros no contexto da nova estratégia da UITP para o sector.

A presença do ML no Congresso de Viena da UITP foi marcada pela activa participação da delegação ML – destacando-se a intervenção do Dr. José Sequeira no painel sobre financiamento – e pela existência de um stand português na Exposição Mundial “Mobility & City Transport”. Sob iniciativa e coordenação do ML, o stand “Portugal Mobility Solutions” reuniu 11 das mais dinâmicas empresas do sector, apoiadas pelos principais operadores nacionais.

Reuniram em Lisboa, em Abril, o Grupo de Trabalho do subcomité de Material Circulante e, em Outubro, o subcomité de Instalações Fixas, ambos da Divisão de Metros da UITP.

O ML, em conjunto com a CARRIS organizou, entre os dias 7 e 9 de Outubro, a 5.ª Conferência Internacional de Marketing da UITP, com repercussão mundial, sobre o tema “Marketing de Sucesso – Transportes Públicos: mudando atitudes, influenciando a procura, melhorando resultados”, tendo registado acima de 200 participantes oriundo dos 5 continentes; a que se associou o 2.º Workshop UITP de Mobilidade Integrada organizado também em colaboração com a CARRIS.

Em 2009, o ML participou em 6 comissões temáticas, na Divisão dos Metros e nos seus 5 subcomités e assumiu a representação do sector nacional dos transportes públicos no Comité União Europeia.

Visando a articulação entre membros nacionais o ML organizou em Dezembro o 2.º Encontro de membros portugueses da UITP, com forte adesão das empresas e entidades convidadas.

- **ALAMYS (Associação Latino-Americana de Metropolitanos)**

O ML foi reeleito para a Direcção da ALAMYS no decorrer da XXIII Assembleia Geral da ALAMYS (Dezembro, Barcelona), tendo ainda estado presente com um stand, organizado em conjunto com a Ferconsult, na BcnRail 2009, a Feira Internacional de Barcelona dedicada à Indústria Ferroviária.

Participação na 14.ª Reunião dos Comitês Técnicos da ALAMYS, tratando temas de operação, manutenção, gestão e planeamento de metros ibero-americanos (Maio, Santo Domingo).

- **Grupo Nova**

O Eng.º Seabra Ferreira, eleito para a presidência do Grupo Nova no biénio 2009–2010, iniciou o mandato em Setembro, na reunião anual de gestão do projecto.

O ML esteve presente nas reuniões de Deli (Abril) e Milão (Setembro) e participou em todos os estudos de caso do benchmarking Nova/CoMET.

A reunião anual de reflexão estratégica, envolvendo o CA e a Alta Direcção, teve lugar em Outubro, tendo sido decidido integrar os KPI's no processo de planeamento da Empresa. Em Novembro teve lugar o seminário anual do ML sobre o benchmarking.

Relações Internacionais

Com a realização bem sucedida de ensaios finais e o completamento da respectiva documentação, foi concluído o projecto MODUrban, criando um sistema susceptível de ser aplicado a novas linhas e extensões de metros e metros ligeiros e a renovações de equipamentos.

Concretizada a associação ao MODSafe, projecto europeu liderado pela UITP visando a definição dos requisitos de segurança ferroviária, nas aplicações às redes de Metro. O ML está inserido na “Network of Operators”, que tem participação consultiva no projecto.

Delegações internacionais

Para além das visitas técnicas à rede organizadas aquando das reuniões em Lisboa dos órgãos da UITP, acolheram-se, entre outras, delegações dos Metros de Argel, Londres e São Paulo, do Imperial College London, da Escola Comercial Dinamarquesa CELF e da empresa SWECO de Estocolmo.

2.6 Expansão da Rede

Com a concretização do Plano de Expansão da Rede em curso/em fase de lançamento, prevê-se a entrada em exploração até 2013, de 5,4 novos km de rede, servidos por cinco novas estações, dois interfaces multimodais – Cais do Sodré e Terreiro do Paço – e ainda de quatro estações da linha Verde devidamente remodeladas.

Linhas	Actual			Em execução		Futura		
	N.º estações	km de rede	Prolongamentos	N.º estações	km de rede	Data abertura	N.º estações	km de rede
Amarela	13	11,0	--	--	--		13	11,0
Azul	17	12,9	Amadora Este/Reboleira	1	0,9	2011	18	13,8
Verde	13	8,9	--	--	--	--	13	8,9
Vermelha	9	6,8	Oriente / Aeroporto São Sebastião II /Campolide	3 1	3,6 0,9	2011 2013	13	11,3
Rede	52	39,6		5	5,4		57	45,0

Trabalhos desenvolvidos em 2009

• Prolongamento Baixa-Chiado/Santa Apolónia

O prolongamento da linha Azul, entre Baixa-Chiado e Santa Apolónia, encontra-se em exploração desde 19 de Dezembro de 2007. Desde então, as estações Terreiro do Paço e Santa Apolónia garantem uma utilização mais racional do sistema de transportes públicos, distribuindo de um modo mais eficiente, fiável e confortável, os passageiros provenientes da ferrovia nacional, regional e suburbana, bem como do transporte fluvial, para o interior da cidade.

Os trabalhos dos arranjos definitivos serão efectuados assim que seja concluído pela Comissão de Reabilitação da Frente Ribeirinha, criada pela CML, o respectivo projecto.

• Interface do Terreiro do Paço¹⁰

Os trabalhos de execução do sistema de atenuação do efeito das ondas, a instalação dos pontões e a empreitada de dragagem e enrocamento foram consignados em Outubro de 2007, visando a construção de um novo terminal fluvial e respectivo edifício.

Os trabalhos de instalação dos 5 pontões e do sistema de atenuação das ondas do rio foram concluídos em Abril de 2009. Destes 5 pontões, estão já em exploração pela Transtejo/Soflusa os 2 pontões localizados a poente do terminal. A colocação em serviço dos 5 pontões está condicionada à conclusão dos trabalhos da empreitada de ampliação do terminal.

Relativamente à empreitada de ampliação do Terminal Fluvial, foi efectuada a consignação em 1 de Outubro 2009. Foram executados os trabalhos de fundações e da Simtejo, nomeadamente a câmara de válvulas e a estação elevatória.

• Prolongamento Amadora Este/Reboleira

O prolongamento da linha metro à Reboleira reveste-se de especial importância, uma vez que permitirá criar mais uma interface entre a linha de Sintra da CP e a linha Azul do ML, captando um elevado número de passageiros que diariamente necessitam de se deslocar neste importante eixo da AML. A extensão à Reboleira deverá estar concluída em 2011 e estima-se que venha a servir cerca de 4 milhões de passageiros por ano.

O lançamento do concurso público internacional para a concepção/construção dos toscos deste prolongamento ocorreu em Janeiro de 2008. O concurso foi ganho pelo consórcio das construtoras Zagope, Soares da Costa, Teixeira Duarte e Tâmega e assinado no dia 13 de Agosto.

O Relatório de Conformidade Ambiental do Projecto de Execução (RECAPE) foi entregue, em 27 de Dezembro de 2008, à Agência Portuguesa do Ambiente, tendo a sua aprovação ocorrido em 28 de Julho de 2009.

Foi concluída a montagem do estaleiro principal e os desvios de infra-estruturas e de trânsito e, no corpo principal da estação, foram desenvolvidos trabalhos de escavação e contenção periférica. Iniciou-se a fase de montagem do estaleiro do poço de ventilação.

• Remodelação das estações da linha Verde

No âmbito do projecto de remodelação das estações da linha Verde, procedeu-se em Março de 2008 à entrada em serviço dos ascensores da estação Alvalade, que passa a estar assim equipada para poder servir passageiros com mobilidade reduzida.

Concluída a remodelação de duas das seis estações (Roma em 2006 e Alvalade em 2007), desta linha, o ano de 2009 pautou-se pelo:

- Desenvolvimento e revisão dos projectos de remodelação/ampliação das estações Anjos, Arroios e Intendente;
- Consignação e início dos trabalhos de ampliação e remodelação da estação Areeiro, em Agosto de 2009;
- Execução dos arranjos exteriores da zona envolvente às estações Roma e Alvalade;
- Instalação de equipamentos fixos para vencer desníveis e permitir a manutenção e limpeza das condutas de ar pelo interior das estações Roma e Alvalade.

• Interface do Cais do Sodré¹¹

A execução dos arruamentos e arranjos exteriores na zona do interface foram consignados em Março de 2008, tendo a cerimónia de inauguração do Interface de Transportes do Cais do Sodré ocorrido no dia 13 de Março de 2009, com as presenças do Senhor Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, Mário Lino, da Senhora Secretária de Estado dos Transportes, Ana Paula Vitorino, bem como do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, António Costa.

¹⁰ Em execução pelo ML por conta de terceiros (Transtejo).

¹¹ Em execução pelo ML por conta de terceiros (REFER, Transtejo, APL e Carris).

- **Prolongamento Alameda II/São Sebastião II**

Durante o ano de 2009, decorreram neste prolongamento diversas empreitadas a nível dos Acabamentos, Instalações Eléctricas e Telecomunicações, Via, Ventilação e Bombagem, Sinalização e Energia.

A abertura à exploração deste novo prolongamento ocorreu no dia 29 de Agosto de 2009, possibilitando a partir dessa data a ligação entre a linha Vermelha e as linhas Amarela (na estação Saldanha) e Azul (na estação São Sebastião).

Em Outubro de 2009, foi lançado um concurso público para a reposição da superfície envolvente às estações Saldanha e São Sebastião, onde se inclui o novo reordenamento da Av. Duque D'Ávila e da Rua Marquês da Fronteira, bem como o reperfilamento da Av. da República.

O Ramal de Ligação entre as linhas Vermelha e Azul entrou ao serviço em Novembro de 2009, permitindo assim a passagem de composições da linha Vermelha para a linha Azul e correspondente acesso ao Parque de Materiais e Oficinas III, na Pontinha.

- **Prolongamento Oriente/Aeroporto**

Em Maio de 2009 foi aprovado um Novo Plano de Trabalhos da Empreitada de Toscos que prevê a conclusão dos trabalhos em Maio de 2010, viabilizando a abertura à exploração do Empreendimento no início do segundo semestre de 2011.

Estão em curso os trabalhos em todas as frentes inicialmente previstas:

- Na estação Aeroporto, encontram-se executadas as estruturas internas e foram disponibilizadas as salas técnicas para entrada das restantes especialidades, em 30/11/2009;
- Na estação Moscavide concluiu-se a execução da laje de cobertura da estação estando em curso a execução das alvenarias e das redes internas de abastecimento de águas e rede de incêndios;
- Na estação Encarnação estão em curso os trabalhos de estruturas internas, estando em execução a laje do átrio inferior;
- Decorrem os trabalhos de execução dos túneis nos diversos troços que constituem a empreitada, estando executados cerca de 2069 ml do revestimento definitivo (soleira, abóbada e hasteais), dos 3356 ml de galeria.

Foram concluídos os trabalhos das Interferências.

Em Outubro de 2009 procedeu-se ao lançamento do Concurso Limitado por Prévia Qualificação da Empreitada ML 685/09 – “Execução dos Acabamentos e Instalações Especiais da linha Vermelha entre o Oriente e o Aeroporto, do Metropolitano de Lisboa, E.P.E.”.

- **Prolongamento São Sebastião II/Campolide**

O projecto de execução de Arquitectura e Estruturas para este prolongamento está praticamente concluído, encontrando-se já em fase de medições e em organização para o lançamento do processo de concurso.

O lançamento do processo de concurso público para execução dos toscos da estação Campolide e galerias, incluindo o término, bem como a data de abertura à exploração, estão dependentes de acordo entre o ML e a EPAL, para o desvio de condutas de abastecimento de águas junto ao depósito de abastecimento de águas de Campolide e da aprovação, pela CML, do loteamento onde se localiza o Quartel da Artilharia Um.

Relativamente ao Estudo de Impacte Ambiental (EIA) foi reformulado à luz da alteração legislativa decorrente da entrada em vigor do DL n.º 9/2007. Foi emitida uma Declaração de Impacte Ambiental (DIA) Favorável Condicionada.

2.7 Investimentos

A Empresa realizou investimentos a custos técnicos no montante de 157 591 milhares de euros, dos quais cerca de 98% em Infra-estruturas de Longa Duração (ILD's).

Un: €

	FBCF	ICT	DI
	Formação Bruta de Capital Fixo	Investimento a Custos Técnicos	Despesa de Investimento
A - ILD's	150 171 819	153 913 938	158 139 123
Em curso	135 220 484	135 220 484	139 147 427
Ext. Alameda / São Sebastião	44 447 781	44 447 781	47 677 858
Ext. Oriente / Aeroporto	80 925 386	80 925 386	81 590 385
Ext. Amadora Este / Reboleira	9 847 317	9 847 317	9 879 184
Novos	413 953	413 953	443 045
Ext. São Sebastião / Campolide	402 253	402 253	403 718
Ext. Rato / Alcântara	11 700	11 700	39 326
Outros	14 537 382	14 537 382	14 806 533
Ext. Baixa-Chiado / Santa Apolónia	1 975 365	1 975 365	1 976 180
Ext. Campo Grande / Odivelas	1 429 552	1 429 552	1 429 552
Ext. Pontinha / Amadora Este	225 670	225 670	225 670
Interface do Cais do Sodré	166 749	166 749	166 749
Plano Nacional de Promoção da Acessibilidade	412 862	412 862	412 862
Remodelação da linha Azul	1 541 307	1 541 307	1 550 155
Remodelação da linha Amarela	917 264	917 264	917 311
Remodelação da linha Verde	6 884 898	6 884 898	7 074 859
Remodelação da linha Vermelha	232 099	232 099	232 099
Remodelação da Rede - Outros	597 506	597 506	666 984
ATP/ATO	154 112	154 112	154 112
Autoinvestimento	0	3 742 119	3 742 119
B - ML	3 588 942	3 676 613	3 752 573
Parques de Material e Oficinas	154 822	154 822	154 822
Material Circulante	22 000	22 000	22 000
Equipamentos e outros	2 037 282	2 037 282	2 112 206
Investimentos correntes	1 374 838	1 374 838	1 375 874
Autoinvestimento	0	87 671	87 671
Investimento total	153 760 762	157 590 551	161 891 695

O Plano de Expansão da Rede evoluiu ao longo do exercício, salientando-se a realização das extensões Alameda/São Sebastião (44 448 milhares de euros), Oriente/Aeroporto (80 925 milhares de euros) e Amadora Este/Reboleira (9 847 milhares de euros).

De referir, ainda, os investimentos de conclusão dos projectos Campo Grande/Odivelas (1 430 milhares de euros) e Baixa-Chiado/Santa Apolónia (1 975 milhares de euros), ainda que estas extensões tenham sido abertas ao serviço de passageiros em anos anteriores, bem como a remodelação da rede, das linhas existentes na ordem dos 10 173 milhares de euros.

Un: €

Investimento	2009	2008	Var. %
Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF)	153 760 762	89 914 108	71,01
Custos Técnicos (ICT)	157 590 551	92 969 469	69,51
Despesa de Investimento (DI) - inclui custos financeiros	161 891 695	97 966 031	65,25



3. Economia e Finanças

3.1 Balanço do ano

A demonstração de resultados de 2009 apresenta um resultado líquido do exercício negativo, de 148 592 milhares de euros, cerca de 17,3% superior ao ano anterior, o equivalente a mais 21 862 milhares de euros.

Esta situação é explicada pela evolução negativa das seguintes componentes:

- Aumento de 7,1% dos “resultados operacionais”, que registaram um valor negativo de 50 224 milhares de euros, mais 3 314 milhares de euros que em 2008;
- Agravamento de 19,3% dos “resultados financeiros” que registaram um valor negativo de 96 722 milhares de euros, mais 15 730 que no ano anterior;
- Acréscimo de 2 814 milhares de euros nos “resultados extraordinários”, atingindo um valor negativo de 1 087 milhares de euros.

Os custos totais incorridos situaram-se nos 270 251 milhares de euros e os proveitos totais obtidos, na ordem dos 121 718 milhares de euros.

Un: €

	2009	%	2008	%	Var. % 2009/08
Custos do exercício					
Custos operacionais	165 894 252	61,4%	165 028 954	65,5%	0,52%
Consumo de existências	2 760 319	1,0%	3 772 648	1,5%	-26,8%
Fornecimentos e serviços externos	31 621 734	11,7%	30 337 593	12,0%	4,2%
F.S.E. - Leasing operacional	10 543 263	3,9%	10 509 990	4,2%	0,3%
Custos com pessoal	84 811 331	31,4%	78 462 880	31,1%	8,1%
Plano de pensões	2 832 945	1,0%	2 077 162	0,8%	36,4%
Amortizações	32 732 291	12,1%	39 241 029	15,6%	-16,6%
Impostos	249 865	0,1%	232 323	0,1%	7,6%
Outros custos e perdas	342 505	0,1%	395 329	0,2%	-13,4%
Custos financeiros	101 357 108	37,5%	83 157 101	33,0%	21,9%
Custos e perdas extraordinárias	2 999 660	1,1%	3 783 272	1,5%	-20,7%
Total dos custos do exercício	270 251 020	100,0%	251 969 326	100,0%	7,3%
Proveitos do exercício					
Proveitos operacionais	115 669 930	95,0%	118 118 096	94,3%	-2,1%
Vendas + prestações de serviço (*)	63 833 462	52,4%	68 077 417	54,3%	-6,2%
- Receitas de tráfego	58 902 962	48,4%	62 528 752	49,9%	-5,8%
- Outros	4 930 500	4,1%	5 548 665	4,4%	-11,1%
Trabalhos p/ própria empresa	4 297 018	3,5%	5 134 939	4,1%	-16,3%
Proveitos suplementares	661 265	0,5%	878 968	0,7%	-24,8%
Subsídios à exploração	27 540 041	22,6%	25 060 685	20,0%	9,9%
Outros proveitos e ganhos	7 321 315	6,0%	7 328 357	5,8%	-0,1%
Reversões de ajustamentos	12 016 829	9,9%	11 637 730	9,3%	3,3%
Proveitos e ganhos financeiros	4 135 089	3,4%	1 664 545	1,3%	148,4%
Proveitos e ganhos extraordinários	1 912 643	1,6%	5 510 087	4,4%	-65,3%
Total dos proveitos do exercício	121 717 662	100,0%	125 292 728	100,0%	-2,9%
Imposto sobre o rendimento	58 620		53 660		9,2%
Resultados do exercício	(148 591 978)		(126 730 258)		-17,3%
Resultados operacionais	(50 224 322)		(46 910 858)		-7,1%
Proveitos operacionais / Custos operacionais	69,7%		71,6%		-2,6%
Resultados financeiros	(97 222 019)		(81 492 556)		-19,3%
Resultados extraordinários	(1 087 017)		1 726 815		-162,9%
Proveitos / Custos	45,0%		49,7%		-9,4%
EBITDA	(29 508 861)		(19 307 559)		-52,8%
Cash In - Cash Out	(21 924 601)		(12 858 182)		-70,5%

(*) Nota 44 do anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados.

A evolução desfavorável dos resultados operacionais, é essencialmente explicada:

- Pela diminuição em cerca de 2,1%, o equivalente a 2 448 milhares de euros, dos “proveitos operacionais”, cujo montante global é de 115 670 milhares de euros e pelo aumento dos “custos operacionais”, no montante global para 165 894 milhares de euros, isto é, um montante de 865 milhares de euros.

Todas as naturezas dos proveitos, à excepção dos “subsídios à exploração” e “reversões de ajustamentos”, contribuiriam para o decréscimo dos “proveitos operacionais”.

O acréscimo de cerca de 10% daqueles, não foi suficiente para absorver o decréscimo das outras naturezas.

Efectivamente as “vendas e prestações de serviços”, nomeadamente as “receitas de tráfego”, “trabalhos para a própria empresa”, “proveitos suplementares” e “outros proveitos e ganhos”, registaram diminuições respectivamente de 5,8%, 16,3%, 24,8% e 0,1%.

A reestruturação tarifária em vigor no exercício, transferindo todos os títulos próprios para o Zapping com prática de descontos, esteve na base do decréscimo das receitas de tráfego.

Os “proveitos e ganhos financeiros”, registaram um acréscimo percentual muito elevado, o correspondente a cerca de 2 471 milhares de euros, situação que tem a ver com o acréscimo de juros relativos a aplicações conjunturais e sobretudo com o efeito positivo dos resultados das Empresas Participadas, nomeadamente da Ferconsult, S.A..

Os “proveitos e ganhos extraordinários” sofreram uma diminuição significativa, em termos percentuais e absolutos, devido exclusivamente à não realização de reclassificações contabilísticas, a nível dos sobressalentes para material circulante, comparado com o ano anterior.

Os “custos operacionais” estabilizaram, observando-se, em termos nominais, um acréscimo de 865 milhares de euros.

A natureza dos custos que mais contribuíram para a boa performance dos “custos operacionais” foi:

- O decréscimo dos “custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas”, em cerca de 26,8%, o equivalente a 1 012 milhares de euros;
- A diminuição das “amortizações, ajustamentos e provisões” em 16,6%, o equivalente a 6 509 milhares de euros;
- O decréscimo significativo em termos percentuais (13,4%), ainda que pouco relevante em termos absolutos de “outros custos e perdas”.

Por outro lado, os “custos com pessoal” e “fornecimento e serviços externos” apresentaram crescimentos de 8,8% e 3,2%, respectivamente. Expurgados os valores relativos às responsabilidades inerentes ao “plano de pensões”, o acréscimo dos “custos com pessoal” fixou-se em 8,1%, essencialmente explicado pelos aumentos salariais extraordinários do ano, conjuntamente com as progressões automáticas do acordo de empresa, para além do efeito da contratação de efectivo afectos às novas estações, na sequência da entrada em serviço de passageiros do troço Alameda/São Sebastião, ocorrido em Agosto.

O acréscimo real dos “fornecimento e serviços externos”, não é alheio ao facto de o ML operar, durante um quadrimestre, numa rede acrescida de 1,8 km e 2 estações.

Os “custos financeiros”, cujo montante global atingiu cerca de 101 357 milhares de euros, registaram um acréscimo de 21,9%, fundamentalmente devido à mesma performance da política de gestão da dívida através do mercado de derivados, ainda que, registando um “carry” positivo na ordem dos 33,5 milhões de euros. Para além deste aspecto, há que referir o impacto negativo resultante do registo das imparidades com a participada Fernave, S.A., cifrado em cerca de 1,8 milhões de euros.

Em resumo, há a destacar as seguintes situações:

- Os “custos operacionais” estabilizaram no ano;
- Os “proveitos operacionais” diminuíram cerca de 2,1%;
- Os “proveitos” financiaram cerca de 45,0% dos “custos” (menos 9,4% do que no ano anterior);
- Os “proveitos operacionais” cobriram cerca de 70% dos “custos operacionais” (menos 2,6% do que no ano de 2008).

O EBITDA agravou-se no equivalente a 10 201 milhares de euros, posicionando-se no valor negativo de 29 509 milhares de euros.

Demonstração de Resultados por Actividade

No exercício de 2009 os valores unitários das prestações de serviços internos foram os seguintes:

- Taxa de uso: € 0,53 x (carruagem x km exploração)
- Taxa gestão das estações: € 0,07 x (passageiros totais)
- Taxa de manutenção: € 0,52 x (carruagem x km totais)

Manteve-se a aplicação de um sistema de penalizações / bonificações, entre a Gestão de Infra-Estruturas e a Exploração Comercial.

Na taxa de uso foi aplicada uma bonificação pela realização superior de carruagem x km exploração. Na taxa de gestão foi aplicada uma penalização pela realização inferior de passageiros transportados.

Para utilização dos Parques de Material e Oficinas foi estabelecida uma renda em função da ocupação (m²), no valor total de 6 766 milhares de euros.

No que se refere aos Serviços Corporativos (ODDCA), os resultados operacionais, excluindo o custo relacionado com as responsabilidades de complementos de Pensões de Sobrevivência (Plano de Pensões), foram repartidos em 83%, pelas áreas de actividade na proporção de:

- 25% para a Gestão de Manutenção;
- 48% para a Exploração Comercial;
- 27% para a Gestão de Infra-estruturas.

Para repartição da rubrica “outros custos financeiros”, o método utilizado foi o dos custos desembolsáveis (*cash in cash out*).

Demonstração de Resultados por Actividade

Un: €

	Gestão de Manutenção	Exploração Comercial	Gestão de Infra-estruturas	ODDCA	Total
Proveitos operacionais					
Vendas e prestações de serviço	1 676	61 174 652	2 415 009	242 126	63 833 462
Trabalhos para a própria empresa	224 101	0	3 007 754	1 065 163	4 297 018
Proveitos suplementares	91 600	96 174	200 239	273 253	661 265
Subsídios à exploração	0	27 540 041	0	0	27 540 041
Outros proveitos e ganhos operacionais	1 147	5 649 418	1 663 130	7 619	7 321 315
Reversão de ajustamentos	1 868 447	4 904 654	2 718 345	2 525 383	12 016 829
Total dos proveitos operacionais	2 186 972	99 364 939	10 004 476	4 113 543	115 669 930
Custos operacionais					
Consumo de existências	1 365 214	1 286 673	87 834	20 597	2 760 318
Fornecimentos e serviços externos	3 786 953	11 384 164	11 241 474	5 209 142	31 621 734
F.S.E. – Leasing	0	10 543 263	0	0	10 543 263
Custos com pessoal	18 086 419	43 550 488	8 348 107	14 826 317	84 811 331
Plano de Pensões	492 329	945 634	142 919	1 252 064	2 832 945
Amortizações	5 446 395	12 821 177	12 429 801	1 220 001	31 917 374
Provisões	0	0	0	814 918	814 918
Impostos	513	289	169 182	79 880	249 865
Outros custos e perdas operacionais	5 560	11 975	8 848	316 122	342 505
Total dos custos operacionais	29 183 383	80 543 663	32 428 165	23 739 042	165 894 252
Resultados operacionais	(26 996 411)	18 821 276	(22 423 689)	(19 625 498)	(50 224 322)
Taxa de uso	5 269 360	(12 591 554)	7 322 194	0	0
Taxa de gestão das estações	5 098 359	(12 603 609)	7 505 250	0	0
Taxa de manutenção	13 332 093	(13 332 093)	0	0	0
Rendas	(3 080 087)	(1 982 709)	6 766 041	(1 703 245)	0
Energia de tracção	0	(3 338 973)	3 338 973	0	0
Energia iluminação e força motriz	0	(2 711 796)	2 711 796	0	0
Taxa de serviços corporativos *	(3 858 133)	(7 354 428)	(4 047 877)	15 260 438	0
Total das prestações internas	16 761 592	(53 915 162)	23 596 377	13 557 193	0
Resultado operacional c/prestações internas	(10 234 819)	(35 093 886)	1 172 688	(6 068 305)	(50 224 322)
Receitas financeiras	0	509 338	0	3 625 751	4 135 089
Custos financeiros com ILD's	0	0	57 287 337	0	57 287 337
Custos financeiros com material circulante	0	5 877 885	0	0	5 877 885
Custos financeiros imputáveis	1 646 884	8 627 669	15 064 689	277 463	25 616 706
Custos financeiros plano de pensões	3 190 624	6 128 343	926 209	2 330 003	12 575 179
Resultados financeiros	(4 837 508)	(20 124 559)	(73 278 236)	1 018 284	(97 222 018)
Resultados correntes	(15 072 327)	(55 218 445)	(72 105 547)	(5 050 021)	(147 446 341)
Proveitos e ganhos extraordinários	7 139	385 657	55 570	1 464 277	1 912 643
Custos e perdas extraordinários	453 499	41 584	1 226 649	1 277 927	2 999 660
Resultados extraordinários	(446 360)	344 073	(1 171 079)	186 350	(1 087 017)
Imposto sobre o rendimento	0	0	0	58 620	58 620
Resultado líquido	(15 518 688)	(54 874 372)	(73 276 627)	(4 922 292)	(148 591 978)
EBITDA sem prestações internas	(23 418 464)	26 737 798	(12 712 232)	(20 115 962)	(29 508 860)
EBITDA com prestações internas	(6 656 872)	(27 177 364)	10 884 145	(6 558 769)	(29 508 860)

* Não inclui o plano de pensões.

O “esforço financeiro do Estado” atingiu o montante global de 32 917 milhares de euros, isto é, mais 5,8% do que ano anterior.

Un: €

Esforço financeiro do Estado	2009	2008	Var. % 2009/08
Subsídios à exploração	28 917 043	26 122 003	10,7%
PIDDAC	4 000 000	5 000 000	-20,0%
Total	32 917 043	31 122 003	5,8%

Registou-se um acréscimo nos “subsídios à exploração” e uma diminuição no PIDDAC, o que em valor absoluto equivale a um aumento líquido de 1 795 milhares de euros.

No que se refere às “comparticipações comunitárias a fundo perdido” não foi possível mobilizar fundos no âmbito do Fundo de Coesão, apesar de a empresa apresentar à data de fim de ano, um montante de cerca de 51 000 milhares de euros de pedidos de requisição de fundos.

Un: €

Fundos comunitários	2009	2008	Var. % 2009/08
FEDER	0	7 948 352	-100,0%
Fundo de Coesão	0	0	-
Total	0	7 948 352	-100,0%

Consideradas as grandes funções da empresa – produção do transporte e sua manutenção e gestão das infra-estruturas – e tendo em conta as responsabilidades relacionadas com o serviço da dívida, as necessidades de financiamento elevaram-se a 925 476 milhares de euros.

Un: €

Necessidades de financiamento	2009	2008
Actividades operacionais	(28 538 278)	(11 025 380)
Actividades de investimento	(149 025 733)	(90 273 386)
Amortizações:		
Empréstimos bancários	(581 009 545)	(57 404 382)
Empréstimos obrigacionistas	(7 731 367)	(7 731 367)
Leasing	(29 437 352)	(34 584 418)
Juros e custos similares	(103 812 918)	(76 967 160)
Depósitos a prazo (caução)	(22 576 503)	0
Suprimentos concedidos	(3 344 013)	0
Total das necessidades de financiamento	(925 475 709)	(277 986 094)
Realização de aumentos de capital	0	0
Desinvestimentos financeiros	0	0
Subsídios de investimento	4 034 401	12 948 352
Novos empréstimos:		
Empréstimos bancários	520 000 000	264 442 692
Empréstimos obrigacionistas	400 000 000	0
Leasing	0	0
Juros e proveitos similares	1 614 519	488 036
Reestruturação das operações de SWAP	0	0
Total dos financiamentos	925 648 920	277 879 079
Variação dos saldos de caixa e bancos	(173 211)	107 015

A cobertura financeira destas necessidades foi essencialmente concretizada através das seguintes medidas de política:

- Recurso ao “PIDDAC” (subsídios ao investimento), cerca de 4 034 milhares de euros;
- Recurso ao mercado bancário doméstico, através da concretização de empréstimos a 2 anos, “bullet” no montante de 170 000 milhares de euros;
- Recurso a mercados de capitais, com emissão de obrigações a 10 anos, “bullet”, com aval do Estado no montante de 400 000 milhares de euros;
- Recurso ao mercado de “schuldschein”, com obtenção de financiamento a 5 e 7 anos, “bullet”, respectivamente nos montantes de 150 000 e 200 000 milhares de euros. Estes financiamentos, permitiram reestruturar o montante global dos programas de papel comercial existentes, que urgia substituir, consolidando esta parte relevante da dívida, em médio e longo prazo, contribuindo assim, para o aumento da respectiva “duration”.

Face à conjuntura do mercado monetário do ano, com descida das taxas de juro, a Empresa procurou actuar de forma a minimizar os encargos financeiros, através da implementação de políticas de permanente negociação e revisão das condições de financiamento, associadas a uma intervenção adequada no mercado de derivados, registando, em termos globais, um acréscimo, na função financeira o equivalente a 14 437 milhares de euros.

Un: €

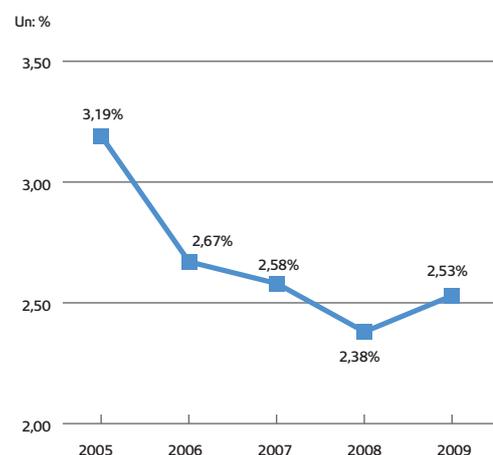
Função financeira da Empresa	2009	2008	2007	2006	2005	Var. % 2009/08	Var. % 2009/05
Exploração	29 577 034	31 855 033	32 322 955	31 147 846	21 866 080	-7,2%	35,3%
Custos financeiros com ILD's	57 287 337	39 718 881	39 624 470	37 976 373	54 363 943	44,2%	5,4%
Investimento - ML	75 857	158 924	135 349	169 466	455 991	-52,3%	-83,4%
Investimento - ILD's	4 225 287	4 837 638	3 843 788	8 579 259	10 462 099	-12,7%	-59,6%
Investimento - p/ conta de terceiros	27 595	185 867	2 537 236	21 772	65 445	-85,2%	-57,8%
Rendimento atribuído ao estudo actuarial	12 575 179	11 512 053	0	0	0	9,2%	-
Total	103 768 289	88 268 396	78 463 798	77 894 716	87 213 558	17,6%	19,0%

O esforço global, situou-se nos 103 768 milhares de euros, dos quais 12 575 dizem respeito ao “rendimento atribuído ao estudo actuarial”, que nada tem a ver com o custo dos fundos. Descontado este efeito, o montante fixou-se em 91 193 milhares de euros, dos quais 4 301 milhares de euros foram capitalizados na sequência da execução do plano de investimento em curso.

Apesar do aumento de 18,8% dos encargos financeiros, cabe realçar, que a gestão do passivo remunerado, através do mercado de derivados, logrou uma poupança de 206 milhões de euros nos últimos 5 anos, dos quais 33,5 milhões em 2009.

As medidas de política relativas ao “funding” e ao mercado de derivados, traduziu-se, assim, numa “taxa de juro implícita ao endividamento”, de 2,529%, situado ao nível de 2007, ainda assim bastante interessante, atendendo ao perfil e características da dívida do ML.

Taxa de juro implícita ao endividamento



De salientar, nos últimos 5 anos, a taxa de juro implícita evoluiu de 3,188% para 2,529%, o que significa uma redução de cerca de 21%, enquanto o passivo remunerado no mesmo período cresceu cerca de 29%, isto é, de 2 817 para 3 627 milhões de euros.

Estrutura Patrimonial / Balanço

Un: €

	2009	%	2008	%	Var. % 2009/08
Activo	3 739 236 251	100,0%	3 494 203 329	100,0%	7,0%
Imobilizado ML	388 384 900	10,4%	413 870 877	11,8%	-6,2%
Imobilizado incorpóreo	0		0		-
Imobilizado corpóreo	354 709 491		382 811 943		-7,3%
Investimentos financeiros	33 675 409		31 058 935		8,4%
Imobilizado financiado pelo Estado	3 100 549 914	82,9%	2 942 411 411	84,2%	5,4%
Imobilizado incorpóreo	6 852 425		6 812 319		0,6%
Imobilizado corpóreo	3 093 697 489		2 935 599 092		5,4%
Dívidas de terceiros (médio e longo prazo)	12 955 669	0,3%	459 569	0,0%	2719,1%
Activo circulante	151 406 399	4,0%	79 797 195	2,3%	89,7%
Existências	16 745 985		16 865 859		-0,7%
Dívidas de terceiros (curto prazo)	111 745 679		62 766 316		78,0%
Disponibilidades	22 914 735		165 021		13786,0%
Acréscimos e diferimentos	85 939 369	2,3%	57 664 276	1,7%	49,0%
Capital Próprio	(333 109 569)	-8,9%	(239 677 891)	-6,9%	-39,0%
Capital estatutário	603 750 000		603 750 000		0,0%
Ajustamento	134 577		134 577		0,0%
Reservas de reavaliação	236 296 084		236 296 083		0,0%
Imobilizado ML	37 234 076		37 234 076		0,0%
Imobilizado financiado pelo Estado	199 062 008		199 062 008		0,0%
Reservas	801 401 736		746 241 437		7,4%
Resultados transitados	(1 826 099 988)		(1 699 369 729)		-7,5%
Resultado líquido do exercício	(148 591 978)		(126 730 258)		-17,3%
Passivo	4 072 345 820	108,9%	3 733 881 220	106,9%	9,1%
Provisões para outros riscos e encargos	222 073 818	5,9%	235 638 947	6,7%	-5,8%
Dívidas a terceiros (médio e longo prazo)	3 278 444 715	87,7%	2 898 250 935	82,9%	13,1%
Instituições de crédito	3 147 252 459		2 749 685 579		14,5%
Fornecedores de leasing	130 694 469		148 067 569		-11,7%
Outros credores	497 787		497 787		0,0%
Dívidas a terceiros (curto prazo)	432 069 724	11,6%	482 955 249	13,8%	-10,5%
Instituições de crédito	331 819 544		398 127 337		-16,7%
Fornecedores de leasing	17 378 364		16 517 640		5,2%
Fornecedores	7 775 585		7 775 102		0,0%
Fornecedores de imobilizado	60 319 569		41 297 133		46,1%
Outros credores	14 776 662		19 238 036		-23,2%
Acréscimos e diferimentos	139 757 563	3,7%	117 036 089	3,3%	19,4%
Total do Capital Próprio e do Passivo	3 739 236 251	100,0%	3 494 203 329	100,0%	7,0%

A taxa de crescimento da Empresa medida pelo aumento do activo líquido, foi de 7%, elevando o seu montante para 3 739 236 milhares de euros.

Este crescimento é essencialmente explicado:

- Pelo aumento de 5,4% do “imobilizado financiado pelo Estado”, por razão de execução do plano de investimento relacionado com a expansão da rede;
- De referir que o peso relativo desta rubrica na estrutura do activo representa cerca de 83%;
- Pelo acréscimo de 89,7% do “activo circulante” resultante do elevado montante a receber do Fundo de Coesão, face aos pedidos de requisição de fundos apresentados;
- Pelo aumento das “disponibilidades” em 22 750 milhares de euros, por força da constituição de depósito de garantia à operação financeira daquele valor;
- Pela diminuição do “investimento ML” em 6,2%;
- Pelo aumento de 49%, dos “acréscimos e deferimentos”, resultante de responsabilidades financeiras pagas “up-front”, a diluir ao longo da maturidade da operação.

O capital próprio sofreu mais uma redução relevante, situando-se agora num valor negativo de 333 110 mil euros.

O passivo global aumentou cerca de 9,1%, elevando-se para 4 072 346 milhares de euros.

Este acréscimo é influenciado pelo crescimento de cerca de 13,1% de “dívidas a terceiros” de médio e longo prazo, por força da emissão de obrigações concretizada em Janeiro de 2009.

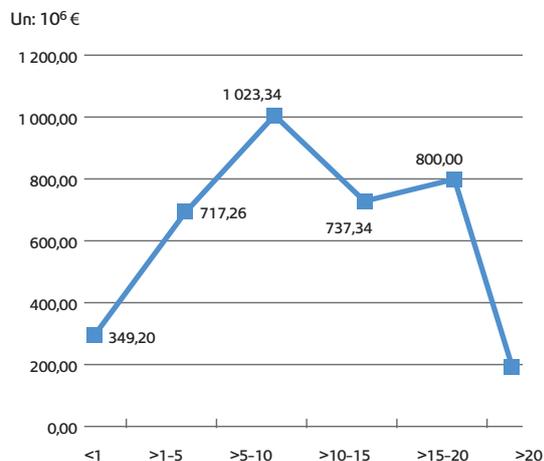
O passivo remunerado vem crescendo gradualmente ao longo dos últimos anos, tendo aumentado cerca de 9,5%, sendo agora de 3 627 145 milhares de euros, dos quais, cerca de 90,4% dizem respeito ao médio e longo prazo, o equivalente a 3 277 942 milhares de euros e apenas 9,6%, o equivalente a 349 203 milhares de euros, referentes ao curto prazo.

Un: €

Passivo remunerado	2009	2008	2007	2006	2005	Var. % 2009/08
De longo prazo	3 277 941 664	2 897 753 148	2 921 689 030	2 642 424 088	2 402 452 179	13,1%
Empréstimos obrigacionistas	1 246 388 204	854 119 572	861 850 939	469 582 307	115 246 007	45,9%
Empréstimos bancários	1 900 864 255	1 895 566 007	1 895 267 759	1 987 469 511	2 081 013 432	0,3%
BEI	1 080 864 255	1 120 566 007	1 160 267 759	1 199 969 511	1 231 043 485	-3,5%
Papel comercial	0	475 000 000	435 000 000	487 500 000	500 000 000	-100,0%
Outros	820 000 000	300 000 000	300 000 000	300 000 000	349 969 947	173,3%
Leasing financeiro	130 689 205	148 067 569	164 570 332	185 372 270	206 192 740	-11,7%
De curto prazo	349 203 173	414 644 977	212 277 442	349 387 199	414 824 132	-15,8%
Empréstimos obrigacionistas	7 731 367	7 731 367	7 731 367	45 663 701	0	0,0%
Empréstimos bancários	324 088 177	390 395 970	183 655 887	282 865 075	394 883 906	-17,0%
BEI	39 701 752	39 701 752	39 701 752	37 872 827	42 842 754	0,0%
Papel comercial	0	50 000 000	50 000 000	50 000 000	25 000 000	-100,0%
Outros	284 386 425	300 694 218	93 954 135	194 992 248	327 041 152	-5,4%
Leasing financeiro	17 383 629	16 517 640	20 890 188	20 858 423	19 940 226	5,2%
Total do passivo remunerado	3 627 144 837	3 312 398 125	3 133 966 473	2 991 811 286	2 817 276 311	9,5%
Empréstimos obrigacionistas	1 254 119 571	861 850 939	869 582 306	515 246 007	115 246 007	45,5%
Empréstimos bancários	2 224 952 432	2 285 961 977	2 078 923 646	2 270 334 586	2 475 897 338	-2,7%
BEI	1 120 566 007	1 160 267 759	1 199 969 511	1 237 842 338	1 273 886 239	-3,4%
Papel comercial	0	525 000 000	485 000 000	537 500 000	525 000 000	-100,0%
Outros	1 104 386 425	600 694 218	393 954 135	494 992 248	677 011 099	83,9%
Leasing financeiro	148 072 834	164 585 209	185 460 520	206 230 692	226 132 966	-10,0%

O prazo médio de endividamento está em cerca de 10 anos, perfeitamente adequado às características de longa duração dos activos inerentes à infra-estrutura que dispomos.

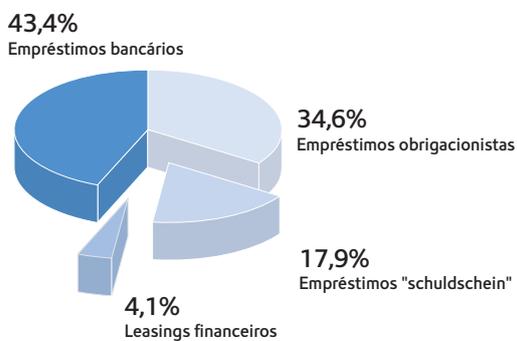
Prazo médio de endividamento



Este endividamento está distribuído pelas seguintes fontes de financiamento:

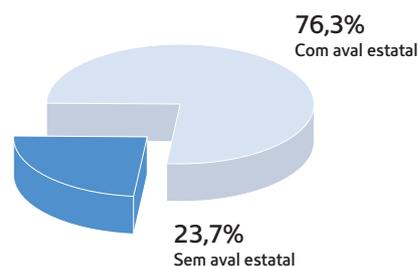
- Empréstimos bancários 43,4%
- Leasing 4,1%
- Empréstimos obrigacionistas 34,6%
- Empréstimos "schuldschein" 17,9%

Distribuição de endividamento por tipo de instrumento



Cerca de 76% do montante global do endividamento, equivalente a 2 768 634 milhares de euros, encontra-se com "garantia pessoal do Estado", ou ainda, cerca de 85% do passivo remunerado de longo prazo, apresenta "garantia pessoal do Estado".

Estrutura de financiamento por tipo de garantia



O activo imobilizado líquido representa 93% do “total do activo” e o “imobilizado financiado pelo Estado”, no montante de 3 100 550 milhares de euros, está totalmente financiado por capitais alheios de longo prazo.

Na estrutura de capitais, o capital próprio perdeu qualquer peso, apresentando um valor fortemente negativo, assumindo os capitais alheios de longo prazo, a função de financiar a infra-estrutura de longa duração tão característica da nossa rede.

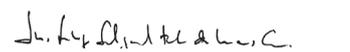
Daí o impacto negativo na maioria dos indicadores, nomeadamente a nível da autonomia e solvabilidade.

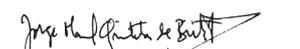
3.2 Proposta de Aplicação de Resultados

Para cumprimento da alínea e) do n.º 2 do artigo 7.º dos Estatutos do Metropolitano de Lisboa, E.P.E., propõe-se que os resultados líquidos apurados no exercício, no valor negativo de € 148 591 978, sejam integralmente transferidos para a conta de resultados transitados.

O Conselho de Administração


Joaquim José de Oliveira Reis


Luís Filipe Salgado Zenha de Morais Correia


Jorge Manuel Quintela de Brito Jacob


Miguel Teixeira Ferreira Roquette



DESTINO DO PROXIMO COMBOIO
ENTRE CAMPOS

Three curved advertisements for Schweppes. Each ad features a woman in a blue dress holding a glass and a bottle of Schweppes. The text 'Schweppes' is prominently displayed at the bottom of each ad.

A control booth with a window. A staff member wearing a cap is visible inside, talking on a telephone. To the left of the booth is a control panel with various buttons and switches.

A curved advertisement for 'INTENDENTE' featuring a stylized graphic design.

INTENDENTE

A curved advertisement for 'INTENDENTE' featuring a stylized graphic design.

INTENDENTE

A curved advertisement for 'INTENDENTE' featuring a stylized graphic design.

INTENDENTE

An arched exit with a staircase. A sign above the stairs reads 'SAIDA'.

SAIDA



4. Demonstrações Financeiras

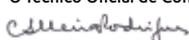
Balancos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008

Un: €

Código da conta POC	Activo	Notas	Exercícios			
			Activo bruto	2009 Amortizações e ajustamentos	Activo líquido	2008 Activo líquido
Imobilizado financiado pela Empresa:						
Imobilizações corpóreas:						
421	Terrenos e recursos naturais		24 285 925	0	24 285 925	24 284 306
422	Edifícios e outras construções		251 242 073	137 873 145	113 368 928	124 043 527
423	Equipamento básico	15	494 721 269	284 084 867	210 636 402	228 301 870
424	Equipamento de transporte		1 115 553	992 391	123 162	19 572
425	Ferramentas e utensílios		2 395 937	2 194 936	201 001	279 526
426	Equipamento administrativo		25 539 042	24 112 141	1 426 901	2 108 686
428/429	Outras imobilizações corpóreas		1 115 940	355 965	759 975	785 484
441/6	Imobilizações em curso		3 637 263	0	3 637 263	2 850 841
448	Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas		269 934	0	269 934	138 130
		10 - 13	804 322 936	449 613 445	354 709 491	382 811 942
Investimentos financeiros:						
4111	Partes de capital em empresas do grupo		9 845 978	0	9 845 978	7 956 065
4112	Partes de capital em empresas associadas		226 726	0	226 726	147 181
4113+414+415	Títulos e outras aplicações financeiras		24 984 383	1 381 678	23 602 705	22 955 689
		10 - 16	35 057 087	1 381 678	33 675 409	31 058 935
Imobilizado financiado pelo Estado:						
Imobilizações incorpóreas:						
431	Despesas de instalação		2 019 827	0	2 019 827	2 019 827
432	Despesas de investigação e de desenvolvimento		1 437 156	0	1 437 156	1 436 967
444	Imobilizações em curso		3 395 442	0	3 395 442	3 355 525
		8 - 10	6 852 425	0	6 852 425	6 812 319
Imobilizações corpóreas:						
421	Terrenos e recursos naturais		15 561 038	0	15 561 038	15 329 218
422	Edifícios e outras construções		2 298 782 270	0	2 298 782 270	2 292 764 583
423	Equipamento básico		375 440 721	0	375 440 721	372 572 944
441/6	Imobilizações em curso		397 066 845	0	397 066 845	248 541 042
448	Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas		6 846 615	0	6 846 615	6 391 305
		10 - 13	3 093 697 489	0	3 093 697 489	2 935 599 092
Dívidas de terceiros - médio e longo prazo:						
253	Empresas participadas e participantes		0	0	0	0
268	Outros devedores	49	12 955 669	0	12 955 669	459 569
			12 955 669	0	12 955 669	459 569
Circulante:						
Existências:						
36	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	21 - 22 - 41	21 922 191	5 176 206	16 745 985	16 865 859
			21 922 191	5 176 206	16 745 985	16 865 859
Dívidas de terceiros - curto prazo:						
211	Clientes, conta corrente		2 051 531	0	2 051 531	3 175 660
218	Clientes de cobrança duvidosa	21 - 23	2 755	2 755	0	0
252	Empresas do grupo	16	250 000	0	250 000	250 000
254	Accionistas Empréstimos		1 500 000	0	1 500 000	0
229	Adiantamentos a fornecedores		1 767	0	1 767	22 285
2619	Adiantamentos a fornecedores de imobilizado		56 154	0	56 154	56 154
24	Estado e outros entes públicos	28	6 088 285	0	6 088 285	8 973 117
262+267+268	Outros devedores	21 - 23 - 49	76 234 860	4 557 315	71 677 545	20 168 702
264	Subscritores de capital	37	30 120 397	0	30 120 397	30 120 397
			116 305 749	4 560 070	111 745 679	62 766 315
Depósitos bancários e caixa:						
12+13	Depósitos bancários		22 896 530	0	22 896 530	133 276
11	Caixa		18 205	0	18 205	31 745
		55	22 914 735	0	22 914 735	165 021
Acréscimos e diferimentos:						
271	Acréscimos de proveitos		2 163 289	0	2 163 289	2 653 253
272	Custos diferidos		83 776 080	0	83 776 080	55 011 024
		50	85 939 369	0	85 939 369	57 664 277
Total das amortizações				450 995 123		
Total de ajustamentos				9 736 276		
Total do Activo			4 199 967 650	460 731 399	3 739 236 251	3 494 203 329

As notas anexas fazem parte integrante do balanço em 31 de Dezembro de 2009.

O Técnico Oficial de Contas



Carlos Alberto Meira Rodrigues

Balanças em 31 de Dezembro de 2009 e 2008

Un: €

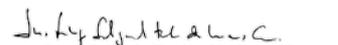
Código da conta POC	Capital Próprio e Passivo	Notas	Exercícios	
			2009	2008
Capital Próprio				
51	Capital	37	603 750 000	603 750 000
55	Ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas		134 577	134 577
56	Reservas de reavaliação			
	Imobilizado não financiado pelo Estado		37 234 076	37 234 076
	Imobilizado financiado pelo Estado		199 062 008	199 062 008
	Reservas:			
571	Reservas legais			
5711	Reserva geral		14 398	14 398
5712	Reserva para remissão de capitais investidos		7 199	7 199
5713	Reserva para investimentos		705 864 055	650 703 756
574+575+576	Outras reservas		95 516 084	95 516 084
59	Resultados transitados		(1 826 099 987)	(1 699 369 729)
	Subtotal		(184 517 590)	(112 947 633)
88	Resultado líquido do exercício		(148 591 978)	(126 730 258)
	Total do Capital Próprio	40	(333 109 568)	(239 677 891)
Passivo				
Provisões:				
291	Provisões para pensões	34	221 559 284	218 152 836
293/8	Outras provisões	34	514 534	1 718 833
			222 073 818	219 871 669
Dívidas a terceiros - médio e longo prazo:				
	Empréstimos por obrigações:			
2322	Não convertíveis	48	1 246 388 204	854 119 572
231	Dívidas a instituições de crédito	48	1 900 864 255	1 895 566 007
2611	Fornecedores de imobilizado, conta corrente	15	130 689 205	148 067 569
268	Outros credores	49	497 787	497 787
			3 278 439 451	2 898 250 935
Dívidas a terceiros - curto prazo:				
	Empréstimos por obrigações:			
2322	Não convertíveis	48	7 731 367	7 731 367
231	Dívidas a instituições de crédito	48	324 088 177	390 395 970
221	Fornecedores, conta corrente		7 536 701	7 695 274
228	Fornecedores - Facturas em recepção e conferência		238 885	79 828
2611	Fornecedores de imobilizado, conta corrente	15 - 16 - 53	77 703 197	57 814 773
24	Estado e outros entes públicos	28	2 559 115	3 476 095
262+263+265+266 +267+268	Outros credores	49	12 217 547	15 761 941
			432 074 989	482 955 248
Acréscimos e diferimentos:				
273	Acréscimos de custos		34 717 672	19 272 848
274	Proveitos diferidos	50	105 039 891	113 530 519
		50	139 757 563	132 803 367
	Total do Passivo		4 072 345 821	3 733 881 219
	Total do Capital Próprio e do Passivo		3 739 236 251	3 494 203 328

As notas anexas fazem parte integrante do balanço em 31 de Dezembro de 2009.

O Conselho de Administração



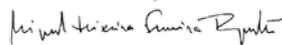
Joaquim José de Oliveira Reis



Luís Filipe Salgado Zenha de Moraes Correia



Jorge Manuel Quintela de Brito Jacob



Miguel Teixeira Ferreira Roquette

Demonstrações de Resultados por Naturezas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008

Un: €

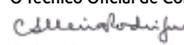
Código da conta POC	Custos e Perdas	Notas	Exercícios	
			2009	2008
61	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:			
	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	41	2 760 319	3 772 648
62	Fornecimentos e serviços externos		42 164 996	40 847 583
641+642	Custos com o pessoal:	52		
	Remunerações		56 976 623	52 045 246
	Encargos sociais:			
643	Pensões	51	14 834 621	13 714 893
645/8	Outros		15 833 032	14 779 904
662+663	Amortizações do imobilizado corpóreo e incorpóreo	10	31 854 664	36 478 937
666+667	Ajustamentos	21	877 627	1 536 035
67	Provisões	34	0	1 226 057
63	Impostos		249 865	232 323
65	Outros custos e perdas operacionais		342 505	395 329
	(A)		165 894 252	165 028 954
682	Perdas em empresas do grupo e associadas	45	1 846 424	0
683+684	Amortizações e ajustamentos de investimentos financeiros	10 - 45	71 134	71 134
681+685+686+688	Juros e custos similares:			
	Outros	45	99 439 550	83 085 967
	(C)		267 251 360	248 186 054
69	Custos e perdas extraordinários	46	2 999 660	3 783 272
	(E)		270 251 020	251 969 326
86	Imposto sobre o rendimento		58 620	53 660
	(G)		270 309 640	252 022 986
88	Resultado líquido do exercício		(148 591 978)	(126 730 258)
			121 717 662	125 292 728
Proveitos e Ganhos				
71	Vendas:			
	Mercadorias	44	15 779	18 230
72	Prestações de serviços	44	63 817 683	68 059 187
75	Trabalhos para a própria empresa		4 297 018	5 134 939
73	Proveitos suplementares	16	661 265	878 968
74	Subsídios à exploração	3. i)	27 540 041	25 060 685
76	Outros proveitos e ganhos operacionais	53	7 321 315	7 328 357
77	Reversões de ajustamentos	21 - 51	12 016 829	11 637 730
	(B)		115 669 930	118 118 096
782	Ganhos em empresas do grupo e associadas	45	1 987 518	626 962
7815+783	Rendimentos de tit. negociáveis e outras part. financeiras:			
	Outros	45	731 021	23 955
7811+7818+	Outros juros e proveitos similares:			
785+786+788	Outros	45	1 416 550	1 013 628
	(D)		119 805 019	119 782 641
79	Proveitos e ganhos extraordinários	46	1 912 643	5 510 087
	(F)		121 717 662	125 292 728

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração dos resultados por naturezas para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2009.

Resumo:

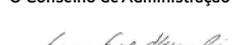
Resultados operacionais: (B)-(A) =	(50 224 322)	(46 910 858)
Resultados financeiros: [(D)-(B)]-[(C)-(A)] =	(97 222 019)	(81 492 555)
Resultados correntes: (D)-(C) =	(147 446 341)	(128 403 413)
Resultados antes dos impostos: (F)-(E) =	(148 533 358)	(126 676 598)
Resultado líquido do exercício: (F)-(G) =	(148 591 978)	(126 730 258)

O Técnico Oficial de Contas

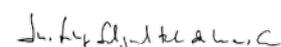


Carlos Alberto Meira Rodrigues

O Conselho de Administração



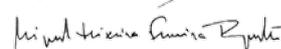
Joaquim José de Oliveira Reis



Luís Filipe Salgado Zenha de Moraes Correia



Jorge Manuel Quintela de Brito Jacob



Miguel Teixeira Ferreira Roquette

Demonstrações dos Resultados por Funções para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008

Un: €

	Notas	Exercícios	
		2009	2008
Vendas e prestações de serviços	44	63 833 462	68 077 417
Subsídios à exploração	3.i)	27 540 041	25 060 685
Custo das vendas e das prestações de serviços		(86 512 969)	(81 364 438)
Resultados brutos		4 860 534	11 773 664
Outros proveitos e ganhos operacionais		26 209 070	30 490 081
Custos de distribuição		(55 615 640)	(59 070 730)
Custos administrativos		(23 423 139)	(24 198 458)
Outros custos e perdas operacionais		(3 342 165)	(4 178 600)
Resultados operacionais		(51 311 340)	(45 184 043)
Custo líquido de financiamento	45	(98 023 000)	(82 072 338)
Ganhos / (perdas) em filiais e associadas	45	141 095	626 962
Ganhos / (perdas) em outros investimentos	45	659 887	(47 179)
Resultados correntes		(148 533 358)	(126 676 598)
Impostos sobre os resultados correntes		(58 620)	(53 660)
Resultados líquidos		(148 591 978)	(126 730 258)

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração dos resultados por funções para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2009.

O Técnico Oficial de Contas

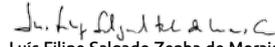


Carlos Alberto Meira Rodrigues

O Conselho de Administração



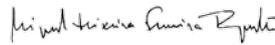
Joaquim José de Oliveira Reis



Luís Filipe Salgado Zenha de Morais Correia



Jorge Manuel Quintela de Brito Jacob



Miguel Teixeira Ferreira Roquette

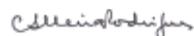
Demonstrações dos Fluxos de Caixa para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008

Un: €

	Notas	Exercícios	
		2009	2008
Actividades operacionais:			
Vendas de bilhetes e passes		68 901 110	75 742 062
Indemnização compensatória	3.i)	27 540 041	26 122 003
Recebimentos de clientes		4 373 760	2 685 012
Pagamentos a fornecedores		(45 519 639)	(45 516 062)
Pagamentos ao pessoal		(69 028 913)	(65 204 968)
Fluxo gerado pelas operações		(13 733 641)	(6 171 954)
Pagamento e recebimento de impostos		(2 378 668)	(4 141 361)
Outros recebimentos da actividade operacional		(12 539 407)	(802 825)
Fluxo gerado antes rubricas extraordinárias		(28 651 716)	(11 116 139)
Recebimentos de rubricas extraordinárias		181 970	167 029
Pagamentos de rubricas extraordinárias		(68 532)	(76 270)
Fluxo das actividades operacionais (1)		(28 538 278)	(11 025 380)
Actividades de investimento:			
Recebimentos provenientes de:			
Subsídios de investimento		4 034 401	12 948 352
Juros e proveitos similares		1 614 519	488 036
Total dos recebimentos		5 648 920	13 436 387
Pagamentos respeitantes a:			
Investimentos financeiros		(718 149)	(384 658)
Imobilizações corpóreas		(148 307 584)	(89 888 729)
Total dos pagamentos		(149 025 733)	(90 273 386)
Fluxo das actividades de investimento (2)		(143 376 813)	(76 836 999)
Actividades de Financiamento:			
Recebimentos provenientes de:			
Empréstimos bancários		520 000 000	264 442 692
Empréstimos obrigacionistas	48	400 000 000	0
Total dos recebimentos		920 000 000	264 442 692
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos bancários		(581 009 545)	(57 404 382)
Operações de leasing/aluguer		(29 437 352)	(34 584 418)
Empréstimos obrigacionistas		(7 731 367)	(7 731 367)
Juros e custos similares		(103 812 918)	(76 967 160)
Depósito a prazo (caução)		(22 576 503)	0
Suprimentos concedidos	16	(3 344 013)	0
Total dos pagamentos		(747 911 698)	(176 687 328)
Fluxo das actividades de financiamento (3)		172 088 302	87 755 364
Variação de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)		173 211	(107 015)
Caixa e seus equivalentes no início do período		165 021	272 036
Caixa e seus equivalentes no fim do período		338 232	165 021
Numerário	55	18 205	31 745
Depósitos bancários	55	320 027	133 276
Caixa e seus equivalentes no fim do período		338 232	165 021

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2009.

O Técnico Oficial de Contas



Carlos Alberto Meira Rodrigues

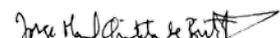
O Conselho de Administração



Joaquim José de Oliveira Reis



Luís Filipe Salgado Zenha de Moraes Correia



Jorge Manuel Quintela de Brito Jacob



Miguel Teixeira Ferreira Roquette

ENTRE CAMPOS

PASSAGEM PROIBIDA

PASSAGEM PROIBIDA



5.

Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados

Em 31 de Dezembro de 2009
(Montantes expressos em euros)

1. Nota introdutória

O Metropolitano de Lisboa, E.P. (Empresa Pública), assumiu, no dia 26 de Junho de 2009, com a entrada em vigor do respectivo Decreto-Lei, a sua nova denominação, Metropolitano de Lisboa E.P.E. (Entidade Pública Empresarial), adiante designado por “Empresa”.

Esta alteração está de acordo com o Decreto-Lei n.º 148-A/2009, D.R. n.º 122, Suplemento, Série I de 26 de Junho de 2009 do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações que aprova o regime jurídico aplicável ao Metropolitano de Lisboa, E.P.E., bem como os respectivos Estatutos, e revoga o Decreto-Lei n.º 439/78, de 30 de Dezembro.

A anterior designação, Metropolitano de Lisboa, E.P., tinha resultado da nacionalização em 1975, através do Decreto-Lei n.º 280-A/75, de 5 de Junho, da Sociedade Metropolitano de Lisboa, S.A.R.L..

A Empresa tem por objecto principal a manutenção e desenvolvimento do funcionamento regular do serviço público de transporte colectivo de passageiros fundado no aproveitamento do subsolo da cidade de Lisboa e zonas limítrofes.

A Empresa opera dentro do enquadramento legal criado pelas leis gerais que regulam a existência e a actividade das entidades públicas empresariais, por leis específicas e por disposições governamentais relacionadas com o sector dos transportes e com a própria Empresa.

A prestação de serviços é realizada em conformidade com as políticas tarifárias definidas pelo Ministério da Tutela, beneficiando a Empresa da atribuição de fundos oficiais, nomeadamente através de dotação para capital estatutário, investimentos, indemnizações compensatórias e outros subsídios.

Estas demonstrações financeiras referem-se à Empresa em termos individuais e foram preparadas nos termos legais para aprovação pelo Conselho de Administração, tendo os investimentos financeiros sido registados pelo método da equivalência patrimonial, tal como explicado na nota 3.c). A Empresa irá preparar e apresentar em separado as demonstrações financeiras consolidadas nas quais vão ser incluídas as demonstrações das empresas em que participa maioritariamente ou detém o controlo de gestão. Assim, nestas demonstrações financeiras individuais foram considerados nos capitais próprios em 31 de Dezembro de 2009 e no resultado líquido findo nessa data, o efeito da consolidação dos capitais próprios e dos resultados das empresas participadas, com base nas respectivas demonstrações financeiras, mas não o efeito da consolidação integral a nível de activos, passivos, custos e proveitos.

Na elaboração das suas demonstrações financeiras consolidadas, a empresa adopta os IFRS – International Financial Reporting Standards, tal como adoptados pela União Europeia. Por esta razão, os capitais próprios em 31 de Dezembro de 2009 e em 31 de Dezembro de 2008, bem como os resultados dos exercícios findos naquelas datas, que constam nas demonstrações financeiras consolidadas da Empresa, diferem dos valores apresentados nas demonstrações financeiras individuais.

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida no Plano Oficial de Contabilidade. As notas cuja numeração se encontra ausente deste anexo não são aplicáveis à Empresa ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras anexas.

3. Bases de apresentação e principais critérios valorimétricos

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com princípios de contabilidade geralmente aceites em Portugal.

Os principais critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras foram os seguintes:

a) Imobilizações incorpóreas

i) Financiadas pelo Estado

As imobilizações incorpóreas financiadas pelo Estado, incluem essencialmente estudos para o desenvolvimento da rede, caracterizados como custos com infra-estruturas de longa duração (“ILD’s”). Estas imobilizações não estão a ser amortizadas.

b) Imobilizações corpóreas

i) Financiadas pela Empresa

As imobilizações corpóreas financiadas pela Empresa adquiridas até 31 de Dezembro de 1997 encontram-se registadas ao custo de aquisição, que inclui encargos financeiros suportados durante o período de construção, reavaliado de acordo com as disposições legais (nota 12). As imobilizações corpóreas adquiridas após aquela data encontram-se registadas ao custo de aquisição.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, a partir do mês de entrada em funcionamento do bem, de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

	Anos
Edifícios e outras construções	10 - 50
Equipamento básico:	
Material circulante de exploração	14 - 28
Material circulante de serviço	10 - 30
Sistemas de controlo e telecomunicações	12 - 16
Equipamento de transporte	4 - 5
Ferramentas e utensílios	4 - 10
Equipamento administrativo	7 - 10
Outras imobilizações corpóreas	4 - 10

Os encargos com reparações e manutenção de natureza corrente são registados como custos do exercício em que são incorridos. As grandes reparações são registadas na rubrica de “Imobilizado corpóreo” respectiva e amortizadas no mesmo período de anos do imobilizado a que respeitam.

ii) Financiadas pelo Estado

As imobilizações corpóreas financiadas pelo Estado adquiridas até 31 de Dezembro de 1997, encontram-se registadas ao custo de aquisição, que inclui os encargos financeiros suportados durante o período de construção, reavaliado de acordo com as disposições legais (nota 12). As imobilizações adquiridas após aquela data encontram-se registadas ao custo de aquisição.

O registo das amortizações relativas a estas imobilizações foi efectuado com base nos critérios acima mencionados para as imobilizações corpóreas financiadas pela Empresa mas apenas até 31 de Dezembro de 1997. As amortizações calculadas e registadas até àquela data, foram creditadas directamente ao valor de custo ou reavaliado das imobilizações corpóreas e debitadas às respectivas reservas de reavaliação como factor correctivo das mesmas. Após 1 de Janeiro de 1998, estas imobilizações não estão a ser amortizadas.

c) Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros em empresas do grupo e associadas são registados pelo método da equivalência patrimonial, sendo as participações inicialmente contabilizadas pelo custo de aquisição, o qual é acrescido ou reduzido do valor proporcional à participação da Empresa nos respectivos capitais próprios, reportado à data de aquisição ou da primeira aplicação do método da equivalência patrimonial.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são ajustadas anualmente pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos das empresas participadas por contrapartida de ganhos ou perdas do exercício. Adicionalmente, os dividendos recebidos destas empresas são registadas como uma diminuição do valor dos investimentos financeiros.

São constituídas provisões para participações financeiras sempre que não existam expectativas razoáveis de recuperação dos montantes investidos.

Os restantes investimentos financeiros encontram-se registados ao custo de aquisição o qual é inferior ao valor de mercado.

d) Existências

As matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição o qual não excede o respectivo valor de mercado utilizando-se o custo médio como método de custeio.

Foi constituído um ajustamento para depreciação das matérias-primas, subsidiárias e de consumo pela diferença entre o valor de custo e o respectivo valor de realização no caso de este ser inferior ao custo.

e) Especialização de exercícios

A Empresa regista as suas receitas e despesas de acordo com o princípio da especialização de exercícios pelo qual as receitas e despesas são reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas na rubrica de “Acréscimos e diferimentos” (nota 50).

f) Complementos de pensões de reforma

Conforme descrito em detalhe na nota 51, a Empresa assumiu o compromisso de conceder aos seus empregados prestações pecuniárias a título de complementos das pensões de reforma (velhice, invalidez e sobrevivência) pagas pela Segurança Social. No exercício findo em 31 de Dezembro de 2001, a Empresa adoptou as disposições da Directriz Contabilística n.º 19, emitida em 21 de Maio de 1997 pela Comissão de Normalização Contabilística, passando a registar estas responsabilidades no balanço. As responsabilidades da Empresa são quantificadas através de um estudo actuarial obtido no final de cada período contabilístico, o qual é elaborado de acordo com métodos e pressupostos actuariais internacionalmente aceites, de modo a conhecer o valor das suas responsabilidades na data do balanço e o custo com pensões a registar no exercício. As responsabilidades assim estimadas são comparadas com os registos contabilísticos da Empresa de forma a determinar o montante das diferenças a registar. Até 31 de Dezembro de 2007, a diferença entre as responsabilidades e as pensões específicas resultantes do custo com serviços correntes, custo dos juros e ganhos e perdas actuariais, era reconhecida como ganhos ou perdas na rubrica “Custos com pessoal”, na demonstração dos resultados do exercício respectivo.

A partir de 1 de Janeiro de 2008 a Empresa passou a reconhecer as responsabilidades com benefícios de reforma – plano de pensão com base na política contabilística prevista na Norma Internacional de Contabilidade n.º 19 a qual inclui o mecanismo do “corredor”, pelo qual, os ganhos e perdas actuariais apurados num exercício, e para cada plano de benefícios concedido, resultantes dos ajustamentos nos pressupostos actuariais, ajustamentos de experiência ou no esquema de benefícios, quando: (i) inferiores em valor absoluto a 10% (“corredor”) do total das responsabilidades ou provisões, dos dois o mais alto, não são registados no balanço do exercício em que são conhecidos; (ii) superiores a 10% do “corredor” acima mencionado, são registados no passivo nas rubricas específicas de provisões ou acréscimos de custos e diferidos no activo nas rubricas de custos diferidos, na parte que exceda o intervalo de 10%, sendo reconhecidos em resultados a partir do exercício subsequente em que apurados, em quotas constantes, de acordo com o número médio esperado dos anos de trabalho dos empregados participantes nesse plano de benefícios.

Os planos de benefícios concedidos que foram identificados pela Empresa para apuramento destas responsabilidades são:

- a) Complemento de pensões de reforma, invalidez e sobrevivência
- b) Reformas antecipadas

g) Cuidados de saúde

A Empresa assumiu determinadas responsabilidades pelo pagamento aos seus empregados, até à idade de reforma, de benefícios relacionados com cuidados de saúde, as quais não se encontram registadas no balanço em 31 de Dezembro de 2009. Para fazer face a estas responsabilidades, a Empresa assegurou aos seus empregados no activo, um seguro colectivo de saúde que lhes dá acesso a serviços médicos comparticipados pela Empresa. Estes encargos são registados na demonstração de resultados do exercício em que são pagos, não se encontrando reflectidas no balanço as responsabilidades da Empresa, uma vez que as mesmas, quantificadas actuarialmente não são relevantes.

h) Prestação de serviços e reconhecimento de receitas

Os proveitos decorrentes da prestação de serviços compreendem as receitas da venda de títulos de transporte na rede própria, bem como a repartição do produto da venda de passes sociais intermodais utilizáveis na rede própria e em outros transportes públicos urbanos e suburbanos explorados por outros operadores, sendo os preços de venda destes, fixados pelo Estado.

A Empresa reconhece as receitas por prestações de serviços da seguinte forma:

- **Passes intermodais** – As receitas originadas pelos passes intermodais vendidos pela Empresa e outros operadores de transportes, são afectas a cada um dos operadores com base numa distribuição mensal determinada pelo Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres (“I.M.T.T.”). Esta distribuição é calculada de acordo com índices estatísticos que tomam em linha de conta o nível de utilização dos serviços da Empresa e de cada um dos outros operadores.
- **Bilhetes e bilhetes pré-comprados** – A Empresa reconhece a receita no momento da venda dos bilhetes.

i) Indemnizações compensatórias

A Empresa regista na demonstração dos resultados do exercício, como subsídios à exploração os valores das indemnizações compensatórias, atribuídas pelo Estado, pela prática de tarifas por ele fixadas, e que no exercício de 2009 ascenderam a € 28 093 176, atribuídos nos termos da Resolução do Conselho de Ministros de 3 de Dezembro de 2009.

j) Custos departamentais

Os custos internos de funcionamento dos diversos serviços de gestão que não trabalham exclusivamente para o investimento, são imputados na percentagem de 2% ao valor dos investimentos em curso.

Estes custos são imputados aos investimentos em infra-estruturas de longa duração – ILD’s (imobilizado financiado pelo Estado), aos equipamentos e estudos para o material circulante de exploração e parques de material e oficinas (imobilizado financiado pela Empresa) (nota 10), por serem estes os de execução mais prolongada, tecnicamente mais complexos e, conseqüentemente, carecidos de uma gestão mais intensa em meios humanos.

l) Locações

Os contratos de locação são classificados como: (i) locações financeira se através deles forem transmitidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse; e como (ii) locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse. A classificação das locações em financeiras ou operacionais é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os activos imobilizados adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades são contabilizados pelo método financeiro. De acordo com este método o custo é registado no imobilizado corpóreo, a correspondente responsabilidade é registada no passivo e os juros incluídos no valor das rendas e a amortização do activo, calculada conforme descrito na nota 3.b) são registados como custos na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

Os encargos relativos a contratos de locação operacional são reconhecidos como custo do exercício a que respeitam.

m) Subsídios atribuídos para financiamento de imobilizações corpóreas

Os subsídios atribuídos à Empresa, a fundo perdido, para financiamento de aquisição de imobilizações corpóreas são registados, como proveitos diferidos, na rubrica de “Acréscimos e diferimentos”, e reconhecidos na demonstração dos resultados proporcionalmente às amortizações das imobilizações corpóreas subsidiadas.

Os subsídios atribuídos para financiamento de ILD’s, a fundo perdido, são registados directamente nos capitais próprios, na rubrica de “Reservas para investimento”. Neste exercício, estes subsídios atingiram cerca de 35% da realização do investimento em ILD’s, dos quais 93% ainda se encontram por receber.

n) Activos, passivos e transacções em moeda estrangeira

Os activos e passivos expressos em moeda estrangeira foram convertidos para euros utilizando-se as taxas de câmbio vigentes nas datas dos balanços.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transacções e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou à data do balanço, foram registadas como proveitos e custos na demonstração dos resultados.

o) Impostos diferidos

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos activos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respectivos montantes para efeitos de tributação.

Os impostos diferidos não se encontram registados nas Demonstrações Financeiras anexas e a esta data não se encontram totalmente quantificados. Os activos por impostos diferidos corresponderiam a prejuízos fiscais reportáveis e provisões não aceites fiscalmente e os passivos por impostos diferidos corresponderiam a amortizações de bens reavaliados não aceites fiscalmente e mais-valias fiscais com tributação diferida.

Nos exercícios findos entre 31 de Dezembro de 2004 e 2009, ocorreram situações que conduziriam ao registo de activos por impostos diferidos, no montante total de, aproximadamente, € 210 000 000 referentes a prejuízos fiscais reportáveis e provisões não aceites fiscalmente que não foram reconhecidos por não existirem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses impostos diferidos activos.

p) Instrumentos financeiros derivados

A Empresa está exposta ao nível de risco financeiro, fundamentalmente a flutuações de taxa de juro, utilizando a Empresa instrumentos financeiros derivados na gestão dos seus riscos financeiros relacionados com flutuação de taxa de juro, unicamente como forma de garantir a cobertura desses riscos. Não são utilizados instrumentos financeiros derivados com o objectivo de negociação (especulação).

Os instrumentos financeiros derivados de cobertura utilizados pela Empresa respeitam a instrumentos de cobertura de taxa de juro de empréstimos bancários, correspondendo essencialmente a “swaps” de taxa de juro. O montante dos empréstimos, prazos de vencimento dos juros e planos de reembolso dos empréstimos subjacentes a esses instrumentos financeiros de cobertura de taxa de juro são em tudo idênticos às condições estabelecidas para os empréstimos contratados correspondentes, pelo que configuram relações perfeitas de cobertura.

Os instrumentos financeiros de cobertura utilizados pela Empresa na cobertura dos riscos de taxa de juro dos seus empréstimos são inicialmente registados pelo seu custo, se algum, e o resultado apurado no decorrer do exercício reconhecido directamente na demonstração dos resultados no mesmo período em que o instrumento de cobertura afecta resultados. A contabilidade de cobertura de instrumentos financeiros derivados é descontinuada quando o instrumento se vence ou é vendido.

Nas situações em que o instrumento derivado deixe de ser qualificado como instrumento de cobertura, ou sejam renegociados, os ganhos ou perdas resultantes bem como as diferenças de justo valor acumuladas e diferidas na rubrica de “Acréscimos e diferimentos” sendo reconhecidas na demonstração dos resultados do exercício de acordo com o prazo dos empréstimos a que se encontram associados.

6. Impostos

A Empresa encontra-se sujeita ao pagamento de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas à taxa de 25% o qual com a publicação em Diário da República da Lei n.º 2/2007 que aprova a Lei das Finanças Locais ("LFL"), e nos termos do artigo 14.º da nova LFL, a derrama passou a partir do exercício de 2007, a ser calculada até ao limite máximo de 1,5% sobre o Lucro Tributável quando no passado a mesma correspondia a 10% da colecta (usualmente 2,5%).

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), excepto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, casos em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são prolongados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2006 a 2009 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão e correcção.

O Conselho de Administração entende que eventuais correcções resultantes de revisões/inspecções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2009.

Nos termos da legislação em vigor os prejuízos fiscais são reportáveis durante um período de seis anos após a sua ocorrência e susceptíveis de dedução a lucros fiscais gerados durante esse período. A data limite de utilização dos prejuízos fiscais reportáveis, de acordo com as declarações entregues às autoridades fiscais, existentes em 31 de Dezembro de 2009 é como segue:

	Prejuízo fiscal	Data limite de utilização
Gerados em 2004	155 241 079	2010
Gerados em 2005	152 356 406	2011
Gerados em 2006	151 322 961	2012
Gerados em 2007	143 790 051	2013
Gerados em 2008	118 382 911	2014
Gerados em 2009	120 832 306	2015
	841 925 714	

7. Número médio de pessoal

Durante os exercícios de 2009 e 2008, o número médio de trabalhadores foi de 1 611 e 1 566, respectivamente.

8. Despesas de instalação, de investigação e de desenvolvimento e propriedade industrial e outros direitos

A Empresa tem vindo a registar nestas rubricas as seguintes naturezas de custos que em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 apresentavam a seguinte composição:

Imobilizado financiado pelo Estado	2009	2008
Despesas de instalação:		
Estudos e desenvolvimento da rede	1 988 425	1 988 425
Outras	86	86
Custos financeiros (nota 10)	31 316	31 316
	2 019 827	2 019 827
Despesas de investigação e de desenvolvimento:		
Estudo para desenvolvimento de estação tipo	33 627	33 627
Estudos de hipóteses para novos prolongamentos	326 662	326 662
Estudo de impacto do túnel rodoviário	108 989	108 989
Concurso para tratamento plástico de estações	40 721	40 721
Estudos para Metro Ligeiro de Superfície	674 703	674 703
Estudo de viabilidade da linha das Colinas	48 938	48 938
Análises de compatibilidade electromagnética	90 599	90 599
Outros	4 977	4 977
Custos financeiros (nota 10)	107 940	107 751
	1 437 156	1 436 967
Imobilizado em curso:		
Despesas de investigação e desenvolvimento:		
Estudos de hipóteses para novos prolongamentos	921 920	921 920
Projecto da central de geração de energia eléctrica	24 694	24 694
Estudos para extensão Oriente / Aeroporto	1 727 303	1 724 618
Estudos para extensão Amadora Este / Reboleira	77 961	77 961
Estudos para extensão Rato / Alcântara	379 503	379 503
Estudos para extensão São Sebastião / Campolide	19 611	19 611
Outros	53 052	53 052
Custos financeiros	191 398	154 166
	3 395 442	3 355 525
	6 852 425	6 812 319

10. Movimento do activo imobilizado

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2009 o movimento ocorrido no valor das imobilizações corpóreas e investimentos financeiros, financiadas pela Empresa, bem como nas respectivas amortizações acumuladas e ajustamentos, foi o seguinte:

Rubricas	Saldo inicial	Aumentos	Activo bruto		Saldo final
			Alienações	Transferências e abates	
Imobilizações corpóreas:					
Terrenos e recursos naturais	24 284 306	1 619	-	-	24 285 925
Edifícios e outras construções	251 016 435	11 299	-	214 339	251 242 073
Equipamento básico	492 519 251	1 576 712	(25 838)	651 144	494 721 269
Equipamento de transporte	1 020 419	117 691	(22 557)	-	1 115 553
Ferramentas e utensílios	2 363 568	35 075	-	(2 706)	2 395 937
Equipamento administrativo	25 355 551	172 758	(505)	11 238	25 539 042
Outras imobilizações corpóreas	1 115 526	414	-	-	1 115 940
	797 675 056	1 915 568	(48 900)	874 015	800 415 739

Rubricas	Activo bruto				
	Saldo inicial	Aumentos	Alienações	Transferências e abates	Saldo final
Imobilizações em curso:					
Edifícios e outras construções	259 740	-	-	(214 338)	45 402
Equipamento básico	2 530 071	620 811	-	(653 034)	2 497 848
Equipamento administrativo	61 030	1 085 011	-	(52 028)	1 094 013
	2 850 841	1 705 822	-	(919 400)	3 637 263
Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas					
	138 130	212 941	-	(81 137)	269 934
	800 664 027	3 834 331	(48 900)	(126 522)	804 322 936
Investimentos financeiros:					
Partes de capital empresas do grupo	7 956 065	1 889 913	-	-	9 845 978
Partes de capital empresas associadas	147 181	79 545	-	-	226 726
Títulos e outras aplicações financeiras	24 266 234	718 149	-	-	24 984 383
	32 369 480	2 687 607	-	-	35 057 087

Rubricas	Amortizações e ajustamentos			
	Saldo inicial	Reforço	Alienações /abates	Saldo final
Imobilizações corpóreas:				
Edifícios e outras construções	126 972 908	10 900 237	-	137 873 145
Equipamento básico	264 217 381	19 895 213	(27 727)	284 084 867
Equipamento de transporte	1 000 847	14 100	(22 556)	992 391
Ferramentas e utensílios	2 084 042	113 600	(2 706)	2 194 936
Equipamento administrativo	23 246 864	905 590	(40 313)	24 112 141
Outras imobilizações corpóreas	330 041	25 924	-	355 965
	417 852 083	31 854 664	(93 302)	449 613 445
Investimentos financeiros:				
Títulos e outras aplicações financeiras	1 310 544	71 134	-	1 381 678
	1 310 544	71 134	-	1 381 678
	419 162 627	31 925 798	(93 302)	450 995 123

As adições ocorridas no exercício findo em 31 de Dezembro de 2009 na rubrica de “Imobilizado corpóreo – equipamento básico”, no montante de € 1 576 712, respeitam, essencialmente, à aquisição de equipamentos de venda e controlo de títulos de transporte instalados nas novas estações do prolongamento Alameda /São Sebastião.

As adições ocorridas em 2009 na rubrica de “Imobilizado em curso – equipamento administrativo”, no montante de € 1 085 011, respeitam a despesas com o Sistema Plago – Sistema de Planeamento Ótimo de Recursos e Gestão em Tempo Real da Operação do ML.

As transferências e abates ocorridos durante o exercício 2009 para a rubrica de “Imobilizado corpóreo – equipamento básico”, no montante de € 651 144, referem-se, essencialmente, ao movimento de transferência de “Imobilizado em curso – equipamento básico”, de uma máquina automática de lavar comboios e de um sistema de controlo de acessos às salas do cofre.

Os movimentos verificados nas rubricas de “Partes de capital em empresas do grupo” e “Partes de capital em empresas associadas”, nos montantes de € 1 889 913 e € 79 545, respectivamente, referem-se aos resultados das empresas do grupo e empresas associadas apropriados pelo método de equivalência patrimonial (nota 45).

A adição ocorrida na rubrica de “Títulos e outras aplicações financeiras”, no montante de € 718 149 refere-se aos juros de um depósito a prazo para a futura constituição do fundo de pensões, conforme deliberação do Conselho de Administração, constituído no decurso do exercício de 2007, o qual vence juros a taxas normais de mercado.

O reforço de amortizações e ajustamentos na rubrica de “Títulos e outras aplicações financeiras”, no montante de € 71 134 (nota 45), respeita à amortização de investimentos em imóveis para rendimento.

Nos termos do Decreto-Lei n.º 196/80, de 20 de Junho, o Governo assumiu o princípio de que competia ao Estado Português financiar as infra-estruturas de longa duração do Metro definindo como tais, os seguintes tipos de investimentos:

- Estudos para o desenvolvimento da rede;
- Galerias, estações e demais construções acessórias ou complementares;
- Via-férrea;
- Redes de alta e baixa tensão;
- Sistemas de telecomunicações e de controlo;
- Equipamentos de ventilação e bombagens;
- Acessos mecânicos.

Aquele princípio teve concretização prática através de subsídios concedidos pelo Estado Português, a fundo perdido, para os investimentos realizados até 31 de Dezembro de 1980 e para os encargos financeiros até então incorridos com esses investimentos. Naquela data, o montante dos investimentos efectuados e o valor dos subsídios atribuídos eram coincidentes e tinham expressão contabilística nas imobilizações financiadas pelo Estado e reservas para investimentos, respectivamente.

O Decreto-Lei supra-mencionado continha uma cláusula que impunha a sua revisão até ao termo da sua vigência em 31 de Dezembro de 1980. Contudo, tal não ocorreu. Assim, e a partir daquela data, os fundos passaram a ser atribuídos com base em legislação pontual enquadrada nos Planos de Investimento do Sector Empresarial do Estado e sob a forma de dotações para capital estatutário ou subsídios genéricos para investimentos e saneamento financeiro passando, conseqüentemente, a não haver coincidência entre os investimentos realizados e os subsídios atribuídos e contabilizados na rubrica de reservas para investimentos. Esta situação tem a seguinte expressão contabilística nas demonstrações financeiras da Empresa, em 31 de Dezembro de 2009 e 2008:

Imobilizações financiadas pelo Estado	2009	2008
Incorpóreas:		
Valor de custo	3 456 983	3 456 794
Em curso	3 395 442	3 355 525
	6 852 425	6 812 319
Corpóreas:		
Valor de custo	2 490 722 021	2 481 604 737
Reavaliações (nota 13)	199 062 008	199 062 008
Em curso e adiantamentos	403 913 460	254 932 347
	3 093 697 489	2 935 599 092
	3 100 549 914	2 942 411 411
Reservas de reavaliação (nota 40)	199 062 008	199 062 008
Reservas para investimentos (nota 40)	705 864 055	650 703 756
Outras reservas (nota 40)	93 999 764	93 999 764
	998 925 827	943 765 527

Imobilizações financiadas pela Empresa	2009	2008
Corpóreas:		
Valor de custo	772 390 786	769 648 243
Reavaliações (nota 13)	28 024 953	28 026 813
Em curso e adiantamentos	3 907 197	2 988 971
	804 322 936	800 664 027
Amortizações acumuladas	(449 613 445)	(417 852 084)
	354 709 491	382 811 944

No valor de custo das imobilizações incorpóreas, corpóreas e em curso, em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 encontram-se incluídos os seguintes custos suplementares:

Imobilizado financiado pela Empresa	2009				2008			
	Incorpóreo	Corpóreo	Em curso	Total	Incorpóreo	Corpóreo	Em curso	Total
Custos financeiros (nota 14)	-	67 078 705	333 817	67 412 522	-	67 036 076	300 486	67 336 562
Custos departam. (nota 3.j))	-	8 081 168	6 052	8 087 220	-	7 984 176	15 373	7 999 549
Total	-	75 159 873	339 869	75 499 742	-	75 020 252	315 859	75 336 111

Imobilizado financiado pelo Estado	2009				2008			
	Incorpóreo	Corpóreo	Em curso	Total	Incorpóreo	Corpóreo	Em curso	Total
Custos financeiros (nota 14)	139 257	274 399 042	19 477 711	294 016 010	139 068	274 396 190	15 255 569	289 790 826
Custos departam. (nota 3.j))	38 038	48 058 653	12 033 401	60 130 092	38 038	47 797 252	8 552 684	56 387 973
Total	177 295	322 457 695	31 511 112	354 146 102	177 106	322 193 441	23 808 252	346 178 799

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2009 o movimento ocorrido no valor de custo das imobilizações incorpóreas e imobilizações corpóreas, financiadas pelo Estado, foi o seguinte:

Rubricas	Saldo inicial	Aumentos	Transferências e abates	Saldo final
Imobilizações incorpóreas:				
Despesas de instalação	2 019 827	-	-	2 019 827
Despesas de investigação e de desenvolvimento	1 436 967	189	-	1 437 156
Imobilizações em curso:				
Despesas de investigação e de desenvolvimento	3 355 525	39 917	-	3 395 442
	6 812 319	40 106	-	6 852 425
Imobilizações corpóreas:				
Terrenos e recursos naturais	15 329 218	231 820	-	15 561 038
Edifícios e outras construções	2 292 764 583	5 020 169	997 518	2 298 782 270
Equipamento básico	372 572 944	1 786 133	1 081 644	375 440 721
	2 680 666 745	7 038 122	2 079 162	2 689 784 029
Imobilizações em curso:				
Terrenos e recursos naturais	66 405	32 404	-	98 809
Edifícios e outras construções	235 185 007	126 302 279	(998 601)	360 488 685
Equipamento básico	13 289 630	24 271 365	(1 081 644)	36 479 351
	248 541 042	150 606 048	(2 080 245)	397 066 845
Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	6 391 305	5 400 016	(4 944 706)	6 846 615
	2 935 599 092	163 044 186	(4 945 789)	3 093 697 489

As adições ocorridas no exercício findo em 31 de Dezembro de 2009 na rubrica de “Imobilizações em curso – edifícios e outras construções”, no montante de € 126 302 279 referem-se, essencialmente, aos empreendimentos Oriente/Aeroporto, Amadora Este/Reboleira e Alameda/São Sebastião, com € 83 430 748, € 10 448 700 e € 26 265 157, respectivamente.

As adições ocorridas no exercício findo em 31 de Dezembro de 2009 na rubrica de “Imobilizações em curso – equipamento básico”, no montante de € 24 271 365 referem-se, essencialmente, ao empreendimento Alameda/São Sebastião, no montante de € 22 443 521.

As transferências e abates ocorridos durante o exercício 2009 para a rubrica de “Imobilizado corpóreo – edifícios e outras construções” e para a rubrica de “Imobilizado corpóreo – equipamento básico”, nos montantes de € 997 518 e € 1 081 644, respectivamente, referem-se, essencialmente, ao movimento de transferência de “Imobilizado em curso” de despesas relativas ao parque de estacionamento da estação Lumiar.

Em 31 de Dezembro de 2009 as rubricas “Imobilizações em curso – terrenos e recursos naturais”, “Edifícios e outras construções” e “Equipamento básico”, nos montantes de € 98 809, € 360 488 684 e € 36 479 351, respectivamente, compõem-se conforme segue:

	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico
Remodelação da Rede	-	9 270 991	7 078 764
Extensão Alameda/São Sebastião	-	194 127 486	25 614 746
Extensão Rato/Estrela	-	1 451 272	-
Extensão Amadora Este/Reboleira	-	13 149 090	124 519
Extensão São Sebastião/Campolide	-	-	172 180
Interface do Cais do Sodré	-	12 942 654	1 264 810
Extensão Oriente/Aeroporto	66 697	125 667 804	1 423 438
Outros	32 111	3 879 387	800 894
	98 808	360 488 684	36 479 351

Em 31 de Dezembro de 2009, o investimento realizado na extensão Alameda/São Sebastião no montante de € 219 742 232, ainda se encontrava em curso, por não se encontrar concluído o plano de investimento, apesar da abertura ao público ter ocorrido em 25 de Agosto de 2009.

11. Custos financeiros capitalizados

No decurso dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, a Empresa capitalizou custos financeiros, relacionados com empréstimos contraídos para financiar imobilizações em fase de construção e custos departamentais, conforme segue:

Imobilizações corpóreas em curso	2009	2008
Encargos financeiros:		
Financiadas pela Empresa (nota 14)	75 960	158 924
Financiadas pelo Estado (nota 14)	4 225 184	4 837 638
	4 301 144	4 996 562
Custos departamentais:		
Financiadas pela Empresa	87 671	0
Financiadas pelo Estado	3 742 119	3 045 294
	3 829 790	3 045 294

12. Reavaliações de imobilizações corpóreas (legislação)

A Empresa procedeu em anos anteriores à reavaliação das suas imobilizações corpóreas ao abrigo da legislação aplicável, nomeadamente:

- Decreto-Lei n.º 219/82, de 2 de Junho
- Decreto-Lei n.º 399-G/84, de 28 de Dezembro
- Decreto-Lei n.º 118-B/86, de 27 de Maio
- Decreto-Lei n.º 111/88, de 2 de Abril
- Decreto-Lei n.º 49/91, de 25 de Janeiro
- Decreto-Lei n.º 264/92, de 24 de Novembro
- Decreto-Lei n.º 31/98, de 11 de Fevereiro

Como resultado das reavaliações efectuadas, as amortizações do exercício findo em 31 de Dezembro de 2009, foram aumentadas em € 361 108. Deste montante, 40% não é aceite como custo para a determinação da matéria colectável em sede de Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Colectivas.

13. Reavaliações de imobilizações corpóreas

O detalhe dos custos históricos de aquisição de imobilizações corpóreas, financiadas pela Empresa e financiadas pelo Estado, e correspondentes reavaliações em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 é o seguinte:

ii) Financiadas pela Empresa

Rubricas	31 de Dezembro de 2009			31 de Dezembro de 2008
	Custos históricos	Reavaliações (nota 10)	Saldos reavaliados	Saldos reavaliados
Imobilizações corpóreas:				
Terrenos e recursos naturais	23 841 412	444 513	24 285 925	24 284 306
Edifícios e outras construções	237 120 766	14 121 307	251 242 073	251 016 435
Equipamento básico	482 720 797	12 000 472	494 721 269	492 519 251
Equipamento de transporte	1 115 553	-	1 115 553	1 020 419
Ferramentas e utensílios	2 187 430	208 507	2 395 937	2 363 568
Equipamento administrativo	24 388 325	1 150 717	25 539 042	25 355 551
Outras imobilizações corpóreas	1 016 503	99 437	1 115 940	1 115 526
	772 390 786	28 024 953	800 415 739	797 675 056
Imobilizações em curso	3 637 263	-	3 637 263	2 850 841
	3 637 263	-	3 637 263	2 850 841
Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas				
	269 934	-	269 934	138 130
	269 934	-	269 934	138 130
	776 297 983	28 024 953	804 322 938	800 664 027

ii) Financiadas pelo Estado

Rubricas	31 de Dezembro de 2009			31 de Dezembro de 2008
	Custos históricos	Reavaliações (nota 10)	Saldos reavaliados	Saldos reavaliados
Imobilizações corpóreas:				
Terrenos e recursos naturais	13 172 596	2 388 442	15 561 038	15 329 218
Edifícios e outras construções	2 122 472 240	176 310 029	2 298 782 270	2 292 764 583
Equipamento básico	355 077 185	20 363 537	375 440 721	372 572 944
	2 490 722 021	199 062 008	2 689 784 029	2 680 666 745
Imobilizações em curso	397 066 845	-	397 066 845	248 541 042
	397 066 845	-	397 066 845	2 929 207 786
Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas				
	6 846 615	-	6 846 615	6 391 305
	6 846 615	-	6 846 615	3 184 140 133
	2 894 635 481	199 062 008	3 093 697 489	2 935 599 092

14. Imobilizações corpóreas e em curso (informações adicionais)

No activo imobilizado da Empresa encontra-se registado o investimento com o Museu da Música e com o Túnel Rodoviário, que ascendem a € 172 124 e € 117 063, respectivamente. O restante activo imobilizado da Empresa está afecto à actividade de transporte de passageiros.

Em 31 de Dezembro de 2009, as imobilizações corpóreas em poder de terceiros e implantadas em solo e subsolo não pertencente à Empresa ascendiam a € 509 376 e € 3 163 201 787, respectivamente.

Os custos financeiros capitalizados em imobilizado até 31 de Dezembro de 2009 ascendem a € 361 428 532, dos quais € 4 301 144 foram capitalizados no exercício de 2009 (nota 11).

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, há ainda a referir o seguinte:

a) Implantadas em solo e subsolo não pertencente à Empresa	2009	2008
Imobilizado financiado pela Empresa:		
Imobilizado corpóreo:		
Edifícios e outras construções	5 620 002	5 619 792
Equipamento básico	61 206 752	59 229 150
Imobilizado em curso:		
Equipamento básico	2 471 749	2 386 901
	69 298 503	67 235 844
Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	205 795	21 395
	69 504 298	67 257 238
Imobilizado financiado pelo Estado:		
Imobilizado corpóreo:		
Terrenos e recursos naturais	15 561 038	15 329 218
Edifícios e outras construções	2 298 782 270	2 292 764 583
Equipamento básico	375 440 721	372 572 944
Imobilizado em curso:		
Terrenos e recursos naturais	98 809	66 405
Edifícios e outras construções	360 488 684	235 185 007
Equipamento básico	36 479 352	13 289 630
	3 086 850 874	2 929 207 787
Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	6 846 615	6 391 305
	3 093 697 489	2 935 599 092
	3 163 201 787	3 002 856 330
b) Encargos financeiros	2009	2008
Custos financeiros totais (nota 11)	361 428 532	357 127 389
Custos financeiros no exercício (nota 11)	4 301 144	4 996 562

15. Bens em regime de locação financeira

Conforme referido na nota 3.I) a Empresa regista no seu imobilizado corpóreo (nota 10) os activos adquiridos em regime de locação financeira. Em 31 de Dezembro de 2009, a Empresa utiliza em regime de locação financeira 55 unidades triplas de tracção e uma máquina fotocopiadora, contabilizada na rubrica de "Equipamento administrativo", com os seguintes valores:

Conta	Valor contabilístico	Amortização acumulada	Valor líquido
423	305 858 686	(134 831 556)	171 027 130
426	8 777	(3 805)	4 972
	305 867 463	(134 835 361)	171 032 102

Em 31 de Dezembro de 2009, a Empresa tinha assumido compromissos para o pagamento de rendas de contratos de locação financeira como segue:

Descrição	Curto prazo	Médio e longo prazo	Total
55 Unidades de Tracção (nota 53)	17 378 364	130 689 205	148 067 569
	17 378 364	130 689 205	148 067 569

A parcela que se vence a médio e longo prazo tem o seguinte plano de reembolso:

Anos	Montante
2011	18 306 283
2012	19 289 884
2013	30 299 778
2014	12 431 276
2015 e seguintes (nota 29)	50 361 984
	130 689 205

As rendas de locação financeira, de unidades triplas de tracção, vencem juros às taxas anuais que variam entre 1,4400% e 3,2870%.

Adicionalmente, a Empresa tem responsabilidades com dez contratos de locação operacional celebrados com o TREM, A.C.E. e o TREM II, A.C.E. (nota 16) e Hewlett-Packard International Bank, não reconhecidas no balanço anexo (nota 3. I)) no montante de € 258 266 529.

O calendário das rendas vincendas relativo aos contratos de locação operacional é o seguinte:

Anos	Montante
Curto prazo:	
2010	10 741 259
Médio e longo prazo:	
2011	14 816 478
2012	14 816 478
2013	14 816 478
2014	14 816 478
2015 e seguintes	188 259 359
Total	258 266 529

16. Empresas do grupo, associadas e participadas

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, as empresas do grupo, associadas e participadas eram como segue:

Partes de capital em empresas do grupo	Sede	Capital	Capital próprio em 31.12.09	Resultado líquido em 2009	Participação em 2009	%	Participação em 2008	%	
Ferconsult, S.A.	Lisboa	1 000 000	9 392 525	1 773 054	9 392 525	100	7 619 471	100	b)
Metrocom, S.A.	Lisboa	750 000	566 817	146 075	453 454	80	336 594	80	b)
					9 845 978		7 956 065		
Partes de capital em empresas associadas									
Publimetro – Publicidade em Meios de Transporte e Outros, S.A.	Lisboa	150 000	507 711	211 013	203 084	40	118 679	40	a)
Fernave, S.A.	Lisboa	50 000	(1 700 548)	(1 869 720)	1	20	-	20	a)
Ensitrans – Engenharia e Sistemas de Transporte, A.E.I.E.	Lisboa	49 880	375 442	263 984	18 835	5	5 636	5	a)
SOTRANS – Operadora de Transportes, S.A.	Madrid	-	-	-	-	30	18 060	30	d)
ASSER – Serviços para Empresas de Transporte, A.C.E.	Lisboa	-	-	-	4 805	-	4 805	-	c)
					226 726		147 180		

Títulos e outras aplicações financeiras	Sede	Capital	Capital próprio em 31.12.09	Resultado líquido em 2009	Participação em 2009	%	Participação em 2008	%
Edel – Empresa Editorial, Lda.	Lisboa	c)	c)	c)	20	-	20	- a)
GIL – Gare Intermodal de Lisboa, S.A.	Lisboa	1 952 160	(34 991 848)	(1 905 571)	312 346	16	312 346	16
Otlis, A.C.E.	Lisboa	69 832	69 832	306 800	9 976	14	9 976	14 a)
TREM, A.C.E.	Lisboa	11 823 188	(59 754 428)	(1 604 172)	1 064	-	1 064	- a) b)
TREM II, A.C.E.	Lisboa	28 261 342	(122 169 792)	(5 036 764)	2 576	-	2 576	- a) b)
					325 982		325 982	
Imóveis de rendimento (nota 10)					3 555 595		3 555 595	
Aplicação financeira – depósito a prazo					21 102 806		20 384 658	
					24 984 383		24 266 234	
					35 057 087		32 369 479	

a) Informação financeira não auditada a 31 de Dezembro de 2009.

b) Entidades a serem consolidadas pelo método integral nas demonstrações financeiras consolidadas da Empresa.

c) Informação não disponível.

d) Foi decidido no decurso de 2008 proceder à dissolução e liquidação da sociedade.

Em 31 de Dezembro de 2009, a Empresa em resultado do Contrato Promessa de Transmissão de Acção celebrado entre o ML, a REFER e a CP, no qual foi estabelecida a venda por € 1 da participação de 20% na Fernave, não tendo a Empresa de assumir qualquer responsabilidade pelas perdas acumuladas daquela participada, em 31 de Dezembro de 2009 cujo montante ascendia a € 1 700 548.

Adicionalmente, em resultado do referido acordo, a Empresa procedeu à anulação da conta a receber daquela participada relativamente a suprimentos concedidos no decurso de 2009, no montante de € 1 844 013 (nota 45).

Em resultado da dissolução e liquidação da participada Sotrans, a Empresa procedeu à anulação do investimento financeiro, correspondente a uma percentagem de participação de 30% naquela sociedade, o qual em 31 de Dezembro de 2008 ascendia a € 18 060. Em resultado da partilha da dissolução da sociedade, a Empresa reconheceu uma conta a receber, no montante de € 15 649 (nota 49), tendo anulado o valor remanescente, no montante de € 2 411 (nota 45), na demonstração dos resultados do exercício findo em 31 de Dezembro de 2009.

A participação financeira que a Empresa detém na associada GIL – Gare Intermodal de Lisboa, S.A., encontra-se registada ao custo de aquisição deduzido da provisão para investimentos financeiros no montante de € 312 346, dado ser entendimento da Empresa que da actual situação económica desta associada, a qual segundo a informação financeira em 31 de Dezembro de 2009 apresenta perdas acumuladas de € 34 991 848, não decorrerão perdas adicionais para a Empresa.

A aplicação financeira no montante de € 21 102 807 respeita a um depósito a prazo o qual vence juros a taxas normais de mercado.

Os saldos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 e as transacções efectuadas com empresas relacionadas, nos exercícios findos naquelas datas, são as seguintes:

Saldos devedores 2009	Clientes, conta corrente	Outros devedores (nota 49)	Empresas do grupo e participadas - curto e médio/longo prazo)	Acréscimos de proveitos (nota 50)	IRC - Retenções na fonte	Adiantamentos a fornecedores de imobilizado	Total
Ferconsult, S.A.	-	4 774 891	250 000	-	318 542	414 838	5 758 271
Metrocom, S.A.	-	56 031	-	1 014 926	203 121	-	1 274 078
Publimetro, S.A.	-	2 284 988	-	-	-	-	2 284 988
Fernave, S.A.	-	-	-	-	-	-	-
Ensitrans, A.E.I.E.	-	85 450	-	-	-	-	85 450
GIL	-	-	1 500 000	-	-	-	1 500 000
Total	-	7 201 359	1 750 000	1 014 926	521 663	414 838	10 902 786

Saldos devedores 2008	Clientes, conta corrente	Outros devedores	Empresas do grupo e participadas - curto e médio/longo prazo	Acréscimos de proveitos (nota 50)	IRC - Retenções na fonte	Adiantamentos a fornecedores de imobilizado	Total
Ferconsult, S.A.	-	5 687 654	250 000	1 592 447	466 001	414 838	8 410 940
Metrocom, S.A.	-	558 129	-	-	241 241	-	799 371
Publimetro, S.A.	-	609 651	-	-	-	-	609 651
Fernave, S.A.	880	-	-	-	-	-	880
Ensitrans, A.E.I.E.	-	85 450	-	-	-	-	85 450
Otlis, A.C.E.	32 411	-	-	-	-	-	32 411
Total	33 291	6 940 884	250 000	1 592 447	707 242	414 838	9 938 703

Saldos credores 2009	Fornecedores, conta corrente	Fornecedores de imobilizado, conta corrente	IRC - Retenções na fonte	Total
Ferconsult, S.A.	-	11 816 181	-	11 816 181
Metrocom, S.A.	65 395	-	-	65 395
Fernave, S.A.	33 674	-	-	33 674
Ensitrans, A.E.I.E.	-	129 587	-	129 587
GIL, S.A.	109 290	-	-	109 290
Otlis, A.C.E.	277 059	-	-	277 059
Total	485 417	11 945 768	-	12 431 185

Saldos credores 2008	Fornecedores, conta corrente	Fornecedores de imobilizado, conta corrente	IRC - Retenções na fonte	Total
Ferconsult, S.A.	-	11 611 837	-	11 611 837
Fernave, S.A.	63 771	-	-	63 771
Ensitrans, A.E.I.E.	-	107 694	57	107 751
GIL, S.A.	226 506	-	-	226 506
Otlis, A.C.E.	153 022	10 854	2	163 878
Trem, A.C.E.	-	-	41	41
Trem II, A.C.E.	-	-	42	42
Total	443 299	11 730 385	142	12 173 826

Transacções 2009	Prestações de serviços	Proveitos suplementares	Outros devedores e credores	Proveitos extraordinários (nota 46)
Ferconsult, S.A.	65 177	149 625	-	477 734
Metrocom, S.A.	928 750	51 922	-	5 375
Publimetro, S.A.	1 812 000	105 322	-	22 273
Fernave, S.A.	700	-	-	-
Otlis, A.C.E.	1 139 413	2 500	2 071	-
Total	3 946 040	309 370	2 071	505 382

Transacções 2008	Prestações de serviços	Proveitos suplementares	Outros devedores e credores	Proveitos extraordinários (nota 46)
Ferconsult, S.A.	1 594 175	73 229	116 973	87 362
Metrocom, S.A.	1 603 058	21 461	49 904	-
Publimetro, S.A.	1 741 140	88 162	-	4 500
Fernave, S.A.	750	-	-	-
Otlis, A.C.E.	670 841	-	1 655	6 712
Total	5 609 964	182 853	168 533	98 575

Transacções 2009	Imobilizado em curso	Custo Merc. Vend. Mat. Consumidas	Fornecimentos e serviços externos	Custos diferidos	Custos com pessoal	Imobilizado corpóreo	Outros devedores e credores
Ferconsult, S.A.	9 503 822	-	11 342	-	-	409 440	538 009
Metrocom, S.A.	-	-	68 281	-	-	-	-
Ensitrans, A.E.I.E.	-	-	18 245	-	-	-	-
Fernave, S.A.	-	-	153 050	-	-	-	-
GIL, S.A.	-	-	364 299	-	-	-	-
Otlis, A.C.E.	-	1 567 070	36 628	-	-	758	576 403
Total	9 503 822	1 567 070	651 845	-	-	410 198	1 114 412

Transacções 2008	Imobilizado em curso	Custo Merc. Vend. Mat. Consumidas	Fornecimentos e serviços externos	Custos diferidos	Custos com pessoal	Imobilizado corpóreo	Outros devedores e credores
Ferconsult, S.A.	14 381 642	-	377 772	936 597	-	2 182 257	-
Metrocom, S.A.	-	-	6 000	-	-	-	-
Ensitrans, A.E.I.E.	-	-	1 690	-	-	-	-
Fernave, S.A.	-	-	111 291	-	195	-	-
GIL, S.A.	-	-	372 643	-	-	-	-
Otlis, A.C.E.	-	1 460 986	45 616	-	-	9 045	767 050
Total	14 381 642	1 460 986	915 012	936 597	195	2 191 302	767 050

21. Ajustamentos aos valores dos activos circulantes

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2009 realizaram-se os seguintes movimentos nas rubricas de ajustamentos:

	Saldo inicial	Aumento	Reversão	Saldo final
Ajustamentos para depreciação de existências (nota 22)	4 361 288	814 918	-	5 176 206
	4 361 288	814 918	-	5 176 206
Ajustamentos para cobranças duvidosas:				
Para clientes de cobrança duvidosa (nota 23)	17 909	-	(15 154)	2 755
Para outros devedores (nota 23)	4 260 957	62 709	-	4 323 666
Receita Carris/I.M.T.T. (nota 23)	233 649	-	-	233 649
	4 512 515	62 709	(15 154)	4 560 070
	8 873 803	877 627	(15 154)	9 736 276

22. Existências

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, o saldo desta rubrica era composta como segue:

	2009	2008
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo:		
Materiais	21 003 194	20 787 888
Ferramentas	35 670	24 849
Produtos de limpeza	21 042	13 786
Material de escritório	2 662	3 189
Combustíveis	28 272	20 836
Outros materiais	61 280	61 455
Títulos de transporte	770 071	315 145
	21 922 191	21 227 146
Ajustamento para depreciação de existências (nota 21)	(5 176 206)	(4 361 288)
	16 745 985	16 865 859

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, a Empresa não tinha existências à guarda de terceiros. Não existiam, naquelas datas, existências em trânsito e à consignação.

23. Dívidas de cobrança duvidosa

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, as dívidas de cobrança duvidosa ascendiam a € 4 560 070 e € 4 512 514, respectivamente, incluídas nas rubricas de clientes de cobrança duvidosa e outros devedores nos montantes de € 2 755 e € 4 557 315 em 31 de Dezembro de 2009 e € 17 909 e € 4 494 606, em 31 de Dezembro de 2008, e encontram-se totalmente ajustadas (nota 21).

25. Dívidas activas e passivas com o pessoal

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, a Empresa tinha as seguintes dívidas activas e passivas relacionadas com o pessoal:

	2009	2008
Dívidas activas (nota 49)	569 870	628 293
Dívidas passivas (nota 49)	198 379	426 175

28. Estado e outros entes públicos

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, não existiam dívidas em situação de mora com o Estado e outros entes públicos. Os saldos com estas entidades eram como segue:

	2009		2008	
	Saldos devedores	Saldos credores	Saldos devedores	Saldos credores
Imposto sobre o Valor Acrescentado	3 723 784	-	5 047 098	1 244 738
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas	2 344 120	58 620	3 926 019	53 659
Contribuições para a Segurança Social	-	1 421 317	-	1 240 190
Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares	-	864 535	-	721 271
Outros	20 381	214 643	-	216 237
	6 088 285	2 559 115	8 973 117	3 476 095

29. Dívidas a terceiros a mais de cinco anos

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, existiam as seguintes dívidas a terceiros com vencimento a mais de cinco anos:

	2009	2008
Fornecedores de imobilizado (nota 15)	50 361 984	62 793 260
Dívidas a instituições de crédito (nota 48)	1 294 853 951	1 166 356 527
Outros empréstimos obtidos (nota 48)	1 215 462 735	823 194 102
	2 560 678 670	2 052 343 889

31. Compromissos financeiros assumidos e não incluídos no balanço

a) Responsabilidades com saúde

A Empresa tem vindo a efectuar o pagamento de benefícios aos seus empregados activos, relacionados com serviços de saúde e que lhes dá acesso a serviços médicos comparticipados pela Empresa. Estes encargos são registados na demonstração dos resultados do exercício em que são pagos. No exercício findo em 31 de Dezembro de 2009, foram registados encargos de saúde no montante de € 920 997 (notas 3.g) e 52), correspondentes aos prémios do seguro de saúde pagos naquele exercício com activos.

b) Compromissos com fornecedores de imobilizado

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 a Empresa tinha assumido compromissos com fornecedores de imobilizado nos montantes de € 148 067 569 (nota 15) e € 164 570 332, respectivamente. Estes compromissos relacionam-se basicamente com a expansão da rede. Adicionalmente, a Empresa assumiu também compromissos relacionados com dez contratos de locação operacional no montante de € 258 266 529 (nota 15).

32. Garantias prestadas

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, as garantias prestadas pela Empresa ascendiam a € 60 970 810 e € 261 377 720, e estão, essencialmente, relacionadas com os contratos de financiamentos e processos judiciais em curso.

A variação ocorrida no montante das garantias prestadas pela Empresa a favor de terceiros no decurso do exercício findo em 31 de Dezembro de 2009, respeita essencialmente, ao cancelamento das garantias bancárias do papel comercial junto do banco BPI, BES Investimento e Caixa BI no montante de € 150 000 000 em resultado da liquidação dos montantes utilizados nestas linhas de crédito. A Empresa cancelou ainda a garantia prestada junto do banco Santander Totta no montante de, aproximadamente, € 49 900 000, referente à liquidação dos montantes utilizados através da conta caucionada.

O detalhe das responsabilidades assumidas pela Empresa relacionadas com garantias prestadas relativamente a processos judiciais em curso em 31 de Dezembro de 2009, é como segue:

Entidade	Montante	Data	Beneficiário
Banco Bilbao Vizcaya Argentária	62 512	18/05/90	Tribunal de Trabalho
Banco Bilbao Vizcaya Argentária	1 746	15/10/93	Gás de Portugal
Banco Bilbao Vizcaya Argentária	9 506	05/08/97	Lte
Barclays Bank	17 458	25/05/94	Petrogal
Barclays Bank	335 980	20/06/94	Tribunal Cível
Barclays Bank	18 256	07/07/94	Tribunal Cível
Barclays Bank	10 101	03/08/94	Tribunal Cível
Barclays Bank	23 005	03/08/94	Tribunal Cível
Banco BPI	11 886	05/12/01	Tribunal Tributário - 1.ª Instância de Lisboa
Banco BPI	5 185	19/12/03	Camara Municipal de Lisboa
Banco BPI	7 494	10/03/06	Tribunal Administrativo e Fiscal de Lisboa - 2.º Juízo
Banco BPI	7 500	02/05/06	Refer
Banco BPI	95 482	11/05/06	Finanças 4.º Bairro Fiscal
Banco BPI	6 940	03/07/06	Trib. Adm. F. Lx - 2.º Juízo
Banco BPI	180 000	08/04/08	Maria Augusta & Filhos, Lda.
Banco BPI	7 086	22/10/08	Tribunal Trabalho de Lisboa
Banco BPI	7 451	02/12/08	Tribunal Trabalho de Lisboa
Banco BPI	16 213	29/10/09	Farmácia Cardeira, Soc. Unipessoal
Cosec	47 067	27/06/94	Tribunal Cível C. Lisboa
Cosec	60 757	27/06/94	Tribunal Cível C. Lisboa
Cosec	39 186	27/06/94	Tribunal Cível C. Lisboa
	970 810		

34. Movimento ocorrido nas provisões

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2009 realizaram-se os seguintes movimentos nas rubricas de provisões:

	Saldo inicial	Aumento	Redução (nota 46)	Saldo final
Provisões para pensões (nota 51)	218 152 836	3 406 448	-	221 559 284
	218 152 836	3 406 448	-	221 559 284
Provisões para riscos e encargos:				
Para processos judiciais em curso	119 645	-	(9 963)	109 682
Juros a liquidar	261 881	-	-	261 881
Despesas com pessoal	142 971	-	-	142 971
Proveitos contingentes	1 194 336	-	(1 194 336)	-
	1 718 833	-	(1 204 299)	514 534
	219 871 669	3 406 448	(1 204 299)	222 073 818

No decurso do exercício de 2009 a Empresa procedeu à anulação da provisão constituída no exercício de 2008, para fazer face a créditos a emitir a uma empresa subsidiária, o que se veio a verificar (nota 46).

37. Detentor do capital

Em 31 de Dezembro de 2009, o capital estatutário, cujo valor não se encontra fixado, mas que naquela data ascendia a € 603 750 000, é detido na totalidade pelo Estado Português. Em 31 de Dezembro de 2009, encontra-se por realizar o montante de € 30 120 397 decorrente do aumento de capital efectuado em 27 de Dezembro de 2001.

40. Variação nas rubricas de capital próprio

O movimento ocorrido nas rubricas de capital próprio durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2009, foi como segue:

	Saldo inicial	Aumentos	Transferências	Saldo final
Capital	603 750 000	-	-	603 750 000
	603 750 000	-	-	603 750 000
Ajustamento de partes de capital em filiais e associadas:				
Ajustamentos de transição	21 306	-	-	21 306
Outras variações de capitais próprios	113 271	-	-	113 271
	134 577	-	-	134 577
Reservas de reavaliação:				
Imobilizado não financiado pelo Estado	37 234 076	-	-	37 234 076
Imobilizado financiado pelo Estado (notas 10 e 13)	199 062 008	-	-	199 062 008
	236 296 084	-	-	236 296 084
Reservas legais:				
Reserva geral	14 398	-	-	14 398
Reserva para remissão de capitais investidos	7 199	-	-	7 199
Reserva para investimentos (nota 10)	650 703 756	55 160 299	-	705 864 055
	650 725 353	55 160 299	-	705 885 652
Outras reservas livres	95 516 084	-	-	95 516 084
Resultados transitados	(1 637 774 416)	-	(126 730 258)	(1 764 504 673)
Resultados transitados - ajustamentos	(61 595 314)	-	-	(61 595 314)
Resultados líquidos do exercício	(126 730 258)	(148 591 978)	126 730 258	(148 591 978)
	(1 730 583 904)	(148 591 978)	-	(1 879 175 881)
Total	(239 677 891)	(93 431 679)	-	(333 109 568)

O aumento ocorrido durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2009, na rubrica de “Reserva para investimentos”, corresponde ao subsídio atribuído ao abrigo do PIDDAC, no montante de € 4 000 000 e ao subsídio atribuído pelo FEDER-QCA Transportes no montante de € 34 401, contabilizados no exercício para financiamento de ILD’s (nota 3.m)) e do Fundo Coesão € 51 074 318 (nota 49).

A rubrica “Outras reservas livres” inclui o montante de € 93 999 764 decorrente da assumpção, em anos anteriores, de passivos da Empresa por parte do Estado Português relacionados com o imobilizado financiado pelo Estado (nota 10).

41. Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas nos exercícios de 2009 e 2008, foi determinado como segue:

	2009	2008
Existências iniciais	21 227 146	4 431 105
Compras	3 568 827	3 908 754
Regularização de existências	(113 463)	16 659 935
Existências finais	(21 922 191)	(21 227 146)
Custos no exercício	2 760 319	3 772 648

43. Remuneração dos membros dos órgãos sociais

As remunerações atribuídas aos membros do Conselho de Administração e Comissão de Fiscalização no exercício de 2009 ascenderam a € 413 364 e € 47 842, respectivamente, (€ 404 440 e € 46 575 respectivamente, em 31 de Dezembro de 2008), registados na demonstração dos resultados do exercício na rubrica “Custos com pessoal” (nota 52).

44. Vendas e prestações de serviços

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, as vendas e as prestações de serviços foram efectuadas na sua totalidade no mercado nacional e distribuem-se como segue:

	2009	2008
Vendas:		
Sucatas	15 779	18 230
	15 779	18 230
Prestações de serviços:		
Receitas de tráfego	59 298 757	62 528 752
Serviços secundários	4 518 840	5 529 617
Outros	86	818
	63 817 683	68 059 187
	63 833 462	68 077 417

45. Demonstrações de resultados financeiros

Os resultados financeiros nos exercícios de 2009 e 2008 têm a seguinte composição:

	2009	2008
Custos e perdas		
Juros suportados	94 853 142	79 083 981
Perdas em empresas do grupo e associadas (nota 16)	1 846 424	-
Amortizações em investimentos de imóveis (nota 10)	71 134	71 134
Diferenças de câmbio desfavoráveis	32 544	14 936
Outros custos e perdas financeiras	4 553 864	3 987 049
	101 357 108	83 157 101
Resultados financeiros	(97 222 019)	(81 492 556)
	4 135 089	1 664 545
Proveitos e ganhos		
Juros obtidos	897 884	483 004
Ganhos em empresas do grupo e associadas (nota 10)	1 987 518	626 962
Aplicações de tesouraria	706 497	-
Rendimentos de imóveis	24 523	23 955
Diferenças de câmbio favoráveis	9 314	4 121
Descontos de pronto pagamento obtidos	14	73
Outros proveitos e ganhos financeiros	509 339	526 431
	4 135 089	1 664 545

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2009, a rubrica de “Juros suportados”, inclui encargos financeiros no montante de € 5 571 540 relacionados com contratos de locação financeira celebrados pela Empresa (nota 53). Inclui igualmente os encargos financeiros relativos a ILD’s em exploração, incorridos no exercício no montante de € 57 287 337.

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2009 a rubrica de “Outros custos e perdas financeiras”, inclui encargos no montante de € 5 317 607, relacionados com taxas de aval de diversos financiamentos obtidos.

O montante de € 706 497 registado na rubrica de “Aplicações de tesouraria” respeita a juros obtidos com aplicações de curto prazo efectuados ao longo do exercício de 2009, os quais venceram juros normais de mercado.

A rubrica de “Outros proveitos e ganhos financeiros” inclui o montante de € 446 629 relativos às amortizações das mais-valias das 14 UT's e 24 UT's, cujo montante a 31 de Dezembro de 2009 ascendeu a € 250 922 (nota 53) e € 195 707 (nota 53), respectivamente, e o montante de € 1 003 068 relativo ao reconhecimento da amortização do proveito com a reestruturação da operação de SWAP realizada em 2007 (nota 50).

46. Demonstrações de resultados extraordinários

Os resultados extraordinários nos exercícios de 2009 e 2008 têm a seguinte composição:

	2009	2008
Custos e perdas		
Donativos	914 678	931 945
Dívidas incobráveis	21 656	156
Perdas em existências	501 856	265 565
Perdas em imobilizações	631	1 958 055
Multas e penalidades	65 222	15 650
Correcções relativas a exercícios anteriores	1 486 058	561 161
Outros custos e perdas extraordinários	9 559	50 741
	2 999 660	3 783 272
Resultados extraordinários	(1 087 017)	1 726 815
	1 912 643	5 510 087
Proveitos e ganhos		
Ganhos em existências	232 692	5 065 626
Ganhos em imobilizações	4 000	69 016
Benefícios de penalidades	117 330	16 748
Redução das provisões (nota 34)	1 204 299	50 000
Correcções relativas a exercícios anteriores (nota 16)	348 305	283 233
Outros proveitos e ganhos extraordinários	6 017	25 461
	1 912 643	5 510 085

O montante de € 1 486 058 registado na rubrica de “Correcções relativas a exercícios anteriores”, inclui o montante de € 1 194 336 referente a créditos emitidos em 2009 a favor de uma empresa subsidiária por conta de débitos efectuados no exercício de 2008, e que se encontram provisionados naquela data (nota 34).

48. Empréstimos

Em 31 de Dezembro de 2009, as dívidas a instituições de crédito tinham a seguinte composição:

Financiamentos bancários	Taxa de juro %	Curto prazo	Médio e longo prazo
Banco Santander Totta	1,6160	11 821 421	---
Banco Bilbao Vizcaya	1,5220	43 054 760	---
Banco Millenium BCP	2,0350	4 746 325	---
BNP Paribas	1,0350	49 932 606	---
Banco AMRO - Bank	1,6600	14 831 315	---
Barclays Bank	1,5850	60 000 000	---
BNP Paribas	1,2140	50 000 000	---
DEUTSCHE BANK, AG	2,4690	50 000 000	---
ABN AMRO BANK N.V.	2,0678	---	300 000 000
GOLDMAN SACHS INTERNATIONAL	2,1313	---	100 000 000
GOLDMAN SACHS INTERNATIONAL	3,2302	---	50 000 000
DEUTSCHE BANK, AG	2,6808	---	150 000 000
DEUTSCHE BANK, AG	2,6808	---	25 500 000
DEUTSCHE BANK, AG	2,7597	---	24 500 000
Banco Santander Totta	1,8720	---	100 000 000
Banco BPI	2,7290	---	50 000 000
Banco BPI	2,1200	---	20 000 000
Banco Europeu de Investimento	3,1206	3 000 000	21 822 150
Banco Europeu de Investimento	0,4169	8 900 000	17 849 737
Banco Europeu de Investimento	3,4742	12 505 283	155 579 594
Banco Europeu de Investimento	1,7816	4 987 979	44 891 811
Banco Europeu de Investimento	2,2709	---	53 038 843
Banco Europeu de Investimento	2,9590	6 650 639	66 506 386
Banco Europeu de Investimento	2,6279	---	124 699 474
Banco Europeu de Investimento	3,4141	---	74 819 685
Banco Europeu de Investimento	3,6091	3 657 851	42 065 289
Banco Europeu de Investimento	0,8320	---	169 591 285
Banco Europeu de Investimento	0,7580	---	150 000 000
Banco Europeu de Investimento	2,3530	---	80 000 000
Banco Europeu de Investimento	2,4680	---	80 000 000
		324 088 177	1 900 864 255

Os empréstimos bancários classificados a médio e longo prazo têm o seguinte plano de amortizações:

Anos	Montante
2011	241 502 576
2012	71 502 576
2013	71 502 576
2014	221 502 576
2015 e seguintes (nota 29)	1 294 853 951
	1 900 864 255

Em 31 de Dezembro de 2009 os empréstimos por obrigações tinham a seguinte composição:

Empréstimos por obrigações	Taxa de juro %	Curto prazo	Médio e longo prazo
Emissão "Private Placement"	3,4121	7 731 367	46 388 204
Emissão Metro - 2019	3,2710	-	400 000 000
Emissão Metro - 2026	0,3565	-	400 000 000
Emissão Metro - 2027	1,4850	-	400 000 000
		7 731 367	1 246 388 204

O empréstimo por obrigações “Private Placement”, foi contraído em 7 de Outubro de 1996 por um período de 20 anos, com Swap USD/PTE para o montante total final da emissão e com garantia de uma entidade com notação de “Rating Aaa/AAA”. O reembolso é feito em pagamentos iguais a partir do décimo ano de vida e a taxa de juro.

Em 4 de Fevereiro de 2009, a Empresa contraiu um empréstimo por obrigações “Metro-2019”, são por um período de 10 anos, à taxa fixa, com a garantia pessoal do Estado. A lei aplicável é a lei portuguesa.

O empréstimo por obrigações “Metro-2027”, foi contraído em 7 de Dezembro de 2007 por um período de 20 anos, “bullet”, à taxa fixa, com a garantia pessoal do Estado. A lei aplicável é a portuguesa, à excepção do “subscription agreement” que é regido pela lei inglesa.

Em 31 de Dezembro de 2009 este empréstimo por obrigações classificado em médio e longo prazo tem o seguinte plano de amortizações:

Anos	Montante
2011	7 731 367
2012	7 731 367
2013	7 731 367
2014	7 731 368
2015 e seguintes (nota 29)	1 215 462 735
	1 246 388 204

A emissão foi admitida à cotação na Euronext Lisbon.

A Empresa conforme referido na nota 3.p) face à exposição ao risco financeiro contratou com diversas entidades bancárias, contratos de SWAP de taxa de juro relativamente aos financiamentos bancários, os quais se detalham como segue:

Financiamentos bancários			Data			Capital coberto 31/12/2009		
Designação	Entidade	Swap	Inicial	Final	Capital	Inc. Capital (BEI)	Total de financiamento associado	
B E I (MLA)	BBVA	02/02/06	05/12/05	15/12/17				
B E I (MLA)	M Lynch	24/05/07	15/03/07	15/03/14				
					24 081 434	740 717	24 822 151	
B E I (ML B)		1º, 2º, 3º, 4º, 5º Desembolsos	BST	18/10/05	15/09/05	15/09/12		
B E I (ML B)	Barclays	1º, 2º, 3º, 4º, 5º Desembolsos	Barclays	11/07/08	15/09/07	15/09/12	18 704 921	
B E I (ML B)	BST	6º Desembolso	BST	31/07/02	15/03/03	15/03/12		
B E I (ML B)	Barclays	6º Desembolso	Barclays	06/12/07	15/09/07	15/09/12	8 016 395	
					26 721 316	28 421	26 749 737	
B E I (ML 1/2)		1º, 4º, 5º, 7º, 8º Desembolsos	DBI	14/10/08	15/09/08	15/09/19	98 096 920	
B E I (ML 1/2)	BST	2º, 3º e 6º Desembolsos	BST	30/03/06	15/03/06	15/09/19	58 193 088	
					156 290 008	11 794 870	168 084 877	
B E I (ML II)		4º Desembolso	JP Morgan	12/02/09	15/06/08	15/12/19	19 951 916	
B E I (ML II)	BST	2º e 3º Desembolsos	BST	31/07/02	15/03/03	15/03/12		
B E I (ML II)	RBS	2º e 3º Desembolsos	RBS	16/01/09	15/12/08	15/12/19	19 951 916	
B E I (ML II)	BNPP	1º Desembolso	BNPP	26/11/08	15/09/08	15/12/19	9 975 958	
					49 879 790	-	49 879 790	
B E I (ML III)		1º e 4º Desembolsos	M Lynch	26/09/03	15/12/03	15/06/11		
B E I (ML III)	BBVA	1º e 4º Desembolsos	BBVA	02/02/06	15/12/05	15/06/20		
B E I (ML III)	M Lynch	1º e 4º Desembolsos	M Lynch	24/05/07	15/03/07	15/06/20	24 441 097	
B E I (ML III)	BST	2º e 3º Desembolsos	BST	31/07/02	15/03/03	15/03/12		
B E I (ML III)	Barclays	2º e 3º Desembolsos	Barclays	06/12/07	15/09/07	15/06/20	13 966 341	
					38 407 438	14 631 405	53 038 843	
B E I (ML II/B)		1º, 2º, 3º, 4º Desembolsos	DBI	11/02/08	15/12/07	15/12/20	73 157 025	
						-	73 157 025	
B E I (ML I/3)		1º, 2º, 3º, 4º, 5º Desembolsos	UBS	14/07/08	15/09/07	15/09/21	99 759 579	
						24 939 895	124 699 474	
B E I (ML I/3-B)		1º, 2º Desembolsos	BNPP	19/05/09	15/03/09	15/06/22	29 096 544	
B E I (ML I/3-B)	BST	3º Desembolso	BST	31/07/02	15/03/03	15/03/12		
B E I (ML I/3-B)	Barclays	3º Desembolso	Barclays	06/12/07	15/09/07	15/06/22	33 253 193	
					62 349 737	12 469 947	74 819 684	
B E I (ML II/C)		1º, 2º Desembolsos	BNPP	19/05/09	15/03/09	15/06/22	45 723 141	
						-	45 723 141	
B E I (ML IV)		1º, 2º, 3º, 4º, 5º Desembolsos	BES Inv.	06/03/03	15/09/03	15/09/18	152 632 157	
B E I (ML IV)	JP Morgan	1º, 2º, 3º, 4º, 5º Desembolsos	JP Morgan	12/02/09	15/12/08	15/09/18	-	
					152 632 157	16 959 129	169 591 286	
B E I (ML V/A)		1º, 2º, 3º e 4º Desembolsos	DBI	27/04/09	15/03/09	15/12/20	150 000 000	
B E I (ML V/B)	Barclays	1º, 2º, 3º Desembolsos	Barclays	10/07/08	15/06/08	15/06/21	80 000 000	
B E I (ML V/C)	BST	1º Desembolso	BST	26/05/03	16/06/03	15/06/22		
B E I (ML V/C)	BNPP	1º Desembolso	BNPP	14/02/06	15/12/05	15/06/22		
B E I (ML V/C)	JP Morgan	1º Desembolso	JP Morgan	31/05/07	15/12/06	15/06/22	40 000 000	
B E I (ML V/C)	BNPP	2º Desembolso	BNPP	26/11/08	15/09/08	15/06/22	40 000 000	
					310 000 000	-	310 000 000	
BEI (REEST-TAXAS FIXAS REVISÍVEIS)	BST	09/03/06	15/03/06	15/09/12	43 146 018	-	43 146 018	
B E I (REEST – Inc. Capital)	Tranche A	C Suisse	03/06/08	15/03/08	15/06/22	40 782 192	40 782 192	
B E I (REEST – Inc. Capital)	Tranche B	BST	31/05/07	15/03/07	15/06/22			
B E I (REEST – Inc. Capital)	Tranche B	JP Morgan	15/03/10	15/03/10	15/06/22			
B E I (REEST – Inc. Capital)	Tranche B	Caixa BI	16/07/09	15/03/10	15/06/22	20 391 096	20 391 096	
B E I (REEST – Inc. Capital)	Tranche C	DBI	24/04/09	15/03/09	15/06/22	20 391 096	20 391 096	
					81 564 384	(81 564 384)	-	
AB N (Schuldschein)	Tranche A	Morgan Stanley	08/07/08	22/07/10	22/07/24			
AB N (Schuldschein)	Tranche A	C Suisse	12/02/09	22/07/06	22/07/24	100 000 000	100 000 000	
AB N (Schuldschein)	Tranche B	UBS	10/07/08	22/07/10	22/07/24			
AB N (Schuldschein)	Tranche B	C Suisse	12/02/09	22/07/06	22/07/24	100 000 000	100 000 000	
AB N (Schuldschein)	Tranche C	BST	25/02/05	22/07/05	22/07/24			
AB N (Schuldschein)	Tranche C	C Suisse	25/03/09	22/07/06	22/07/24	100 000 000	100 000 000	
					300 000 000	-	300 000 000	
P COM (BNPP –2005)	BNPP	31/05/07	12/02/07	12/08/12	50 000 000		50 000 000	
P COM (BNPP –2007)	BNPP	26/11/08	10/11/08	08/05/14	50 000 000		50 000 000	
GOLDMAN SACHS (SCHULDSCHEIN)	GSI	09/07/09	21/07/09	21/07/16	71 042 080		71 042 080	
GOLDMAN SACHS (SCHULDSCHEIN)	GSI	21/07/09	24/07/09	24/07/16	50 000 000		50 000 000	
DEUTSCHE BANK (SCHULDSCHEIN)	Tranche I	DBI	27/07/09	18/08/09	18/08/14	150 000 000	150 000 000	
DEUTSCHE BANK (SCHULDSCHEIN)	Tranche II	DBI	27/07/09	18/08/09	18/08/16	25 500 000	25 500 000	
DEUTSCHE BANK (SCHULDSCHEIN)	Tranche III	DBI	27/07/09	18/08/09	18/08/16	24 500 000	24 500 000	
					421 042 080	-	421 042 080	
					1 884 754 105	-	1 884 754 105	

Relativamente aos empréstimos por obrigações a empresa contratou com diversas entidades bancárias, contratos de SWAP de taxa de juro, como segue:

Empréstimos obrigacionistas		Data			Capital coberto 31/12/2009		
Designação	Entidade	Swap	Inicial	Final	Capital	Inc. Capital (BEI)	Total de financiamento associado
Obrigações 2026	BARCLAYS	16/05/08	04/12/07	04/12/26	100 000 000		100 000 000
Obrigações 2026	JP MORGAN	16/12/09	04/12/08	04/12/26	100 000 000		100 000 000
Obrigações 2026	BBVA	15/12/06	04/12/06	04/12/26	70 000 000		70 000 000
Obrigações 2026	M LYNCH	22/12/06	04/12/06	04/12/26	60 000 000		60 000 000
Obrigações 2026	C SUISSSE	01/10/09	04/12/08	04/12/26	70 000 000		70 000 000
Obrigações 2026 (a)	BARCLAYS	17/05/07	04/12/06	04/12/26	200 000 000		200 000 000
Obrigações 2026 (a)	JP MORGAN	30/01/08	04/12/07	04/12/26	85 000 000		85 000 000
Obrigações 2026 (a)	JP MORGAN	12/02/09	04/12/10	04/12/26	85 000 000		85 000 000
Obrigações 2026 (a)	JP MORGAN	30/01/08	04/12/07	04/12/26	85 000 000		85 000 000
Obrigações 2026 (a)	JP MORGAN	12/02/09	04/12/10	04/12/26	85 000 000		85 000 000
Obrigações 2026 (a)	JP MORGAN	17/05/07	04/12/06	04/12/26	30 000 000		30 000 000
Obrigações 2026 (a)	BARCLAYS	15/05/09	04/03/09	04/12/26	100 000 000		100 000 000
Obrigações 2026 (a)	CAIXA BI	28/05/08	04/12/07	04/12/26	100 000 000		100 000 000
Obrigações 2026 (a)	DBI	27/02/09	04/12/08	04/12/26	70 000 000		70 000 000
Obrigações 2026 (a)	DBI	27/07/09	04/12/08	04/12/26	70 000 000		70 000 000
					1 310 000 000	-	1 310 000 000
Obrigações 2027	Barclays	20/12/07	07/12/07	07/12/22	200 000 000		200 000 000
Obrigações 2027	JP Morgan	07/12/07	07/12/07	07/12/27	100 000 000		100 000 000
Obrigações 2027	BNPP	26/11/08	07/12/07	07/12/27	100 000 000		100 000 000
					400 000 000	-	400 000 000
Obrigações 2019	Barclays	28/01/09	04/02/09	07/12/19	400 000 000		400 000 000
					400 000 000	-	400 000 000
					2 110 000 000	-	2 110 000 000

(a) Estes SWAPS são relativos a transacções denominadas de "subsidised swap" e que visam cobrir o risco de taxa de juro coberto pelos restantes SWAPS relativos ao empréstimo por obrigações 2026.

Em 31 de Dezembro de 2009, o valor actual dos contratos de SWAP detidos pela Empresa é negativo no montante de, aproximadamente, a (€ 246 538 000). A metodologia utilizada pelo avaliador independente na quantificação do valor daqueles contratos consiste na projecção dos cash-flows esperados no futuro, actualizados para o momento presente, usando a curva de cupão zero actual, de forma a projectar os indexantes a pagar e a receber pela Empresa, conforme consta nos contratos efectuados com as diversas instituições bancárias. Conforme mencionado na nota 3.p), os ganhos e perdas latentes com os contratos swap, não estão registados nas demonstrações financeiras da Sociedade, e são reconhecidos, apenas na demonstração de resultados no momento em que se efectivam de forma a cobrir o encargo financeiro dos financiamentos que se pretendeu dar cobertura.

Em 31 de Dezembro de 2009, os financiamentos obtidos pela Empresa e garantidos pelo Estado Português, não têm covenants associados, incluindo as que poderiam resultar de variações na notação do "rating" atribuído à República Portuguesa.

49. Outros devedores e credores

Em 31 de Dezembro de 2009, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	Curto prazo		Médio e longo prazo	
	Saldos devedores	Saldos credores	Saldos devedores	Saldos credores
Parque Expo'98	7 980 766	7 082 930	-	-
C.P. - Caminhos de Ferro Portugueses, E.P.	720 016	-	-	-
Pessoal (nota 25)	569 870	198 379	-	-
Câmara Municipal Barreiro – juros de mora	1 815 562	-	-	-
Câmara Municipal Barreiro - Serviços Municipalizados	769 962	-	-	-
Rodoviária de Lisboa, S.A.	1 390 822	37 295	-	-
Câmara Municipal de Lisboa	20 410	-	423 105	-
Companhia Carris de Ferro de Lisboa, S.A.	178 775	3 938 864	-	-
REFER – Rede Ferroviária Nacional	24 835	-	-	-
FERTAGUS – Travessia do Tejo Transportes, S.A.	3 154	-	-	-
Sotrans – Operadora de Transportes, S.A. (nota 16)	15 649	-	-	-
Transtejo	2 631 901	25 234	12 502 602	-
Outros credores com Estado	-	-	-	497 787
Empresas do grupo, associadas e participadas (nota 16)	7 201 359	-	-	-
Subsídios a receber	51 074 318	-	-	-
Outros	1 837 460	934 844	29 962	-
	76 234 860	12 217 547	12 955 669	497 787

Em 17 de Agosto de 1994, a Empresa celebrou um protocolo de acordo com a Parque Expo'98, S.A. ("Parque Expo'98") no qual ficou determinada uma compensação a receber pela Empresa pela antecipação da construção e exploração da linha e respectivas estações Alameda – Expo. A compensação no montante total de € 9 975 957 seria paga pelo Parque Expo'98 durante os anos de 1995 a 1998 nos montantes de € 1 995 191, € 2 493 990, € 2 493 990 e € 2 992 787, respectivamente. Em resultado deste protocolo de acordo, a Empresa registou uma conta a receber e um proveito diferido no montante de € 9 975 957. Até 31 de Dezembro de 2009 da compensação total a Empresa recebeu o valor de € 1 995 191 relativo à parcela de 1995, tendo registado naquela data na rubrica de "Outros devedores" o montante de € 7 980 766.

Em 1998, com a conclusão das obras de construção e início de exploração da linha e respectivas estações a Empresa decidiu dar início ao reconhecimento do proveito relacionado com a compensação atribuída, durante o período compreendido entre Maio de 1998 (data em que a linha passou a funcionar) e 2003 (data em que a Empresa concluiria a construção e daria início à exploração desta linha).

Em 29 de Setembro de 1995 foi celebrado um Protocolo de Acordo entre a Empresa, a Parque Expo'98 e a Câmara Municipal de Lisboa, no qual ficou definido que a Empresa pagaria à Parque Expo'98 a importância de € 7 082 930 a título de expropriação da área indispensável à implementação e construção da estação de metro "Gare do Oriente", não tendo sido definido um prazo ou plano para o seu pagamento. Em resultado deste protocolo a Empresa capitalizou nos encargos com a construção da Linha do Oriente e respectivas estações o montante de € 7 082 930 e registou uma conta a pagar na rubrica de "Outros credores", pelo mesmo montante.

No decurso do exercício findo em 31 de Dezembro de 2009 a Empresa celebrou um protocolo com a Transtejo, tendo em vista a transferência para aquela entidade, do montante de € 14 502 602 relativo a obras efectuadas por conta daquela entidade, e que em 31 de Dezembro de 2008 se encontrava registado na rubrica de "Custos diferidos – trabalhos por conta de terceiros" (nota 50).

Decorrente deste contrato, a Transtejo obrigava-se a pagar à Empresa, anualmente, o montante de € 1 000 000, sendo o primeiro pagamento devido em Setembro de 2009, o qual só foi regularizado no decurso do mês de Janeiro de 2010. O montante classificado a médio e longo prazo tem o seguinte plano de pagamentos:

Anos	Montante
2011	1 000 000
2012	1 000 000
2013	1 000 000
2014	1 000 000
2015 e seguintes (nota 29)	8 502 602
	12 502 602

O montante de € 51 074 318 é relativo ao subsídio a receber do Fundo de Coesão, respeitante a investimento realizado pela Empresa no exercício de 2009 e cujo processo de candidatura foi entregue no exercício findo em 31 de Dezembro de 2009. A Empresa reconhece este montante por contrapartida da rubrica de “Reserva para investimentos” (nota 40).

50. Acréscimos e diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, os saldos destas rubricas apresentavam a seguinte composição:

	2009	2008
Acréscimos de proveitos:		
Empresas do grupo (nota 16)	1 014 926	1 592 447
Receitas de tráfego	773 102	767 264
Outros	375 261	293 542
	2 163 289	2 653 253
Custos diferidos:		
Seguros	45 079	88 500
Despesas financeiras	1 315	1 159 613
Encargos com contratos de leasing (nota 53)	2 458 394	2 699 707
Encargos com financiamento	5 697 982	6 093 086
Descontos de emissão	35 951 684	1 117 407
Trabalhos por conta de terceiros	39 566 433	43 694 185
Diferenças de câmbio desfavoráveis (nota 3.h))	-	97 626
Contratos de assistência técnica	32 711	13 086
Outros	22 482	47 814
	83 776 080	55 011 023
	2009	2008
Acréscimos de custos:		
Férias, subsídios de férias e respectivos encargos sociais	9 526 285	8 334 077
Juros vencidos e não pagos	17 377 504	5 664 505
Rendas de locação operacional (nota 53)	2 493 594	2 998 930
Outros	5 320 289	2 275 336
	34 717 672	19 272 848
Proveitos diferidos:		
Subsídios para investimentos	31 543 276	34 419 323
Contratos de leasing – mais-valias diferidas (nota 53)	55 319 945	60 125 859
Reestruturação de operações SWAP	17 052 153	18 055 220
Outros	1 124 518	930 116
	105 039 891	113 530 519

A variação ocorrida na rubrica de “Custos diferidos – despesas financeiras” no montante de € 1 158 298, inclui o montante de € 1 158 204 relativo a despesas incorridas com dois contratos de financiamento obtidos, as quais se encontravam a ser diferidas pelo período de duração dos respectivos contratos. Em resultado de, no decurso do exercício de 2009, a Empresa ter decidido proceder à liquidação antecipada dos referidos financiamentos, aquelas despesas foram reconhecidas na demonstração dos resultados do exercício findo em 31 de Dezembro de 2009.

A rubrica “Custos diferidos – encargos com contratos de leasing”, no montante de € 2 458 394, diz respeito a encargos incorridos na realização de contratos de locação financeira e operacional celebrados em 1995, 1997, 1999, 2000, 2001 e 2002, os quais são reconhecidos na demonstração dos resultados durante o período dos respectivos contratos.

A rubrica “Custos diferidos – descontos de emissão”, inclui: (i) o montante de € 28 717 571 referente do imposto de selo e dos juros pagos antecipadamente à Goldman Sachs, por conta do financiamento obtido no montante de € 100 000 000, (ii) o montante de € 2 168 000 referente a comissões e imposto de selo, por conta do financiamento obtido do Barclays (2019) no montante de € 400 000 000, e (iii) o montante de € 2 154 900 referente a comissões e imposto de selo por conta do financiamento obtido Deutsche Bank no montante de € 100 000 000; os quais se encontram a ser diferidos pelo período de duração dos respectivos contratos de financiamento.

A rubrica “Custos diferidos – encargos com financiamento” inclui o montante de € 4 829 510 referente ao valor pago antecipadamente relativamente à totalidade do spread do empréstimo bancário do ABN no montante de € 300 000 000 (nota 48) e que se encontra a ser diferido de acordo com o período temporal desse empréstimo.

A rubrica “Custos diferidos – trabalhos por conta de terceiros” inclui, essencialmente, os montantes de € 20 337 547 (o qual inclui o montante de € 1 188 572 relativo às obras efectuadas no terminal da Transtejo no Cais Sodré e o montante de € 19 148 975 relativo às obras efectuadas pela Empresa no Terreiro do Paço, e relativamente ao qual o Conselho de Administração entende que terá de ser alvo de um de protocolo para regularização da situação), € 9 550 544 e € 6 832 463 relativos a obras efectuadas pela Empresa por conta da Transtejo, Câmara Municipal de Lisboa e da Refer, respectivamente.

A rubrica “Proveitos diferidos – subsídios para investimentos”, no montante de € 31 543 276, inclui os valores atribuídos no âmbito do FEDER – PRODAC 1993 e QCA 1994, para financiar investimentos efectuados pela Empresa relacionados com os protótipos PMO II, PMO III e com a série intercalar de 17 UT’s, série complementar de 10 UT’s e PMO III. Os subsídios são reconhecidos na demonstração dos resultados, na rubrica de “Outros proveitos e ganhos operacionais”, proporcionalmente às amortizações das imobilizações corpóreas subsidiadas (nota 3.m)).

A rubrica de “Proveitos diferidos – reestruturação de operações SWAP” no montante de € 17 052 153, respeita ao proveito líquido obtido pela Empresa com a renegociação de 15 SWAPS, em 2007, no seguimento da política de gestão que a Empresa exerce sobre a sua carteira de devedores, os quais se detalham como segue:

Entidade	Montante	Data da operação	Financiamento	Montante financiamento (Nota 48)
JP Morgan	30 000 000	15/07/2007	Obrigações 2026	400 000 000
Santander Totta	7 725 000	01/06/2007	BEI – Inc Capital	6 101 249
	37 725 000			406 101 249
JP Morgan	(6 500 000)	31/05/2007	BEI MI V/C	40 000 000
BPN Paribas	(6 323 000)	01/05/2007	Ppc-2005	50 000 000
Barclays	(1 275 000)	17/05/2007	BEI MI B, III, I/3-B (V)	68 560 959
Barclays	(3 900 000)	17/05/2007	BEI MI B (Fr) + I/3	143 923 977
	(17 998 000)			302 484 936
	19 727 000			708 586 185

Este montante encontra-se a ser diferido pelo período a que dizem respeito os instrumentos financeiros derivados que resultaram da renegociação, tendo sido o proveito associado reconhecido na demonstração dos resultados, na rubrica de “Outros custos e perdas financeiros” pelo montante de € 1 003 068 (nota 45).

51. Pensões

Conforme referido na nota 3.f), a Empresa assumiu o compromisso de conceder aos seus empregados prestações pecuniárias a título de complementos de reforma por velhice e invalidez, pré-reforma e pensões de sobrevivência. Em 31 de Dezembro de 2009, o número de empregados activos e reformados/pensionistas ascendia 1297 e 1343, respectivamente (1312 e 1335 em 31 de Dezembro de 2008).

Aquelas prestações correspondem a complementos das pensões garantidas pelo regime de Segurança Social e são determinadas em função do número de anos ao serviço da Empresa, de contribuições para a Segurança Social e pelo último salário auferido à data da reforma.

No exercício de 2004, a Empresa decidiu e acordou com os sindicatos que todos os empregados que passaram ao quadro após 31 de Dezembro de 2003 já não são abrangidos por este plano de pensões.

De acordo com estudos actuariais elaborados por uma entidade independente, o valor actual das responsabilidades da Empresa por serviços passados dos seus empregados no activo, pré-reformados e reformados foi estimado em:

	2009	2008
Trabalhadores activos	56 918 514	65 004 719
Pré-reformados	-	1 364 575
Reformados	167 963 361	167 550 820
	224 881 875	233 920 114

O estudo actuarial reportado a 31 de Dezembro de 2009 foi efectuado utilizando o método denominado por "Projected Unit Credit" e considerou os seguintes principais pressupostos e bases técnicas e actuariais:

TV 73/77 – França	Tábuas de mortalidade
EVK 80 – Suíça	Tábuas de invalidez
2,25%	Taxa média de crescimento dos salários
6%	Taxa média anual de rendimento do fundo
2%	Taxa média anual de crescimento de pensões
5%	Taxa média anual de actualização até à idade normal de reforma das prestações de pré-reforma

A evolução nas responsabilidades da Empresa com pensões no exercício de 2009 foi como segue:

	2009
Responsabilidades totais em 31 de Dezembro de 2008	218 152 836
Custo dos serviços correntes	2 832 945
Custo dos juros	12 575 178
Benefícios pagos no exercício	(12 001 675)
(Ganhos) / Perdas actuariais do exercício	3 322 591
	224 881 875

O custo dos serviços correntes e o custo dos juros do exercício de 2009, nos montantes de € 2 832 945 e € 12 575 179, respectivamente, foram reconhecidos na demonstração dos resultados nas rubricas de "Custos com pessoal" e "Custos financeiros", respectivamente.

Como mencionado na nota 3.f), os ganhos e perdas actuariais, são registados nas demonstrações financeiras só na parte em que ultrapassarem os limites definidos no "corredor" de 10%, e são amortizados a partir do exercício subsequente em que apurado, em função do tempo de serviço médio esperado dos empregados abrangidos neste plano à data do balanço.

Em 31 de Dezembro de 2009, a Empresa não reconheceu nas suas demonstrações financeiras o montante de € 3 322 591, relativo às perdas actuariais apuradas no exercício, por aquelas serem inferiores ao valor de 10% das responsabilidades totais.

As responsabilidades relativas ao pagamento de complementos de pensões no montante de € 221 559 284, em 31 de Dezembro de 2009 encontram-se registadas no passivo na rubrica "Provisões para pensões" (nota 34).

Em 31 de Dezembro de 2009 a Empresa não tem constituído qualquer fundo para fazer face àquelas responsabilidades, encontrando-se as mesmas registadas no balanço.

52. Custos com pessoal

Esta rubrica nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, tem a seguinte composição:

	2009	2008
Remunerações dos órgãos sociais (nota 43)	461 206	451 015
Remunerações do pessoal	56 515 417	51 594 231
Pensões (nota 51)	14 834 621	13 714 893
Encargos sociais	13 370 391	12 355 786
Prémios de seguro de saúde (nota 31)	920 997	918 006
Outros custos com pessoal	1 541 643	1 506 111
	87 644 276	80 540 042

O aumento verificado na rubrica “Remunerações do pessoal” resultou, essencialmente, do aumento do número de trabalhadores afectos aos quadros da Empresa, do rescalonamento efectuado ao nível das carreiras, do aumento salarial e, pela promoção de diversos colaboradores.

53. Fornecedores de imobilizado, conta corrente

Em 31 de Dezembro de 2009, a rubrica de fornecedores de imobilizado, conta corrente inclui as rendas vincendas de contratos de locação financeira no montante € 148 067 569 (nota 15) e as contas a pagar por obras de expansão da rede.

Em 29 de Dezembro de 1995 e em 30 de Dezembro de 1997, a Empresa celebrou com a DB EXPORT Leasing GmbH, dois contratos de leasing, relacionados com 17 e 14 unidades triplas de tracção (UT’s), respectivamente. Em 31 de Dezembro de 2009, as contas a pagar àquela entidade ascendiam a € 78 529 381 (nota 15) (€ 67 306 976 classificados a médio e longo prazo e € 11 222 405 a curto prazo).

Em 31 de Dezembro de 1998, a Empresa celebrou um contrato de locação financeira, relacionado com 24 UT’s de material circulante da série ML95, pelo montante de € 124 699 474 e com o valor residual de 3% do valor do equipamento, destinado ao financiamento parcial do Plano de Expansão e Modernização da Rede do Metro, o qual tem um prazo de 20 anos e vence juros à taxa EURIBOR a 6 meses menos 0,71%, tendo o Estado Português na sua qualidade de detentor da totalidade do capital, prestado um aval. A realização do contrato de financiamento ocorreu em 6 de Janeiro de 1999. Em 31 de Dezembro de 2009, o montante a pagar deste contrato de locação financeira ascende a € 69 538 188 (nota 15).

No decurso do mês de Abril de 2009 em resultado da descida da notação do “rating” atribuído à República Portuguesa, a Empresa ao abrigo de contrato de locação operacional celebrado para a aquisição de 24 UT’s, avalizado pelo Estado Português na qualidade de detentor da totalidade do capital da Empresa, prestou garantias adicionais a favor do Bank of America Leasing & Capital, LCC no montante de € 22 576 503 (nota 55).

A Empresa de forma a cobrir o risco financeiro das variações de taxa de juro associadas aos contratos de locação financeira, contratou junto de instituições financeiras, SWAP de taxa de juro conforme detalhe:

Designação	Entidade	Swap	Data		Capital
			Inicial	Final	
DB Export/95	BST	26/02/2003	15/06/2003	30/12/2013	40 346 050
DB Export/97	BST	26/02/2003	15/06/2003	30/12/2015	38 183 331
					78 529 381
BSN/CGD (US Lease)	BST	22/09/2005	01/07/2005	02/01/2019	69 538 188
					148 067 569

A operação foi organizada e estruturada pelo Banco Santander de Negócios Portugal e pelo D'Accord Financial Service, Inc. e financiada pela Caixa Geral de Depósitos. Esta operação foi autorizada pelo Despacho Conjunto n.º 911-A/98, de 22 de Dezembro de 1998, dos Ministérios das Finanças e do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território.

Em 31 de Dezembro de 2009, o valor actual dos contratos de SWAP detidos pela Empresa, associados a estas operações é negativo no montante de, aproximadamente, a (€ 16 160 903). A metodologia utilizada pelo avaliador independente na quantificação do valor daqueles contratos consiste na projecção dos *cash-flows* esperados no futuro, actualizados para o momento presente, usando a curva de cupão zero actual, de forma a projectar os indexantes a pagar e a receber pela Empresa, conforme consta nos contratos efectuados com as diversas instituições bancárias. Conforme mencionado na nota 3.p), os ganhos e perdas latentes com os contratos swap, não estão registados nas demonstrações financeiras da Empresa, e são reconhecidos, apenas na demonstração de resultados no momento em que se efectivam de forma a cobrir o encargo financeiro dos financiamentos que se pretendeu dar cobertura.

Relacionadas com as operações mencionadas, incluindo os contratos de locação operacional, foram registadas as seguintes transacções, durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2009 e encontram-se registados os seguintes saldos, àquela data:

Custos diferidos com comissões e honorários de entidades envolvidas nas operações (nota 50)	2 458 394
Proveitos diferidos decorrentes da mais-valia originada no contrato referente às 14 UT's (nota 50)	1 505 533
Proveitos diferidos decorrentes da mais-valia originada no contrato referente às 24 UT's (nota 50)	1 859 215
Acréscimo de custos pela periodificação de encargos financeiros referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2009 a pagar em 2010	1 226 318
Amortização da mais-valia originada no contrato referente às 14 UT's (nota 45)	250 922
Amortização da mais-valia originada no contrato referente às 24 UT's (nota 45)	195 707
Juros e outros custos financeiros suportados (nota 45)	3 939 365
Custos suportados com a taxa de aval	307 380
Proveitos diferidos decorrentes da mais-valia e da operação US CROSS BORDER LEASE 2000 originados no contrato de locação operacional, celebrado relativamente a 18 unidades triplas de tracção da série ML97 (nota 50)	14 833 332
Proveitos diferidos decorrentes da mais-valia e da operação US CROSS BORDER LEASE 2001 originados no contrato de locação operacional, celebrado relativamente a 19 unidades triplas de tracção da série ML97 (nota 50)	23 725 898
Proveitos diferidos decorrentes da mais-valia e da operação US CROSS BORDER LEASE 2002 originados no contrato de locação operacional, celebrado relativamente a 19 unidades triplas de tracção da série ML99 (nota 50)	13 395 967
Acréscimo de custos pela periodificação de rendas de locação operacional, dos contratos relativos a 18 e 19 unidades triplas de tracção da série ML97 (nota 50)	2 493 594
Amortização da mais-valia originada no contrato de locação operacional, referente a 18 unidades triplas de tracção da série ML97	1 372 285
Amortização da mais-valia originada no contrato de locação operacional, referente a 19 unidades triplas de tracção da série ML97	1 977 162
Amortização da mais-valia originada no contrato de locação operacional, referente a 19 unidades triplas de tracção da série ML99	1 009 838
Encargos registados em fornecimentos e serviços externos - rendas e alugueres, relativos aos contratos de locação operacional	10 846 038

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2009, os proveitos relativos às operações US Cross Border Lease (NPV) estão registados na rubrica "Outros proveitos e ganhos operacionais", por estarem relacionados com as operações de leasing operacional e ascendem a € 609 135. Adicionalmente, o reconhecimento das amortizações das mais-valias originadas nos contratos de locação operacional referente a 18 e 19 unidades triplas de tracção da série ML97 e 19 unidades triplas de tracção da série ML99, nos montantes de € 1 372 285, € 1 977 162 e € 1 009 838, respectivamente, foram registados na rubrica de "Outros proveitos e ganhos operacionais".

54. Responsabilidades em contencioso

Em 31 de Dezembro de 2009, existem pedidos de indemnizações reclamados à Empresa, no montante de € 37 693 308, os quais referem-se essencialmente a um processo intentado relativamente à contestação de adjudicação de obra, processos de expropriações e danos causados pelos trabalhos relacionados com o plano de expansão da rede. Em 31 de Dezembro de 2009, a Empresa encontra-se em fase de apuramento do valor total das expropriações, não tendo sido registada, naquela data, qualquer provisão relativa às mesmas, uma vez que caso aquelas indemnizações sejam pagas as mesmas virão a ser registadas como encargos com expropriações na rubrica de “Imobilizações corpóreas”. Durante o exercício de 2009, a Empresa assumiu indemnizações por danos causados com as obras de expansão da rede, através de prestações pecuniárias e em espécie (trabalhos), respectivamente, no montante de € 899 193 e € 230 978, as quais foram registadas no balanço na rubrica de “Imobilizações corpóreas financiadas pelo Estado”.

55. Anexo à demonstração dos fluxos de caixa

Discriminação dos componentes de caixa e seus equivalentes, reconciliando os montantes evidenciados na demonstração dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2009 com as rubricas do balanço:

Numerário	18 205
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	320 027
Caixa e seus equivalentes	338 232
Outros depósitos (Nota 53)	22 576 503
Disponibilidades constantes do balanço	22 914 735

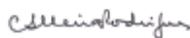
56. Eventos subsequentes

A Comissão Europeia, na sequência de auditoria efectuada à extensão Baixa-Chiado/Santa Apolónia, considerou que um conjunto de despesas apresentadas relativas ao investimento realizado na extensão da Estação Terreiro do Paço e Santa Apolónia como não sendo elegíveis, as quais perfaziam um valor global de € 86 254 656.

Na sequência do contraditório apresentado pelas Autoridades Nacionais, houve lugar a uma nova auditoria, que sendo favorável à posição assumida pelo ML, viu a Comissão Europeia reconhecer a elegibilidade de € 39 182 021 relativas a parte daquelas despesas.

À data da aprovação destas demonstrações financeiras, o processo ainda não se encontra concluído, sendo contudo esperada uma solução com brevidade, a qual poderá passar pela substituição das despesas elegíveis, não sendo portanto expectável que venha a ocorrer a devolução de qualquer verba recebida do Fundo de Coesão.

O Técnico Oficial de Contas

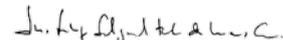


Carlos Alberto Meira Rodrigues

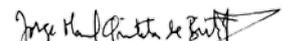
O Conselho de Administração



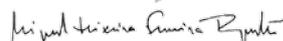
Joaquim José de Oliveira Reis



Luís Filipe Salgado Zenha de Morais Correia



Jorge Manuel Quintela de Brito Jacob



Miguel Teixeira Ferreira Roquette



6. Parecer do Conselho Fiscal

I – Introdução

Em cumprimento das funções que lhes estão consignadas na Lei e nos Estatutos da Empresa, compete ao Conselho Fiscal do Metropolitano de Lisboa, E.P.E., apreciar e emitir Parecer sobre o Relatório e Contas da responsabilidade do Conselho de Administração, relativo ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2009, o qual lhe foi presente em 18 de Maio de 2010.

A exploração do subsolo da cidade de Lisboa, enquanto sistema de transportes, teve a sua origem no Decreto-Lei n.º 36.620 de 24 de Novembro de 1947, na sequência do qual veio a ser constituída, em 26 de Janeiro de 1948 a Sociedade Metropolitana de Lisboa, S.A.R.L.. No entanto, a abertura ao serviço público, como transportadora, só teve lugar a 31 de Dezembro de 1959 contando, na altura, com cerca de 6,5 km e 11 estações.

Posteriormente, a Sociedade Metropolitana de Lisboa, S.A.R.L., veio a ser intervencionada/nacionalizada através do Decreto-Lei n.º 280-A/75 de 5 de Junho, passando, por via disso, a Empresa Pública, sendo o respectivo Estatuto Jurídico publicado pelo Decreto-Lei n.º 439/78 de 30 de Dezembro.

Actualmente, por força do novo regime jurídico aplicado ao sector empresarial do Estado, o Metropolitano de Lisboa passou a denominar-se Entidade Pública Empresarial (EPE), passando a ser regido pelo Decreto-Lei n.º 148-A/2009 de 26 de Junho, que integra os novos Estatutos da Empresa, e subsidiariamente pelo Regime Jurídico do Sector Empresarial do Estado, nomeadamente, pelo DL 300/2007, de 23 de Agosto, e pelo Código das Sociedades Comerciais.

Como aspecto relevante e caracterizador da sua matriz gestonária, importa, previamente, reiterar que sendo o Metropolitano de Lisboa uma empresa pública, na qual estão envolvidos consideráveis recursos, entende o Conselho Fiscal que a sua gestão, sem perder de vista o serviço público de excelência que deve prestar, se deve pautar por inequívocos critérios de rigor e transparência. Aliás, tal exigência decorre das disposições legais a que estão sujeitos estas empresas, devendo fundamentalmente, a sua gestão ser enquadrada nos “Princípios do Bom Governo das Empresas do Sector Empresarial do Estado” e pelo respeito pelas suas orientações estratégicas.

II – Actividade Desenvolvida pelo Conselho Fiscal

Ao longo de 2009, no cumprimento das suas atribuições no acompanhamento da gestão e da actividade da Empresa, o órgão fiscalizador reuniu ordinariamente, pelo menos uma vez por mês, tendo-se sistematicamente inteirado do conteúdo dos diversos documentos de trabalho emanados dos serviços operacionais, bem como, analisado regularmente as contas e a situação financeira e patrimonial da empresa e os respectivos instrumentos previsionais de gestão.

Nesta conformidade, o Conselho de Fiscal, tomou conhecimento, de forma pormenorizada e sistemática, do conteúdo dos Relatórios, Actas e outros documentos de trabalho que o Conselho de Administração e as diversas áreas operativas lhe fizeram chegar. Ainda, com a mesma finalidade, foram realizadas visitas às áreas operacionais da Empresa e realizadas consequentes reuniões de informação com os seus responsáveis directos.

Sempre que julgou oportuno, alertou, formal ou informalmente, o Conselho de Administração para factos e situações julgadas pertinentes e a exigirem uma atenção especial por parte do órgão executivo.

No desenvolvimento da actividade deste órgão, foi estabelecido através do vogal ROC um contacto regular com os auditores externos da Empresa, de cujo relatório anual nos foi dado conhecimento.

Importa referir que todos os factos e opiniões fundamentadas do Conselho Fiscal foram mencionadas nos relatórios trimestrais que elaborou e endereçou às entidades tutelares.

No final do ano, foi elaborado e enviado às Tutelas governamentais, um relatório contendo a actividade desenvolvida pelo Conselho Fiscal, uma síntese dos principais problemas estruturais da empresa, cópia de todas as actas das reuniões do órgão, bem como, cópia de todos os relatórios trimestrais emitidos.

III – Apreciação do Relatório de Gestão

O Relatório de Gestão da responsabilidade do Conselho de Administração, refere com a necessária clareza a forma como decorreu a actividade do Metropolitano de Lisboa, durante o exercício de 2009. Desse documento entende o Conselho Fiscal que, pela sua importância no desempenho global da Empresa, devem ser realçados, se bem que em síntese, os seguintes aspectos:

- as comemorações do 50.º aniversário de actividade do transporte metropolitano enquanto serviço público, na Área Metropolitana de Lisboa, hoje referenciado pelo mercado como transporte de elevada qualidade;
- alteração do regime jurídico da Empresa e consequente aprovação dos novos Estatutos, passando a Entidade Pública Empresarial;
- pelo quarto ano consecutivo, o ML obteve o primeiro lugar no Índice de Satisfação do Cliente;
- em matéria de ampliação e valorização do serviço de transporte público, o exercício ficou marcado por dois acontecimentos de significativo relevo: a inauguração do interface de transportes do Cais do Sodré e a abertura à exploração do prolongamento da linha Vermelha entre Alameda II e São Sebastião II, facto que veio permitir uma melhor articulação de funcionamento da rede ML;
- com as obras concluídas no exercício, a rede do metropolitano, formada por quatro linhas que se estendem por mais de 39 km, ultrapassou a meia centena de estações. Este crescimento decorre de avultados investimentos, alguns ainda em curso, os quais farão com que a curto prazo, a extensão total das linhas passe para mais de 45 km e 57 estações;
- resultante do “fecho” em definitivo da rede do Metropolitano, verificou-se um maior e mais rigoroso controlo de fraudes e gratuitos, tendo uns e outros reduzido significativamente. Também, esta medida veio permitir a obtenção de registos estatísticos reais da procura comercial, permitindo de facto um maior rigor no conhecimento das motivações dos clientes, face ao serviço disponibilizado;
- como importante ocorrência qualitativa do serviço prestado, regista-se a obtenção na Área de Exploração Comercial, da Certificação do seu Sistema de Gestão de Qualidade;
- releva-se, igualmente, que a revisão de tarifas aprovada em 2008 alterou significativamente a fonte de receitas e de venda de passes e títulos. No entanto, para além da existência de um tarifário degradado, julga-se que a actual repartição de verbas dos títulos intermodais, parte de um cenário que não é correcto e que, por via disso, prejudica, substancialmente, as receitas de exploração do ML;
- desde 2005, que se tem vindo a verificar uma progressiva redução do número de passageiros transportados, pelo que se justifica o estudo e o incremento de medidas que promovam a apetência e o acréscimo de novos clientes na utilização da rede do Metropolitano, como transporte público de excelência;
- no exercício foram investidos cerca de 158 milhões de euros, excedendo 3% do que estava orçamentado. Ainda por conta de terceiros, foram investidos mais 10 milhões de euros, montante que tem vindo a crescer, sobrecarregando a tesouraria da Empresa e gerando alguns constrangimentos quanto aos prazos como é reembolsada;
- de acordo com os registos dos indicadores emitidos pela Direcção de Recursos Humanos, a comunidade de trabalho do Metropolitano de Lisboa, no final de Dezembro de 2009, era constituída por 1636 trabalhadores, tendo havido um acréscimo de 67 colaboradores (4,3%), em relação ao ano transacto. Releva-se, também, no período, a redução da taxa de trabalho suplementar, a diminuição do número de acidentes, malgrado, todavia, o nível de absentismo ter subido para os 9,04%.
- continuam, ainda por concretizar, os projectos envolvendo as soluções definitivas, em relação ao Parque de Material e Oficinas de Sete Rios (PMO I). Importa, pois, na salvaguarda dos interesses patrimoniais da Empresa, concretizar, definitivamente, as soluções para o local já acordadas com a autarquia de Lisboa.

IV – Situação Económica e Financeira

As Demonstrações Financeiras de 2009, foram objecto de Parecer dos Auditores Externos, assim como da apreciação do Revisor Oficial de Contas, o qual de acordo com as normas legais emitiu a competente Certificação Legal das Contas, bem como o seu Relatório da Acção Fiscalizadora. Nestes documentos foram expressas as “reservas” e “ênfases” julgadas adequadas, documentos que merecem, na sua totalidade, a concordância do Conselho Fiscal.

De acordo com a Demonstração de Resultados a Empresa apresentou em 2009 um resultado líquido negativo de 148,6 milhões de euros, cerca de 17% superior ao registado em 2008, explicado pela degradação do resultado operacional em 3,3 milhões de euros e, principalmente, pelo aumento do resultado financeiro negativo 15,7 milhões de euros.

Não pode o Conselho Fiscal, deixar de alertar uma vez mais que a persistência de elevados resultados líquidos negativos e o contínuo crescimento do passivo remunerado da Empresa, criarão a prazo uma situação insustentável para a mesma pelo que se torna urgente a busca de soluções económicas e financeiras tendentes à sua viabilização.

Cabe igualmente salientar a substancial degradação dos capitais próprios do Metropolitano de Lisboa, E.P.E., que se apresentam em 31 de Dezembro de 2009 negativos em 333,1 milhões de euros, situação a exigir a adopção de medidas urgentes de recapitalização por parte do Estado.

Neste âmbito, cabe enfatizar o já referido pelo Presidente do Conselho de Administração no relatório de gestão do exercício, quanto às medidas de viabilização económica e financeira do Metropolitano de Lisboa:

- A necessidade urgente de celebração com o Estado de um contrato de concessão da infra-estrutura que defina de modo claro a forma de exercício pela empresa da actividade de prestação de serviços de transporte por metropolitano de passageiros na cidade de Lisboa e regiões limítrofes, tal como previsto no DL 184-A/2009, e que estabeleça a responsabilidade pelo investimento em ILD's e seu financiamento bem como o custo da exploração de tais infra-estruturas para o concessionário.
De facto, afigura-se insustentável a manutenção da responsabilidade dos investimentos na rede pela Empresa, embora actuando por conta do Estado, e do respectivo financiamento com recurso a passivo remunerado, quer pelos elevados custos do mesmo quer pela possibilidade real na actual conjuntura de fortes restrições de acesso ao crédito.
- A necessidade urgente de definição de um modelo claro de compensação da Empresa pelo Estado pelos serviços de utilidade pública por esta prestados, em função do custo de tais serviços, já que o nível de tarifação existente, que tem vindo a sofrer significativa degradação ao longo dos anos, e das indemnizações compensatórias atribuídas pelo Estado se mostra claramente insuficiente face à estrutura económica da Empresa, conduzindo a déficits de exploração sistemática.
- A necessidade urgente de adopção de um modelo de repartição da receita comum aos diversos operadores de transportes da AML (receita gerada pelos títulos intermodais, vulgo “passes sociais”), que tenha em conta a efectiva utilização dos diversos meios de transporte que integram o sistema pela procura. De facto, e de acordo com o inquérito à repartição de tais verbas efectuado pelo IMTT em 2007, a Empresa deveria, relativamente a tais receitas, ter recebido em 2009 um valor substancialmente superior ao efectivamente recebido.

Saliente-se por último, o ónus para a Empresa das responsabilidades assumidas no passado com o pagamento de complementos de reforma e pensões com o pessoal ao serviço e aposentado, sendo o respectivo plano de benefícios definidos, pelo que a tendência futura é de agravamento dos respectivos custos, os quais rondam actualmente cerca de 12 milhões de euros por ano, ou seja, cerca de 21% das remunerações do pessoal no activo.

V – Parecer

Atento ao exposto nos pontos anteriores, e às considerações enunciadas nos documentos citados, relativas à actividade do Metropolitano de Lisboa, E.P.E., durante o exercício de 2009, o Conselho Fiscal é de Parecer que:

1. O Relatório do Conselho de Administração se encontra correctamente elaborado, respeitando as orientações legais e estatutárias, evidenciando com clareza e rigor os aspectos mais relevantes ocorridos na gestão da Empresa durante o exercício.
2. Foi dada atenção ao estipulado nas Resoluções do Conselho de Ministros n.º 49/2007, de 28 de Março e n.º 70/2008, de 22 de Abril, evidenciando, também os níveis de orientação estratégica definidos pela Tutela, bem como a relação quantificada do cumprimento dos seus objectivos.

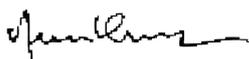
3. O relatório menciona as transacções de maior dimensão financeira com empreiteiros e fornecedores, e o regime jurídico aplicado em matéria de aquisição de bens e serviços.
4. Sujeito ao efeito das Reservas expressas na Certificação Legal das Contas, o Balanço, a Demonstração de Resultados e o Anexo às Contas apresentam de forma verdadeira e apropriada, a situação económica e financeira do Metropolitano de Lisboa, E.P.E., em 31 de Dezembro de 2009.

Face ao exposto, o Conselho Fiscal do Metropolitano de Lisboa, E.P.E., emite formalmente PARECER FAVORÁVEL à aprovação do Relatório do Conselho de Administração, e das Demonstrações Financeiras e respectivo Anexo respeitantes ao exercício de 2009, concordando, também, com a Aplicação de Resultados proposta pelo Conselho de Administração.

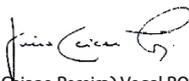
O Conselho Fiscal, finalmente, regista com apreço a colaboração dispensada pelo Conselho de Administração, bem como a disponibilidade demonstrada, não só pelos responsáveis pelas Direcções e Serviços, como pela generalidade dos colaboradores do ML, que teve necessidade de assiduamente contactar, no desempenho das suas atribuições.

Lisboa, 20 de Maio de 2010

O Conselho Fiscal



(Renato A. Vieira Campos)



(Caetano Pereira) Vogal ROC



(Evaristo da Cruz Branquinho)



7. Certificação Legal de Contas

Introdução

1. Examinámos as Demonstrações Financeiras anexas do Metropolitano de Lisboa, E.P.E, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2009 (que evidencia um total de Balanço de € 3 739 236 251 e um total de Capital Próprio negativo em € 333 109 568, incluindo um Resultado Líquido negativo em € 148 591 978), as Demonstrações de Resultados por naturezas e por funções, a Demonstração dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa e o resultado das suas operações, bem como a adopção de critérios e políticas contabilísticas adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e Directrizes de Revisão /Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame inclui:
 - A verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizados na sua preparação;
 - A apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - A verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - A apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras;
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Excepto quanto às limitações referidas nos parágrafos 7 e 8 abaixo, entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Reservas

7. Tal como divulgado na nota 10 do Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados, o Governo, pelo Decreto-Lei n.º 196/80, assumiu o princípio de que competia ao Estado Português financiar as infra-estruturas de longa duração (ILD's) do Metropolitano de Lisboa, E.P.E., encontrando-se a tipologia de tais investimentos definida no referido instrumento legal. No entanto, não se encontra legalmente definido se o Metropolitano de Lisboa, E.P. ao efectuar tais investimentos actua por conta própria ou por conta do Estado português, e resultando de tal indefinição, se tais investimentos são da efectiva propriedade da empresa, constituindo activos da mesma, bem como se as responsabilidades assumidas com os empréstimos

obtidos para o seu financiamento são suas responsabilidades efectivas. De igual modo, não se encontra legalmente definida a política de amortização de tais activos; a política de reconhecimento contabilístico dos subsídios atribuídos pelo Estado para o seu financiamento; a política de capitalização dos encargos financeiros directamente incorridos para o seu financiamento e a política de capitalização de custos internos associados à sua realização, indefinições que persistem no que respeita à relevação contabilística das situações referidas apesar da publicação do DL 148-A/2009, de 26 de Junho, que alterou o regime jurídico da empresa e os seus estatutos e que define os investimentos de longa duração como propriedade pública ao serviço do sistema de metropolitano sob administração da empresa; o que constitui uma limitação do âmbito da nossa revisão. Informação sobre os critérios adoptados pela empresa na relevação contabilística dos investimentos de tal natureza e dos subsídios atribuídos pelo Estado para o seu financiamento, bem como sobre as políticas de capitalização, amortização e de reconhecimento em resultados dos custos do financiamento de tais investimentos encontra-se adequadamente divulgada nas Notas 3-a)-ii, 3-b)-ii, 3-n), 8, 10, 11 e 13 do Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados.

Da referida limitação, não nos é possível concluir quanto à adequação da relevação contabilística no Balanço do Metropolitano de Lisboa, E.P.E em 31 de Dezembro de 2009 de activos relativos a investimentos de longa duração no valor de € 3 100 549 914 (€ 2 942 411 411 em 31/12/2008), os quais incluem custos financeiros capitalizados no valor de € 294 016 010 (€ 289 790 827 em 31/12/2008) e custos internos capitalizados no valor de € 60 130 092 (€ 56 387 974 em 31/12/08); quanto à adequação da política de não amortização de tais activos; quanto à adequação da relevação contabilística como capitais próprios da empresa em rubricas de reserva para investimento e reservas livres dos subsídios atribuídos pelo Estado e Comissão Europeia para financiamento de tais activos no valor de € 799 863 819 (€ 744 703 520 em 31/12/2008), os quais incluem o valor do subsídio recebido do Fundo de Coesão, relativamente a parte do investimento realizado na extensão da rede entre a estação Baixa-Chiado e Santa Apolónia e sobre o qual aquela entidade considera que parte das despesas apresentadas, no valor de € 47 072 635, não serão passíveis de ser consideradas elegíveis; e de reservas de reavaliação constituídas sobre tais activos no valor de € 199 062 008 (idem em 31/12/08); nem quanto à adequação do registo na Demonstração de Resultados do exercício dos juros suportados e considerados pela empresa como relativos ao financiamento de tais activos, em exploração.

8. Conforme divulgado na nota 50 do Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados, o activo em 31 de Dezembro de 2009 inclui em rubrica de “Custos diferidos – trabalhos por conta de terceiros” o valor de € 32 840 335 (€ 39 049 673 em 31/12/2008, reduzido no presente exercício em € 14 502 602 em consequência do protocolo celebrado com a Transtejo, S.A. relativo às obras efectuadas no terminal do Cais do Sodré) relativos a obras efectuadas pela empresa por conta de outras entidades que não se encontram facturadas pelo Metropolitano de Lisboa, E.P.E. e que não foram objecto de contratualização ou outra forma de formalização entre a empresa e as restantes entidades envolvidas que defina os valores a facturar e os momentos e formas de facturação e liquidação financeira. Assumem maior expressão os saldos relativos à Transtejo, S.A. (€ 20 337 547, dos quais € 19 148 975 relativos à construção do terminal daquela empresa no interface do Terreiro do Paço e € 1 188 572 relativos a obras no interface do Cais do Sodré, não tendo este último sido incluído no débito efectuado no exercício à Transtejo no âmbito do protocolo anteriormente referido) e à Câmara Municipal de Lisboa (€ 9 550 544). Do exposto, não nos é possível concluir quanto ao momento e por que montante tais trabalhos serão facturados, pelo que não podemos concluir quanto à respectiva razoabilidade e à efectiva realização de tais activos.

Opinião

9. Em nossa opinião, excepto quanto aos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários caso não existissem as limitações constantes dos parágrafos 7 e 8 acima, as Demonstrações Financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do Metropolitano de Lisboa, E.P.E. em 31 de Dezembro de 2009, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Ênfases

10. Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior, salientamos que:

- 10.1. A actividade da empresa tem-se revelado no passado cronicamente deficitária, gerando prejuízos sucessivos de valor significativo (em 2009 no valor de € 148 591 978) cujo financiamento tem vindo a ser parcialmente assegurado pelo Estado português através de indemnizações compensatórias e dotações de capital, e mantendo-se a existência de planos de investimento em curso os quais requerem igualmente financiamentos de elevado montante. A empresa apresenta uma estrutura financeira fortemente desequilibrada, expressa na existência de capitais próprios em 31 de Dezembro de 2009 negativos em € 333 109 568 e na insuficiência do seu activo circulante, o qual inclui € 30 120 397 de capital subscrito pelo Estado português em Dezembro de 2001 e não realizado em 31 de Dezembro de 2009, para fazer face ao passivo de curto prazo. Do referido, é nossa opinião que a continuidade das operações da empresa, e conseqüentemente a realização dos seus activos e a liquidação dos seus passivos, se encontra dependente da manutenção do suporte financeiro do Estado português.
- 10.2. As demonstrações financeiras objecto da presente Certificação encontram-se preparadas em base individual, nos termos da legislação aplicável, encontrando-se os investimentos em empresas filiais e associadas constantes do Balanço registados pelo método da equivalência patrimonial. A empresa deverá preparar Demonstrações financeiras consolidadas, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas na União Europeia, as quais permitirão uma melhor compreensão da posição financeira em 31 de Dezembro de 2009, e dos resultados e dos fluxos de caixa gerados no exercício findo naquela data do grupo formado pela empresa e pelas suas filiais e associadas.
- 10.3. Em consequência da entrada em vigor do DL n.º 158/2009, de 13 de Julho, que aprovou o novo Sistema de Normalização Contabilística e revogou o normativo contabilístico em vigor até 31/12/2009, de adopção obrigatória a partir do exercício que se inicie em ou após 01/01/2010 e que obriga à apresentação de informação comparativa relativa ao exercício de 2009, a empresa irá proceder à re-expressão das suas demonstrações financeiras deste exercício. A empresa encontra-se a avaliar os impactos da adopção do SNC nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2009, nomeadamente quanto ao reconhecimento: (i) dos encargos com financiamentos diferidos, de acordo com o método do custo amortizado (nota 50); (ii) dos subsídios ao investimento a reconhecer em capital próprio, que se encontram diferidos (nota 50); (iii) do efeito do reconhecimento das responsabilidades com os instrumentos financeiros de cobertura considerando o seu justo valor (nota 48); e (iv) das responsabilidades com pensões considerando pressupostos actuariais mais conservadores (nota 51); pelo que as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2009, a apresentar para efeitos comparativos em 31 de Dezembro de 2010, irão apresentar diferenças face às demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima as quais não se encontram ainda integralmente quantificadas.

Tendo por base a análise efectuada até à data, é expectável que um dos principais efeitos nas demonstrações financeiras seja o reconhecimento no passivo da empresa, por contrapartida dos seus capitais próprios, das responsabilidades com os instrumentos financeiros de cobertura considerando o seu justo valor, que conforme divulgado na nota 48 apresentavam em 31 de Dezembro de 2009 um valor negativo de € 246 538 000 (€ - 408 339 000 em 31/12/2008).

Lisboa, 19 de Maio de 2010

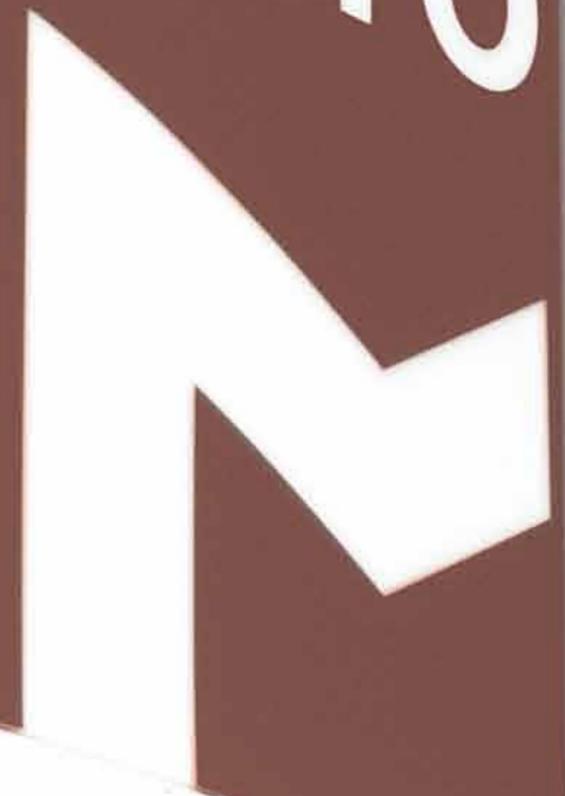
CAIANO PEREIRA, ANTÓNIO E JOSÉ REIMÃO
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Representada por



Luís Pedro Caiano Pereira
ROC n.º 842



metro



Ficha técnica

Edição

Metropolitano de Lisboa, E.P.E.

Estudos, Planeamento, Orçamento e Controlo de Gestão

Coordenação

Maria Dilar Rafael

Sandra Tavares

Produção

Marketing, Comunicação e Imagem

Coordenação

Filipe Trigo

Projecto gráfico

Maria João Rodrigues

Impressão

Relevo Branco

